

Cadernos da Comunicação
Série Estudos

A blague do blog



Monografia elaborada pelo aluno Viktor Henrique Carneiro de Souza Chagas, do curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo da Faculdade de Comunicação Social, da Uerj, 8º período, do primeiro semestre letivo de 2006, sob a orientação da Professora Doutora Alessandra Aldé.

Chagas, Viktor Henrique Carneiro de Souza

A blague do blog : interatividade, subjetividade, e horizontalidade nos blogs jornalísticos de política / Viktor Henrique Carneiro de Souza Chagas. — Rio de Janeiro : Secretaria Especial de Comunicação Social, 2007. 102p. : il.— (Cadernos da Comunicação. Estudos; v. 18)

Inclui bibliografia.

ISBN

1. Jornalismo online 2. Blogs – Aspectos políticos. I. Título.

CDD: 070

A coleção dos Cadernos da Comunicação pode ser acessada no *site* da Prefeitura/Secretaria Especial de Comunicação Social:

www.rio.rj.gov.br/secs

Julho de 2007

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Rua Afonso Cavalcanti 455 – bloco 1 – sala 1.372

Cidade Nova

Rio de Janeiro – RJ

CEP 20211-110

e-mail: cadernos@pcrj.rj.gov.br

Todos os direitos desta edição reservados à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da Prefeitura.



**Prêmio Luiz Beltrão de
Ciências da Comunicação'2006**
na categoria Grupo Inovador



Prefeito
Cesar Maia

Secretária Especial de Comunicação Social
Ágata Messina

CADERNOS DA COMUNICAÇÃO
Série Estudos

Comissão Editorial
Ágata Messina
Helena Duque
Leonel Kaz
Regina Stela Braga

Edição
Regina Stela Braga

Redação e pesquisa
Álvaro Mendes

Revisão
Alexandre José de Paula Santos

Projeto gráfico e diagramação
Marco Augusto Macedo

Capa
José Carlos Amaral/SEPROP
Marco Augusto Macedo

CADERNOS DA COMUNICAÇÃO

Edições anteriores

Série Memória

- 1 - Correio da Manhã – Compromisso com a verdade
- 2 - Rio de Janeiro: As Primeiras Reportagens – Relatos do século XVI
- 3 - O Cruzeiro – A maior e melhor revista da América Latina
- 4 - Mulheres em Revista – O jornalismo feminino no Brasil
- 5 - Brasília, Capital da Controvérsia – A construção, a mudança e a imprensa
- 6 - O Rádio Educativo no Brasil
- 7 - Última Hora – Uma revolução na imprensa brasileira
- 8 - Verão de 1930-31 – Tempo quente nos jornais do Rio
- 9 - Diário Carioca – O máximo de jornal no mínimo de espaço
- 10 - Getúlio Vargas e a Imprensa
- 11 - TV Tupi, a Pioneira na América do Sul
- 12 - Novos Rumos, uma Velha Fórmula – A mudança do perfil do rádio no Brasil
- 13 - Imprensa Alternativa – Apogeu, queda e novos caminhos
- 14 - Um jornalismo sob o signo da política
- 15 - Diário de Notícias – A luta por um país soberano
- 16 - 1904: Revolta da Vacina – A maior batalha do Rio
- 17 - Jogos Pan-Americanos – Uma olimpíada continental

Série Estudos

- 1 - Para um Manual de Redação do Jornalismo On-Line
- 2 - Reportagem Policial – Realidade e ficção
- 3 - Fotojornalismo Digital no Brasil – A imagem na imprensa da era pós-fotográfica
- 4 - Jornalismo, Justiça e Verdade
- 5 - Um Olhar Bem-Humorado sobre o Rio nos Anos 20
- 6 - Manual de Radiojornalismo
- 7 - New Journalism – A reportagem como criação literária
- 8 - A Cultura como Notícia no Jornalismo Brasileiro
- 9 - A Imagem da Notícia – O jornalismo no cinema
- 10 - A Indústria dos Quadrinhos
- 11 - Jornalismo Esportivo – Os craques da emoção
- 12 - Manual de Jornalismo Empresarial
- 13 - Ciência para Todos – A academia vai até o público
- 14 - Breve História da Imprensa Sindical no Brasil
- 15 - Jornalismo Ontem e Hoje
- 16 - Uma Questão de Estilo – A cobertura de moda na mídia impressa carioca
- 17 - Folkcomunicação – A mídia dos excluídos

Web, página de internet. *Log*, diário de bordo. O *weblog*, mais conhecido como *blog*, tornou-se uma das ferramentas mais populares de comunicação virtual, multiplicando-se na velocidade do mundo digital. Atualmente, são cerca de 70 milhões de *blogs* no mundo inteiro, divulgando idéias, provocando debates, trocando informações e aproximando as pessoas.

Resumindo, trata-se de uma página da *web* cujas atualizações (os *posts*) são organizadas cronologicamente, como um histórico ou um diário. Estes *posts* podem ser escritos por uma ou diversas pessoas, referir-se a um ou a vários assuntos. Enfim, os chamados *blogueiros* têm total liberdade para organizar o seu *blog*.

Esse novo conceito de comunicação não veio para destruir os antigos, mas para agregar-lhes novos valores, como a agilidade e a facilidade de acesso. Com um simples clique, a informação chega ao leitor, que tem oportunidade de, quase simultaneamente, interagir com ela. Parafraseando McLuhan, a tecnologia passou a ser uma extensão do corpo.

Alguns sites usam o *blog* como um tipo de mídia, no qual colocam notícias e comentários sobre assuntos gerais ou de áreas específicas como política, esportes ou *fait-divers*. Estudos mostram que a blogosfera – termo que representa todos os *blogs* como uma comunidade ou rede social – tem crescido em ritmo espantoso e que tende a dobrar seu número a cada seis meses.

O conceito de *blogs* jornalísticos, entretanto, ainda é objeto de discussão no campo da Comunicação. O autor do presente trabalho editado pelos **Cadernos da Comunicação** procura entender de que modo a relação entre jornalistas e leitores se altera substancialmente neste espaço de confronto direto. E conclui que o *weblog* pode representar um novo modo de jornalismo, embora admita que ainda é cedo para fazer tal afirmação.

CESAR MAIA
Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro

Cidadania é um conceito ligado a território ou a unidade política.

Como o jornalismo cidadão é exercido principalmente na internet, espaço onde fronteiras e estados possuem importância e significados diferentes, de onde é cidadão o jornalista cidadão?

*Nemo Nox, um dos blogueiros brasileiros mais antigos,
editor do blog Por um Punhado de Pixels*

Sumário

Post prefacial #001	8
Introdução sem metáforas	9
Jornalismo em tempo real e espaço virtual	17
O ‘blog jornalístico’	23
Memória e esquecimento nos logs da web	29
Notícia em profundidade	31
O efeito palimpsesto e o paradoxo da webmemória	33
O lugar do blogueiro na notícia	36
Autoridade, notoriedade e credibilidade do colunista no jornalismo on-line	38
Diários, posts e publicações	44
Democracia radical	46
Babel	50
Emissores proliferados	51
Obra aberta	53
Emissão facilitada	56
Cookies e feeds	59
Mediar para mediar	63
Do gatekeeper ao sysop	65
Netiqueta: a moderação posta em prática	68
Entre anônimos e pseudônimos	72
A blague	76
Diálogo e conexão	79
Mesas de botequim virtuais	82
Humildificador	87
Um último post	89
Bibliografia	91

Post prefacial #001

A blogosfera é uma entidade dinâmica. Ainda não se sabe o que ela respira ou do que ela se alimenta (certamente também se retroalimenta), mas o fato é que essa entidade não pára de crescer. Minha pesquisa, intitulada “A blague do *blog* (interatividade, subjetividade e horizontalidade nos *blogs* jornalísticos de política)”, justamente na tentativa de evidenciar esse potencial polemizador do diálogo entre jornalista e leitores virtuais, cobriu o período de julho de 2005 a julho de 2006, quando da ascensão dos *blogs* jornalísticos como fontes de informação no cenário político brasileiro. À época, eram “apenas” 40 milhões de *blogs*. Hoje, já são mais de 70 milhões. Ricardo Noblat, um dos principais expoentes dessa leva, saía do iG para um vínculo com o portal do *Estadão*. Em janeiro de 2007, ele transferiu seu *blog* para o GloboOnline, figurando ao lado do antigo rival Jorge Bastos Moreno. Uma aliança que, para além de jornalística, é também política.

Mas, em meu entender, as reflexões que procurei traçar durante o processo de escrita – sempre orientado pela professora Alessandra Aldé, a quem devo muito pelo convívio engrandecedor – continuam em pauta. A relação entre emissor e receptor, ao se tratar de uma ferramenta virtual como o *blog*, autoriza o “enfrentamento”, o “confronto direto” e obriga o jornalista a descer da ribalta.

Independentemente de posições políticas, publicar esta pesquisa em uma série organizada pela Prefeitura, atendida pela figura do que os próprios jornais apelidaram de um “prefeito virtual”, dado o seu apreço pelas novas tecnologias e a experiência de ter ele mesmo mantido um *blog* em seu nome, é não menos gratificante. Agradeço, portanto, esta oportunidade à Secretaria Especial de Comunicação Social da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, à Universidade do Estado do Rio de Janeiro e ao CNPq, que me apoiaram durante a pesquisa com bolsa de iniciação científica; aos blogueiros que acompanhei durante todos esses meses; ao grupo de pesquisa mediado pela minha orientadora; aos amigos e familiares, pela leitura e paciência.

Viktor Chagas

Introdução sem metáforas

A blague do *blog*. O título de que me aproprio para esta reflexão não é meramente figurativo. E para provar o que digo, com todas as letras, proponho-me a iniciar o debate conceituando meu objeto, os *blogs* jornalísticos de política, e, daí para diante, *linkando* os apontamentos iniciais a algumas das questões discutidas por teóricos que situam seu campo de estudo entre as áreas da Comunicação e da Política, e trabalham notadamente com o que se tem denominado de uma “esfera pública virtual” (Geraldes, 2005; Marques, 2005; Gomes, 2001; Maia, 2002; e outros); sigo tentando mostrar de que modo as relações entre jornalistas e leitores se alteram substancialmente num espaço de confronto direto, como os *weblogs*. Minha premissa é de que essa ferramenta pode apresentar um novo modo de jornalismo, embora não se possa afirmar que esse novo modo se traduza em um novo gênero jornalístico, como veremos no decorrer dos capítulos iniciais.

Os *blogs*, então, podem ser definidos como páginas *web* de atualização simplificada e organização cronológica reversa. O termo evolui de uma contração de *weblog*, tendo este, por sua vez, se originado a partir da justaposição das palavras inglesas *web* e *log*.

Historicamente, os *blogs* surgem em fins da década de 1990, da necessidade de alguns usuários manterem aplicativos *web* de fácil e rápida atualização, sobretudo para que pudessem cultivar diários, entendidos aqui também como relatórios. Em 1994 já existiam modelos de aplicações que baseavam suas funcionalidades em esquemas de simplificação de *updates*.¹ Mas os primeiros formatos de *blogs*, como os conhecemos, são distinguidos somente a partir de 1998, quando o termo já havia sido cunhado por Peter Merholz, em sua famosa expressão *we blog* (“nós blogamos”).

Como uma série de ferramentas e aplicativos desenvolvidos especificamente para a *web*, o *blog* não determina o modo como será apropriado pelo usuário ou grupo de usuários que o administra; mas o formato como o aplicativo foi concebido pode, de certa forma, constituir um fator de delimitação do uso da ferramenta, talvez o primordial, mas decerto não o único. Juliana Escobar aponta, por exemplo, a conjunção de três fatores

como aquilo que possibilitaria “a consolidação e legitimação do *Blog do Noblat* como um importante veículo jornalístico de cobertura política” (Escobar, 2006:1): o fator técnico, explicado pela “existência de uma tecnologia específica” (id., *ibid.*); o fator humano, isto é, a apropriação profissional, ao que eu somaria a apropriação *individual*, desta tecnologia; e o fator social, “contexto configurado pela eclosão de um escândalo político e posterior crise” (id., *ibid.*). Todos estes fatores podem explicar não só os diferentes usos dos *blogs*, entre diferentes blogueiros e comunidades de blogueiros, em países e culturas diversas e sob condições sociopolíticas diferenciadas, mas também as apropriações radicalmente particulares da ferramenta em grupos que nutrem semelhanças entre si. O que, se não o fator humano, distinguiria o formato curto, objetivo e diligente de Ricardo Noblat, das postagens longas, analíticas e intermitentes de Tereza Cruvinel, sendo ambos reconhecidos colunistas políticos? Assim, é importante compreender que mesmo dentro de um único segmento identitário-profissional, a ferramenta não restringe seus usos.

Para uma conceituação do termo, Alex Primo defende o ponto de vista segundo o qual o *blog* pode ser entendido como: um sistema, entre hospedeiros como Blogger, LiveJournal, Blig, e aplicativos como Movable Type, WordPress etc.; um lugar, ou seja, um domínio, um espaço virtual na *web*, um Uniform Resource Locator (URL); ou um texto, avaliado como um conjunto de postagens. De uma forma ou de outra, *blogs* raramente atendem por formatos complexos, que entrelacem mais de um documento.² Sua estrutura básica costuma envolver apenas um modelo de leitura “vertical”,³ dividido em uma, duas ou três colunas, e com título, *tagline* ou descrição, perfil do blogueiro, *blogroll*, arquivo, *posts* mais recentes e comentários. O *design* do modelo, chamado de *template*, é altamente intercambiável, atendendo às preferências do titular da ferramenta. A interface de edição e aplicativos de suporte são geralmente desenvolvidos em linguagens de programação mais complexas que o Hypertext Markup Language (HTML) – como PHP e ASP; contudo, o objetivo nesses casos é exatamente simplificar o produto até o usuário final, de modo que a grande maioria dos *blogs* atende por interfaces de edição WYSIWYG (What You See Is What You Get ou “o que você vê é o que você tem”), responsáveis por permitirem que o blogueiro publique sem a necessidade de utilizar

linguagens sofisticadas de programação, muitas vezes correspondendo visualmente a aplicações intuitivas, como suítes de escritório.

Se, do ponto de vista do emissor, os *blogs* são ferramentas capazes de dar voz aos “leigos”,⁴ do ponto de vista do leitor eles são veículos que possibilitam o diálogo, o *feedback*. As condições em que este diálogo é travado e o patamar legado a emissor e receptor na interação entre jornalista e leitor de *blogs* é o que pretendo abordar.

Mas o conceito de *blogs* jornalísticos é ainda objeto de discussão no campo da Comunicação. E, mesmo na chamada blogosfera,⁵ espaço constituído pelos *blogs* enquanto redes sociais, sua utilização é apenas inferida. Na Wikipedia, enciclopédia livre e colaborativa da internet, é definida uma série de categorias de *blogs*, entre as quais estão os *blogs* pessoais, os profissionais ou de carreira, os pagos ou de companhias, os culturais, os científicos, os educacionais e os *blogs* políticos,⁶ estes últimos entendidos como “direcionados a notícias, e como tais blogueiros políticos linkam artigos de *sites* de notícias, geralmente adicionando seus próprios comentários” (disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Blog>; a tradução é minha).

Não há registro do que seja um *blog* jornalístico. Por outro lado, no *Handbook for bloggers and cyber-dissidents*, da ONG Reporters Without Borders, o *blog* é definido, entre outros aspectos, como um *website* pessoal “contendo, na maior parte das vezes, notícias” (Reporters Without Borders, 2005:7; a tradução é minha). O que faz a Wikipedia praticamente ignorar essa apropriação dos *blogs*, ao passo que o manual da Reporters Without Borders a utiliza como definição para a ferramenta, pode estar inserido na discussão acerca do que é notícia e dos artifícios de objetividade e subjetividade jornalísticas. Em resumo: *blogs* jornalísticos são uma contradição ou um pleonasma? Uma possível resposta a esta questão será dada no primeiro capítulo deste trabalho e desenvolvida mais a fundo na terceira seção.

Também a partir do manual da Reporters Without Borders tiramos outro aspecto fundamental dos *blogs*, embora não lhes seja exclusivo: a necessidade de atualização constante, reforçada pelo propósito primeiro da ferramenta, o de facilitar essa operação. Quando a instantaneidade favorece o acúmulo de informações, a primeira impressão é a de que o excesso de mensagens dificulta a recepção⁷ individualizada, contribuindo para o ruído no processo de comunicação. De que maneira esse ruído se

contrapõe à capacidade de armazenamento virtualmente ilimitada, entendida por Marcos Palácios como *memória*, ou como essa memória defendida por Palácios (2005) se articula com o “efeito palimpsesto” proposto por Javier Díaz Noci (2006) – são perguntas que ficam em aberto até a segunda seção deste trabalho.

A partir de então, para avançar em outras definições, tento explorar o que a antropóloga Gaye Tuchman define como o “ritual da objectividade jornalística” (Tuchman, 1993). Minha proposta é analisar mais detidamente o papel do jornalista como emissor nos *weblogs*, se de fato esse papel é um papel jornalístico, ou se, como ressaltam Manuel López López e Pau Bolaños (2003), é apenas a atuação de um *sysop* (*system operator*). Afinal, o que distingue um jornalista-blogueiro de um blogueiro-jornalista? Tentarei, ainda, entender o papel do anonimato, da censura e da mediação do jornalista no diálogo de livre expressão e no debate público.

Partindo da fria distância entre leitor e jornalista nos veículos tradicionais de mídia, onde todo e qualquer *feedback* necessariamente passa por um crivo editorial, minha hipótese é de que o jornalismo *on-line* e, em particular, os *blogs* são capazes de horizontalizar os pólos da emissão e recepção da prática jornalística, elevando o leitor à condição de interlocutor direto e emissor secundário, e trazendo o jornalista para baixo da ribalta, posição em que é obrigado a relativizar sua própria existência enquanto profissional.

O termo *Web 2.0*, cunhado pelo cultuado escritor Tim O’Reilly,⁸ em 2004, serve para distinguir os dois períodos por que passam a internet e seus aplicativos. Há ainda muita discussão sobre os limites da expressão, que condensa idéias de colaboração, interação e *design*.

Apenas para situar historicamente o período, costuma-se indicar o declínio da *Web 1.0* coincidindo com a chamada crise das empresas *pointcom*. Daí em diante, apenas as empresas que já vinham diferenciando seus produtos, em consonância com a nova tendência, e empresas que surgiram já com essa finalidade, é que conseguiram sobreviver na internet. Se antes tínhamos a busca pela taxonomia, onde uma equipe editorial coordenava, criava e excluía categorias para enquadrar os *sites* pesquisados (como fazi-

am empresas como AltaVista, Yahoo! e Cadê?⁹), agora, passou-se a trabalhar por um conceito de “folksonomia”, atribuindo ao usuário a responsabilidade por identificar sites e indexá-los de acordo com suas próprias áreas de interesse¹⁰ (como fazem o del.icio.us <<http://del.icio.us>> e o Technorati <<http://www.technorati.com>>). Se antes *sites* jornalísticos pautavam suas notícias de acordo com uma linha editorial fechada e inacessível (como faziam AOL, BBC e outras), agora, cada vez mais impera a lógica do jornalismo colaborativo, em que o usuário comum contribui com o envio de matérias (Slashdot <<http://slashdot.org>>, BBC Collective <<http://www.bbc.co.uk/collective>>, Kuro5hin <<http://www.kuro5hin.org>> etc.), ou *links* (Digg <<http://digg.com>>), e influencia na decisão editorial, votando nas reportagens que mais lhe agradam e – segundo seus critérios particulares – deveriam ocupar posição de maior destaque no *site* (Oh my news <<http://english.ohmynews.com>>, Digg etc.). Nesse cenário é que crescem os *blogs* como fonte de informação jornalística, pois que a facilidade de criar e publicar em um *blog* e a possibilidade de interagir socialmente e responder ao diálogo incorporam essas tendências de forma natural e “democrática”.

A partir das características levantadas por Marcos Palácios para o jornalismo na *web* de terceira geração¹¹ (PALÁCIOS, 2005; MIELNICZUK, 2005), trabalharei com o *blog* jornalístico como um veículo autoral de jornalismo *on-line*. Nele, enxergo os mesmos aspectos levantados¹² por Palácios e pelo Grupo de Pesquisa em Jornalismo On-Line da Universidade Federal da Bahia (GJOL-UFBA) para os *sites* jornalísticos – a interatividade, a hipertextualidade, a multimídia, a personalização, a memória e a atualização contínua –; no entanto, procuro desenvolver estes aspectos no que chamarei de as “dez IDADES”, absorvendo algumas das características identificadas pelo GJOL e introduzindo outras.

As “dez IDADES”, que diluo nos capítulos seguintes, podem ser vistas resumidamente nos termos abaixo:

1. *instantaneidade e atualidade*: os *blogs* jornalísticos devem manter-se atualizados;
2. *hipertextualidade*: é a capacidade de *linkar*, isto é, de remeter ou referenciar o leitor às fontes da notícia;
3. *armazenabilidade e recursividade*: é o que Palácios (2005) prefere cha-

mar de memória. Esta característica permite que muito mais notícias sejam armazenadas em um espaço infinitamente menor, aumentando as possibilidades de indexação e, conseqüentemente, recuperação da notícia;

4. *objetividade e subjetividade*: nos *blogs*, como no jornalismo, este é o eterno conflito entre primeira e terceira pessoas;

5. *publicabilidade*: os *blogs* são ferramentas que facilitam a postagem e publicação de conteúdos *on-line*;

6. *navegabilidade, usabilidade e multimídia*: os *blogs* são também ferramentas simples e de fácil compreensão, o que possibilita ao leitor uma rápida identificação visual e o aproxima do conteúdo. Além disso, como as demais aplicações para *web*, o *blog* apresenta recursos de multimídia, podendo trabalhar com texto, imagens (inclusive, *fotologs*), áudio (*podcasts*) e vídeo (*videologs*);

7. *autoridade e credibilidade*: como veículos autorais, os *blogs* jornalísticos são freqüentemente utilizados por colunistas de jornais, acostumados ao espaço mais pessoal. No *blog*, porém, a responsabilidade é inteiramente reconvertida para a figura do jornalista (v. NOBLAT, 2005);

8. *moderabilidade*: é o jornalista quem media a conversação no espaço do *blog*, sobre ele recai também a responsabilidade pela ordem. Essa característica atribui à figura do jornalista os papéis de moderador, mediador e censor;

9. *interatividade*: embora não seja exclusividade, nem tampouco criação dos *blogs*, a interatividade em ferramentas *web* possibilita o diálogo interno entre emissor e receptor, no caso, jornalista e leitor;

10. *interdiscursividade*: como *software* de redes sociais, o *blog* jornalístico possibilita ao seu titular o diálogo com titulares de outros *blogs*, implementando conversações paralelas e aprofundamento da cobertura.

Nenhuma destas características, tal como as exponho, aparece como exclusividade do universo dos *weblogs*. Sua confluência para uma única ferramenta, contudo, é que possibilita falarmos nos *blogs* jornalísticos tanto como uma apropriação diferenciada dos próprios *blogs* – e, de certa maneira, inovadora – quanto como um novo modo de jornalismo.

Esse novo modo de jornalismo não modifica substancialmente quaisquer dos gêneros jornalísticos preexistentes, mas atribui novo significado a esse conjunto de valores – expressos pelas “dez IDADES”. É um novo

modo de fazer jornalismo que, em certa medida, se apropria de técnicas e conhecimentos já em voga, mas os utiliza de uma nova maneira, consubstanciando, como espero expor nesse trabalho, uma espécie de metajornalismo, em que a notícia se apresenta transparente e aberta à construção coletiva do relato, a partir de opiniões e comentários dos leitores.

1 *Update* (ingl.) ou “atualização” é termo tomado de empréstimo ao vocabulário de informática.

2 O *Blog do Noblat*, entretanto, apresenta, além do espaço principal das postagens, uma seção de artigos, uma de entrevistas, uma de reportagens especiais, e o perfil do blogueiro, entre outros *links* internos. Nesse caso, tratamos o *blog* como um híbrido entre o formato simplificado característico destes veículos e o de um *site* de jornalismo *on-line* convencional, como é o caso da extinta página de Franklin Martins, <<http://franklinmartins.globo.com>>.

Há, contudo, outras exceções a esta conceituação. Miriam Leitão, por exemplo, estreou em seu *site* no dia 23 de maio de 2006. A página apresenta uma série de ferramentas, mas o mecanismo de postagem e atualização, a cargo da jornalista, é fundamentalmente o mesmo que o de um *blog*. A implementação de um sistema facilitado, como o de um *weblog* se justifica pela necessidade de tornar acessível a tecnologia pelo profissional descompromissado de quaisquer linguagens de programação. Miriam Leitão (apud O GLOBO, 2006b) comenta a página se justificando: “A cada segundo, um *blog* é criado no mundo. Não há, portanto, como ficar de fora desse movimento”, muito embora o endereço <<http://www.oglobo.com.br/miriamleitao>> tenha sido, na verdade, apresentado como o “*site* da colunista” (id., ibid.) e não figure entre os *blogs* do GloboOnline, de acordo com a listagem exibida pelo próprio portal, em 30 de maio de 2006. Assim, se Noblat aproxima seu *blog* do formato de um *site*, Leitão faz o contrário, trazendo seu *site* para mais próximo do universo dos *blogs*.

3 I. e., um modelo em formato *retrato*, que se opõe à página em *paisagem*, ou seja, horizontal.

4 A expressão “aos leigos”, que emprego nesta passagem, está em consonância com o estrondoso sucesso da série *For dummies*, publicada nos EUA pela Wiley Publishers, que popularizou os manuais de Informática com uma linguagem clara e objetiva.

5 *Blogosfera* é o termo usado para definir o conjunto social e identitário dos *weblogs*. “Muitos *weblogs* estão interconectados de modo denso; blogueiros lêem outros *blogs*, apontam *links* a eles, referem-se a eles em seus próprios escritos, e postam comentários uns nos *blogs* dos outros. Por este motivo, os *blogs* interconectados tornaram-se uma cultura própria. Outros termos em uso incluem *Blogtopia*, *Blogospaço* e *Bloguistão*.” (disponível em: <<http://en.wikipedia.org/wiki/Blogosphere>>).

6 Curiosamente, a definição fornecida pela Wikipédia para *blogs* políticos (disponível em: <<http://en.wikipedia.org/wiki/Blog>>) trabalha especificamente com o que tratarei mais adiante como *blogs* jornalísticos de política.

7 Não é minha intenção, aqui, trabalhar com estudos de recepção. Faço uso do termo apenas em contraponto ao pólo da emissão, quando esta polaridade se faz marcada.

8 O'Reilly criou o termo para uma conferência realizada pela sua editora, a O'Reilly Media, e, por questões de patrocínio e apoio, registrou a marca, limitando a patente apenas para conferências. Ironicamente, em 2006, a IT@Cork anunciava uma conferência própria sobre Web 2.0 quando foi notificada pela O'Reilly Media de que não poderia fazer uso do termo por questões de licença. Conhecido defensor da filosofia OpenSource, o escritor viu-se envolvido em uma polêmica sobre direito autoral e registro de marcas que o pôs em xeque diante da comunidade de usuários da internet.

9 As duas últimas nos oferecem um caso à parte. A Yahoo! direcionou seus esforços para uma adaptação a um novo modelo de negócios e, entre outras ações, tem incorporado uma série de empresas Web 2.0 para ampliar seus serviços. O Cadê?, um dos primeiros *site* de buscas brasileiro, foi inteiramente reformulado e, então, comprado pela própria Yahoo!. O AltaVista, outrora um dos mais efetivos *sites* de busca e modelo de negócios na internet, entrou em declínio aparentemente irreversível. Entre idas e vindas, a Google parece se destacar no ramo, pela capacidade de oferecer novos e abrangentes serviços, e combinar esses lançamentos com uma vencedora estratégia de publicidade.

10 A identificação de áreas de interesse é feita a partir de *tags* (etiquetas), definidas pelo próprio usuário, e pode variar de usuário para usuário. No del.icio.us, o *blog* de Ricardo Noblat aparece no sistema de busca indexado por 32 pessoas a partir das *tags* "blog blogs brasil jornalismo news notícias notícias políticos política", e por mais 17 pessoas pelas *tags* "autônomo blog blogs brasil brazil colonistas df jornalismo politics política". Isso significa dizer que uma busca por qualquer um desses indicadores resultaria em um *link* para o *Blog do Noblat*, mas uma busca por *tags* como política teria mais ocorrências e, portanto, apresentaria o *blog* em uma posição de maior destaque.

11 Para Palácios (2005) e Mielniczuk (2005a e 2005b), o jornalismo *on-line* passou por duas gerações e está, atualmente, atravessando o terceiro estágio. Na primeira fase, nos primórdios da internet, ele seria caracterizado por *sites* quase puramente textuais e notícias simplesmente transpostas da versão impressa de jornais e revistas para o ambiente virtual. Mais adiante, na segunda fase, os *sites* jornalísticos tinham conteúdo próprio, preparado para a internet, mas a hierarquização de notícias e a disposição dos portais seguia ainda o padrão de impressos. No terceiro e atual estágio, o que temos "São sítios jornalísticos que extrapolam a idéia de uma versão para a *web* de um jornal impresso já existente". (MIELNICZUK, 2005a:50)

12 Javier Díaz Noci (2006:6) se aproxima também bastante desta perspectiva, relacionando cinco aspectos: hipertextualidade, interatividade, multimidialidade, assincronismo (atualização contínua) e memória. Noci não desconsidera a personalização de conteúdo, mas a situa no âmbito da recepção, enquanto os outros aspectos permanecem no âmbito do produto e da produção de conteúdo (id.:24).

Jornalismo em tempo real e espaço virtual

Jornalismo. s. m. [Jornal + ismo.]

Jornal. s. m. [Do italiano *giornale*, pelo latim *diurnale*.] Diário.

A noção de periodismo está incutida no Jornalismo desde as suas raízes. Jornal ou *diurnal*, aquilo que se sobreescreve de acordo com o passar do(s) dia(s); *jour*, *giorno*. Esse caráter de atualidade está, portanto, intimamente relacionado com o gênero jornalístico. Mas é, de certo modo, levado a cabo no jornalismo *on-line* com o acompanhamento minuto-a-minuto dos fatos, chamado por muitos de cobertura em “tempo real”. Se antes era preciso esperar até o noticiário, agora o noticiário está ali, à espera do leitor. E, a despeito das críticas acerca da validade da expressão – qual o tempo irreal? pode-se haver um não-tempo da mesma forma que falamos em um não-espaço? –, essa agilidade será fator determinante para a constituição de uma nova rotina jornalística a partir do jornalismo *on-line*.

Portais como Globo.com, iG e UOL oferecem cobertura em “tempo real” dos principais eventos em sucessão no mundo. Em todos esses espaços,¹³ a notícia mais importante é subjugada pela notícia mais recente (cf. NOCI, 2006), de modo que o papel da edição é sensivelmente modificado.

O *blog*, construído para organizar seu espaço em função do tempo, “espelha a condição jornalística de debater, de discutir o novo, entendido como um cotidiano efêmero” (ALDÉ; ESCOBAR; CHAGAS, 2006:5-6), mas depende única e exclusivamente de seu titular para manter-se atualizado. Embora possa sobreviver no ciberespaço por tempo indefinido, graças à facilidade no armazenamento de informações, um *weblog* abandonado costuma ser também abandonado por seus leitores, uma vez que amortecendo o ímpeto da novidade, desaparece o desejo de comentar a notícia.¹⁴ Esse movimento é, aliás, explorado de maneira consciente por alguns blogueiros, mas sobre isso comentarei logo a seguir. O que nos interessa neste instante é o modo como a informação é disposta na página inicial do *blog*.

A ordem acronológica facilita esta “nova utilização do tempo” (cf. NOCI, 2006:42), escalonando as notícias da mais recente para a mais antiga, e arquivando mensagens de dias anteriores. A manchete de um *blog*, portanto, é sempre sua notícia mais nova, e o blogueiro deve ter cuidado ao distinguir seu cartão de visita, pois ainda que seja a mais recente, uma notícia que não desperte interesse no topo será desprezada pelos leitores.

Da mesma forma, a seção de comentários de um *blog*, seja ele jornalístico ou não, opera sob as restrições de atualidade e visibilidade de um *post*. Na maior parte dos casos, os leitores não costumam comentar notícias antigas, tanto com relação a notícias que já não ocupam a “manchete” do *blog*, quanto com relação a notícias que lá permanecem por bastante tempo.

A solução operacional adotada por blogueiros mais conscientes do processo de recepção da notícia parece aproveitar o critério da novidade nos dois sentidos. Quando é o caso de fazer crescer um determinado assunto, o *post* fica no ar, no topo do *blog*, por mais tempo. Isso faz com que os leitores invariavelmente mantenham o *post* com um número elevado de comentários, já que é a notícia mais recente (cf. ALDÉ; ESCOBAR; CHAGAS, 2006:12). Por outro lado, se o objetivo for envelhecer um assunto ou mesmo esvaziá-lo, pode-se reverter esse procedimento, atualizando (ou reatualizando) o *blog* seguidamente, em um espaço curto de tempo.

Ambos os recursos podem ser percebidos com alguma facilidade em *blogs* jornalísticos já que, nesse caso, os titulares parecem ter maior domínio sobre esse processo. Noblat, um dos jornalistas que mais vezes atualiza seu *weblog* durante o dia, vez ou outra parece provocar o leitor para o debate, quando deixa um longo intervalo entre *posts*.

Contudo, mesmo jornalistas não têm controle total sobre a necessidade de atualização de seus *blogs*. Em *post* de 10 de junho, Tereza Cruvinel ressalta a inevitabilidade do aspecto temporal na cobertura, pedindo que os leitores voltassem a um *post* seu, mais reflexivo, que havia sido esvaziado por força das circunstâncias:

Espero pelo menos que os terremotos políticos deixem de ser diários. Por falar em terremotos, os desta semana acabaram matando meu texto sobre Sartre, Simone e Cristina Tavares. Ele está aí, três textos

abaixos [sic]. Sugiro que vocês também se refresquem das notícias pontiagudas revisitando-o (CRUVINEL, 10/6/2006. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/online/blogs/tereza>>).

Em um universo segmentado, os jornalistas-blogueiros também sofrem com a pressão da atualização constante,¹⁵ em vista do esgotamento de alguns assuntos. No mesmo *post*, de 10 de junho, Cruvinel apontava, não sem alguma satisfação, que o Campeonato Mundial de Futebol, iniciado um dia antes, possivelmente desviaria a atenção dos assuntos políticos, dizendo que então ganharia um “refresco” (id., *ibid.*). Mas, em 28 de dezembro de 2005, ela mesma se queixava de ter de “escrever todos os dias nestes períodos em que a notícia política simplesmente some” (CRUVINEL, 28/12/2006. *Ibid.*), pois o recesso de fim de ano dificultava a prática jornalística.

O dilema de Cruvinel pode ser percebido também em outros *weblogs*, mormente os jornalísticos, que mantêm com os leitores essa relação de cobrança de atualização, própria do meio, e, muitas vezes, entendida como um dever ou uma condição, tanto pelo profissional jornalista quanto pelo público leitor. O bom jornalista é aquele que se mantém em cima do lance.

Cerca de três meses após inaugurar seu *blog*, Ricardo Noblat pretendia encerrá-lo, posto que havia encerrado também sua coluna no jornal carioca *O Dia*. A “pressão” dos leitores, contudo, o demoveu da idéia, e, em 6 de junho de 2004, depois de já ter se despedido, e continuar postando sem esclarecer se pararia ou não de atualizar a página, ele anuncia com simpatia: “vocês [os leitores] estão conseguindo que eu escreva até aos domingos” (NOBLAT, 4/6/2006. Disponível em: <<http://www.noblat.com.br>>).

Mas, além da cobrança dos leitores, outro fator exógeno parece contribuir para a atualidade de *blogs*, assim como de portais de conteúdo com informação jornalística *on-line*: a concorrência. De modo geral, é a concorrência que, também nos meios tradicionais, alimenta o bom exercício da profissão, contribuindo para o que se convencionou chamar de corrida pelo “furo”.

Nos *blogs*, o furo, como a manchete, corre em “tempo real”. Por isso, enquanto blogueiros relaxam no intervalo entre um *post* e outro, outros

aproveitam para conquistar leitores do concorrente, oferecendo notícias “frescas”. Noblat, por exemplo, já fez uso explícito desse expediente, instantes após Josias de Souza anunciar que entraria de férias.¹⁶

No entanto, entre os *weblogs* analisados no decorrer desta pesquisa, é ponto pacífico que jornalistas que se dedicam exclusivamente aos seus respectivos *blogs* os atualizam com maior frequência do que profissionais comprometidos com outros veículos, como televisão e impressos. A exceção, no GloboOnline, fica por conta de Jorge Bastos Moreno, que publica seus *posts* a intervalos de algumas horas. Os demais colunistas apóiam-se em uma rotina de atualizações quase semanais. Por um motivo parecido, o ritmo para blogueiros não-jornalistas também é diferente, já que eles precisam conciliar suas atividades profissionais – quaisquer que sejam – com a sucessão de atualizações e postagens.

Se, porém, posso falar em concorrência, não há que deixar de se registrar outra relação completamente oposta, que chamarei aqui de comensalismo. Essa prática acontece quando blogueiros de um mesmo veículo seguem ritmos parecidos de postagem. Novamente, cito como exemplo os *blogs* de política do GloboOnline, cujos colunistas, em virtude de suas atividades no jornal impresso *O Globo*, costumam atualizar seus *blogs* em horários parecidos. Em alguns momentos, três dos quatro colunistas especializados do portal chegaram a postar em “uníssono”, seguindo a lógica da folga, do intervalo do almoço, ou do fim do expediente às sextas-feiras.

Principal responsável pelo movimento que culminou na criação da estrutura narrativa conhecida como *pirâmide invertida* no jornalismo tradicional, a pressão exercida pelo tempo é também característica marcante de *weblogs* e jornais *on-line*. No espaço virtual, contudo, há outros efeitos que atuam sobre as notícias, muito além do simples “corte pelo pé”, que se tornou padrão nos meios impressos. As estruturas narrativas não são, neste instante, a nossa preocupação, mas é preciso lembrar que, somada ao desconforto provocado pela leitura diante da tela do computador (NOCI, 2006; CÁNOVAS, 2003; NIELSEN apud SANDOVAL, 2003; e outros), a



“TEREZA CRUVINEL: portal GloboOnline aproxima jornalistas e leitores do ‘confronto direto’”.

corrida pela instantaneidade é uma das causas do encurtamento dos textos. Segundo Barbosa (2005:171-2), essa busca incessante de maior agilidade “implica a fragmentação da narrativa às vezes ao extremo para que se possa obter um número maior de notícias publicadas”. Guillermo López García (2003:460-62) explica que, no jornalismo *on-line*, o caráter aberto de cada nota transforma a seqüência de matérias curtas em uma única reportagem. Essa opinião é compartilhada por Maria Tereza Sandoval (2003:428, tradução minha), para quem

O inconveniente de perseguir esta imediatez é que, em princípio, não dá tempo para que a informação seja digerida sequer por aqueles que a apresentam e comentam. Surgem, portanto, umas primeiras informações de que os jornalistas e a audiência consideram como um primeiro esboço. Algumas serão notícias prévias de grandes temas que se ampliarão em versões posteriores. Outras, menos destacadas, não merecerão peças mais largas.

Nos *blogs* jornalísticos, a cobertura em “tempo real” é chamada de *live action*. E a seqüência de notas em formato de pílula costuma conter muito mais do que meros relatos noticiosos, pois não raro os blogueiros vão além da mera informação de bastidores. Durante as sessões de depoimentos às CPIs, em meados de 2005, por exemplo, os *blogs* de Noblat e Moreno costumavam noticiar, entre um *post* mais sisudo e outro, trejeitos de parlamentares e piadas contadas em jantares com líderes partidários.

Tratando de *blogs* como diários íntimos e virtuais, Denise Schittine propõe que trabalhem com o conceito de biografema, imaginado originalmente por Roland Barthes, para designar “unidades [...] que, ao serem enunciadas na primeira pessoa, compõem um texto aparentemente autobiográfico, em que se podem ler os desejos e as iluminações fugazes, os momentos físicos e textuais de uma vida contados nas palavras de quem a viveu” (SCHITTINE, 2004:193). Felipe Pena (2004:83, grifo meu), por sua vez, tentando transportar o universo dos relatos biográficos para a internet, cria o conceito da “*biografia sem fim*, uma estrutura narrativa sem preocupação cronológica, interativa e dividida em fractais”. Minha visão é de que, a despeito da ordenação cronológica, os *blogs* jornalísticos trazem para a crônica e o relato noticioso esta mesma noção, descrevendo em pílulas curtas, fractais de uma mesma reportagem. Essas peças, cujo encaixe, muitas vezes, fica a cargo do leitor, constituem um único mosaico hipertextual da notícia em “tempo real”.

No âmbito da recepção, é possível encontrar distinção entre pelo menos dois tipos de leitores. Hooffacker (apud SANDOVAL, 2003:425) trabalha com a idéia de um leitor vertical e um horizontal. O último é aquele que procura absorver a maior quantidade de conteúdo no menor espaço de tempo. Para ele, bastam as manchetes, as chamadas, os *teasers*. O leitor vertical, por sua vez, é aquele que parte da manchete à íntegra do relato noticioso e, se tiver tempo, busca pelas fontes originais.

Não procuro inferir definitivamente qual o tipo de leitor é o mais assíduo nos *blogs* jornalísticos, mas entendo que parte de seu sucesso está no fato de a ferramenta possibilitar níveis diferenciados de recepção, cada qual adequado a um desses leitores. Ao leitor horizontal, portanto, bastará passar os olhos nos títulos dos *posts*, ver quais os assuntos mais e menos comentados, e assim por diante. O leitor vertical, ao menos o mais ativo,

terá interesse em participar mais intensamente do debate, dando opiniões, sugerindo pautas etc. A relação entre jornalista-blogueiro e leitor é precisamente o objeto deste estudo, mas por ora é bastante dizer que a página principal, com os *posts* do titular do espaço, compete em atenção com o foro de comentários¹⁷ dos leitores; não raro um mundo à parte.¹⁸ É cedo para atribuir aos comentários um papel na emissão mais do que secundário, mas, em minha análise, enxergo o foro como uma das grandes diferenças entre o jornalismo praticado em *blogs* e sua vertente mais tradicional. Nos *weblogs*, é possível comentar diretamente a notícia, julgando-a, opinando sobre o relato jornalístico e mesmo pautando o jornalista para futuros relatos.

O ‘blog jornalístico’

No que tange à periodicidade e à atualização dos conteúdos, o *blog* apresenta um formato inteiramente compatível com o do relato jornalístico, a despeito de sua organização temporal – em detrimento da organização editorial de veículos tradicionais. No entanto, é ainda difícil definir com precisão o que faz de um *blog* um veículo jornalístico.

A pesquisa¹⁹ que deu origem a este trabalho se iniciou a partir de um mapeamento de mais de 120 *blogs* que tratavam de política em diversas formas, além de assuntos relacionados com a blogosfera. A opção inicial de classificação apontou para que tratássemos os *blogs* jornalísticos não pela priorização do assunto, mas pela vinculação do blogueiro ao veículo. Chegamos, então, a três grandes grupos:

1. *Blogs* oficiais, de jornalistas reconhecidos em outros meios e associados a um portal *on-line* do veículo;
2. *Blogs* oficiais, de jornalistas reconhecidos em outros meios e associados a um portal de conteúdo na internet;
3. *Blogs* independentes, de jornalistas (ou não) reconhecidos (ou não) exclusivamente em meio digital e não associados formalmente a qualquer portal de conteúdo.

Ocorre que esta tipologia não resolveu inteiramente as questões com que lidávamos, sobretudo no que diz respeito à diferenciação entre um *blog* jornalístico e um *blog* de opinião – este último, diga-se de passagem, a

grande maioria dos *blogs* mapeados. De posse da relação completa, procurei dividir em blocos esse resultado, e ainda que, obviamente, não resuma com absoluta precisão a amostra pesquisada, tratei-a em dez categorias, a saber:

1. *Blogs* de política e opinião, com prioridade para temas correntes no cenário político nacional. *Exemplos*: *Catarro Verde* (de Sérgio Faria), *Vida & Política* (de Wilson Tosta) e *Repórter de Crime* (de Jorge Antônio Barros);
2. *Blogs* de opinião e política, com prioridade para comentários sobre temas correntes no cenário político nacional. *Exemplos*: *O Barnabé* (de Alfred E. Neuman), *Velho do Farol* (de Marcus Pessoa) e *O Reacionário* (de Reacionário);
3. *Blogs* de política e bastidores, conduzidos por jornalistas reconhecidos. *Exemplos*: *Blog do Noblat* (de Ricardo Noblat), *Blog do Colunista* (de Jorge Bastos Moreno) e *UOLPolítica* (de Fernando Rodrigues);
4. *Blogs* de política e bastidores, conduzidos por políticos. *Exemplos*: *Blog do Cesar Maia* (de Cesar Maia), *Mangabeira – Alternativa 2006* (de Roberto Mangabeira Unger) e *Gabeira.com – Diário* (de Fernando Gabeira);
5. *Blogs* de opinião e política, com prioridade para temas e assuntos levantados pelo universo acadêmico. *Exemplos*: *Gutierrez / SU* (de Suzana Gutierrez), *Pensamento Nômade* (de Efêmera) e *Fieldbook* (de Maria Elisa Máximo);
6. *Blogs* de opinião e política, com notícias relacionadas com a blogosfera e com o universo do jornalismo *on-line*. *Exemplos*: *Comitê para Proteção dos Bloggers* (coletivo), *Que Jornalismo é Esse???* (de Fábio Monteiro) e *Index Blogum Prohibitorum* (de Roman);
7. *Blogs* de política, opinião e cultura. *Exemplos*: *O Biscoito Fino e Massa* (de Idelber Avelar), *Por um Punhado de Pixels* (de Nemo Nox) e *Blog do Gejfin* (de Gejfin);
8. *Blogs* de política, opinião e humor. *Exemplos*: *Vizinho do Jefferson* (de Vizinho), *O Livro dos Insultos* (de RMT) e *Kibe Loco* (de Antonio Tabet);
9. *Blogs* de economia e política. *Exemplos*: *Bresser Pereira* (de Bresser Pereira), *Blog do Colunista* (de George Vidor) e *Economia Everywhere!* (coletivo);
10. *Blogs* de filosofia política e opinião. *Exemplos*: *Austríaco* (de Lucas Mendes), *Arcana Coelestia Universalis* (de Alphonse Van Worden) e *sic* (de Fabiano Moraes).

A diferença entre as categorias 1 e 2 está na ênfase com que tratam os

assuntos em seus *posts*. Um *blog* pertencente à primeira terá maior teor de objetividade em seus comentários, restringindo-se, na maior parte das vezes, a noticiar. Já o *weblog* da segunda categoria poderá analisar o fato ou dar-lhe repercussão, com uma impressão crítica sobre o tema. É geralmente mais subjetivo e, portanto, pessoal.

Os *blogs* da categoria 3 foram selecionados exclusivamente de acordo com o critério de notoriedade de seus titulares. A essa categoria pertence a maior parte dos veículos acompanhados na segunda etapa desta pesquisa. O critério de identificação profissional foi utilizado também para classificar os *blogs* pertencentes à categoria 4. *Blogs* que não se dedicavam exclusivamente a temas de ordem política foram classificados de acordo com suas ênfases nas categorias de 5 a 10.

De todo modo, as categorias listadas serviram apenas de parâmetro inicial, posto que em muitos casos é bastante difícil a separação. O *Blog do Tas* – assinado pelo repórter Marcelo Tas –, por exemplo, poderia estar classificado em qualquer um dos grupos 2, 3, 7 e 8. E mesmo os *blogs* de jornalistas voltados para a política, ocupariam, por definição, as categorias 1 (ou 2, pontualmente) e 3. Como traçar essa tipologia? Optamos por trabalhar com uma amostra intencional de *blogs*, o que nos deu margem para classificá-los de acordo com o grau de subjetividade, e obedecendo à tipologia proposta nas duas primeiras categorias: *blogs* que dão prioridade ao *status* jornalístico noticioso; e *blogs* que dão preferência à opinião e à análise dos fatos.

Feito isto, estava aberto o caminho para a pesquisa empírica. Para tanto, cuidamos de selecionar 12 *blogs* que refletissem nossos interesses na pesquisa que se iniciava. A escolha do *Blog do Noblat* se mostrou inevitável, uma vez que se tratava do caso de maior repercussão em outras mídias. Além deste, optamos por acrescentar os quatro *blogs* de colunistas políticos do GloboOnline, por serem o maior contingente de jornalistas-blogueiros vinculados a um veículo tradicional e, ainda, por se tratar de *blogs* que entraram no ar antes mesmo do *blog* de Ricardo Noblat. Fernando Rodrigues e Josias de Souza foram incorporados por serem jornalistas-blogueiros da *Folha* e do UOL, ambos com estilos diferentes de comandar seus *blogs*. Nemo Nox, Idelber Avelar e Alexandre Soares Silva entraram na lista por serem jornalistas e/ou profissionais da Comunicação não vin-

culados oficialmente a qualquer portal de conteúdo ou veículo de massa tradicional. Todos eles voltam seus esforços para o eventual comentário político, mesclando-o com doses de informações de cunho cultural, histórico e filosófico. Os dois últimos são representantes legítimos dos círculos polarizados que mais tarde discutiremos, sendo o primeiro, *Política, Poesia e Putaria*, um *blog* ideologicamente de esquerda, enquanto *Direita*, como o próprio nome já diz, ocuparia a *lacuna* do lado inverso.

Mantive, então, a seguinte relação: *Blog do Noblat* (de Ricardo Noblat, anteriormente vinculado ao iG e mais tarde ao portal de *O Estado de S. Paulo*); *Blog do Colunista* (de Jorge Bastos Moreno, GloboOnline); *Blog da Colunista* (de Tereza Cruvinel, GloboOnline); *Blog da Colunista* (de Helena Chagas, GloboOnline); *Blog do Colunista* (de Ilimar Franco, GloboOnline); *Nos Bastidores do Poder* (de Josias de Souza, Folha/UOL); *Blog do Fernando Rodrigues* (de Fernando Rodrigues, Folha/UOL); *O Biscoito Fino e a Massa* (de Idelber Avelar); *Por um Punhado de Pixels* (de Nemo Nox); *Alexandre Soares Silva* (do mesmo); *Direita* (de Giovani MacDonald); e *Política, Poesia e Putaria/Cavalo Verde*²⁰ (de Emanuel Grilo, Ismael Grilo, Augusto César, Erik M. Virgulino de Souza e Leo Pinto).

Estes *blogs* foram analisados diariamente entre outubro de 2005 e junho de 2006. O acompanhamento foi manual entre outubro de 2005 e janeiro de 2006, período em que acessei todos os *sites* e pincei comentários dia após dia. Nos seis meses seguintes, essa rotina pôde ser semi-automatizada por *feeds* de rss,²¹ abrindo margem para que o acompanhamento seguisse *a posteriori*.

Todas as citações de interesse particular foram registradas em uma espécie de diário de campo, e, aproximadamente de três e três meses, desenvolvi relatórios parciais de pesquisa, com os dados de observação mais relevantes do período.

Dito isto, meu esforço aqui passa a se concentrar sobre a expressão “*blog* jornalístico”, termo em que insistirei durante o desenrolar deste estudo. Denomino *blog* jornalístico todo e qualquer *weblog* que contenha informação jornalística, seja ela noticiosa ou analítica. Por informação jornalística,

compreendo o conteúdo de um noticiário, acompanhado ou não de comentários, dado a público através de um meio de comunicação. Minha intenção é desvincular o adjetivo (“jornalístico”) do nível profissional, possibilitando a identificação jornalística com atores sem diploma e que não mantenham relação com veículos de mídia ou portais de conteúdo.

Contudo, dos 12 *blogs* analisados, os cinco últimos – precisamente os que se enquadrariam na categoria de *independentes* – não se atêm à informação sobre política, e, por vezes, misturam mesmo o interesse público com idiosincrasias e relatos confessionais. Desse modo, hesito em tratá-los como *blogs* jornalísticos, conquanto possa identificar conteúdo de cunho jornalístico em seus *posts*. A pergunta que fica é: não seriam os *blogs* veículos inerentemente idiosincráticos? Por enquanto, proponho uma pausa para essa reflexão, para que possamos analisar outro aspecto: a recursividade da informação na rede. Minha hipótese é de que os *blogs*, mais do que o próprio jornalismo *on-line*, trabalham com esse diálogo entre tempos passados e presentes e, desse modo, proporcionam maior transparência ao processo jornalístico.

13 Em geral, a cobertura minuto-a-minuto está restrita a uma seção do portal. No Globo.com, é possível acessá-la pelo *link* do Plantão GloboOnline, <<http://oglobo.globo.com/online/plantao>>. No iG, a mesma seção ganha o nome de Último Segundo, <<http://ultimosegundo.ig.com.br>>.

14 E aqui vale a menção à correspondência em várias línguas entre notícia e novo/novidade, [em fr.] *nouvelle*, [em ing.] *news*, etc.

15 “As cobranças dos leitores e a audiência das páginas mais freqüentemente atualizadas atestam a importância atribuída a este ritmo contínuo, e confirmam o perfil *on-line* dos leitores e comentadores de *blogs* de política. Muitos interlocutores do colunista Ilmar Franco, por exemplo, criticaram sua postura de atualizar o *blog* uma única vez ao mês e ameaçam deixar de acompanhá-lo. O mesmo ocorre com Tereza Cruvinel, que até já justificou sua posição, dizendo que a coluna é factual e o *blog*, analítico, o que lhe daria maior liberdade temporal para postar suas mensagens” (ALDÉ; ESCOBAR; CHAGAS, 2006:12).

16 Josias de Souza postou por volta de 9h30, avisando aos leitores que tiraria férias por alguns dias durante Natal e Ano-Novo. Noblat, menos de duas horas depois, informava: “Este *blog* funcionará normalmente nos próximos dias. Com notícias, artigos e uma programação musical especial para marcar os dias 24 e 31” [NOBLAT, 22/12/2006. Op. cit.].

17 Neste trabalho, alterno indistintamente as palavras *seção* e *foro* para designar o nome que atribuo ao espaço dedicado aos comentários dos leitores dos *weblogs*. Uso ainda a variação *fórum* para designar a aplicação *web* voltada propriamente para discussões organizadas sob tópicos; e reservo *foro* apenas para a ferramenta de comentários, quando presente, em *blogs*.

18 Assim, os comentários que se desenrolam nos foros se assemelham a *chats* como em aplicativos de Internet Relay Chat (IRC). Mas a questão da atualização se estende também a eles: “No *Blog do Noblat*, a atitude fica mais visível quando nos deparamos com uma categoria virtual de olheiros – leitores que se dispõem a avisar quando há uma nova mensagem do jornalista, para que os demais atualizem seus navegadores e possam seguir comentando no espaço dedicado ao novo *post*”. (ALDÉ; ESCOBAR; CHAGAS, 2006:12)

19 O tema desenvolvido em todo este trabalho é resultado de estudos realizados em uma das linhas da pesquisa “Novas TICs e sua apropriação: histórias de vida e cidadania”, coordenada pela Prof^a Dr^a Alessandra Aldé e discutida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Faculdade de Comunicação Social (FCS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

No decorrer deste trabalho, farei menção a “esta pesquisa” ou “a pesquisa em questão” como sendo “a pesquisa que originou este trabalho”, e, portanto, incluindo todo o tempo de discussão em grupo e o período de orientação durante o qual fui bolsista PIBIC da Faculdade de Comunicação Social da UERJ, orientado pela já referida professora Aldé. (Levando em consideração as conclusões obtidas em grupo, faço uso, em alguns momentos, da primeira pessoa do plural, de modo a indicar tais parcerias.)

20 O nome oficial do *blog* segue sendo *Política, Poesia e Putaria*, mas alterna com o do domínio – hospedado no servidor *Blogspot* – <<http://www.cavalo-verde.blogspot.com>>.

21 RSS: Rich Site Summary (na versão 0.91), RDF Site Summary (versões 0.9 e 1.0) ou Really Simple Syndication é o nome da tecnologia que permite que usuários de internet se inscrevam para receber regularmente atualizações (*feeds*) de conteúdo de um determinado *site*.

Memória e esquecimento nos logs da web

Funes, o personagem de Jorge Luís Borges, é um homem incapaz de esquecer. Ele se lembra de tudo com tal riqueza de detalhes que se perde em suas próprias memórias e não consegue produzir nada. O que discuto neste momento são justamente os efeitos que advêm da memória múltipla e cumulativa (PALÁCIOS, 2005) do material informativo, e de sua contextualização (RECUERO, 2003a) no relato jornalístico *on-line*. E a analogia de Funes pode me auxiliar a tratar de algumas questões concernentes à hipertextualidade e recursividade no jornalismo *on-line* – de maneira ampla –, e mais especificamente em *blogs* jornalísticos.

É bem verdade que veículos tradicionais já trabalhavam com boxes e gráficos, resultantes de pesquisas e recuperação de relatos anteriores (PALÁCIOS, 2005:26-27). Nas chamadas suítes – continuações de matérias –, não raro um cronograma apontava ao leitor todo o histórico da notícia. Mas a compressão dos dados em bases digitais e a implementação de novas e melhores tecnologias de armazenagem possibilitaram novo uso dessa documentação.

Essa memória, no jornalismo *on-line*, trata da quantidade de informações disponíveis relacionadas a uma determinada notícia, que ficam arquivadas no jornal e podem ser, constantemente, ‘trazidas à tona’ e ‘linkadas’ na notícia como forma de complementar e contextualizar a informação. Essa é uma característica trazida especificamente pelo hipertexto na Rede. Através dela, é possível que toda informação colocada na internet seja contextualizada, com a apresentação franca das fontes ao leitor, como acontece nos *warblogs* mas, nem sempre, no jornalismo *on-line* (RECUERO, 2003:11).

Ao falar da memória, Marcos Palácios firma este ponto de vista: conquanto se aponte uma relação de continuidade com suportes anteriores –

já que a recursividade e a contextualização também neles estavam presentes –, na produção jornalística *on-line*, a documentação deixa de ser complementar e passa a ocupar o espaço de fonte (MACHADO, 2003; MACHADO apud PALÁCIOS, 2005). A recursividade, então, pode ser entendida como o movimento sistemático de recurso à memória e à documentação armazenadas em ambientes *on-line*; ²² armazenagem esta, que, volto a lembrar, seria virtualmente ilimitada.

Nos *blogs* jornalísticos, seguindo seu papel de mediação – papel, diga-se de passagem, muito próximo do que Luís Martins da Silva (2002) designa como o de um “jornaleiro virtual” –, a recursividade vai além das barreiras do próprio veículo. Alguns *posts* fazem referência a outros portais, outros *sites*, outros *blogs*. Nesse sentido, os *weblogs*, mais do que os portais jornalísticos, confrontam fontes de notícias de origens diversas, e apresentam essas fontes, indicando abertamente ao leitor veículos diferentes. Isso, que chamo de inter-recursividade, é, talvez, uma das mais importantes práticas incorporadas pelos jornalistas-blogueiros, muito embora não seja difícil reconhecer que blogueiros vinculados a veículos tradicionais de mídia ou a portais de conteúdo ainda tenham certa dificuldade em manejar conteúdo de outras fontes.

Noblat é um caso exemplar nessa restrição implícita. Seu *blog*, depois de aliado ao portal do jornal *O Estado de S. Paulo*, utiliza apenas imagens da Agência Estado, portanto, proprietárias. Já os *blogs* de Josias de Souza e Fernando Rodrigues trazem material disponibilizado apenas para assinantes da *Folha de S. Paulo* e do portal UOL. Fernando, inclusive, já pensou em criar uma seção no *blog* restrita a assinantes, mas foi largamente criticado pelos seus leitores. Enquanto isso, blogueiros independentes, como Idelber Avelar e Alexandre Soares Silva, usam fotos e dados próprios ou de acesso gratuito na rede, medida que favorece o diálogo inter-recursivo.

Entre os blogueiros independentes, são muitos os *links* apontados para outros *blogs* no próprio corpo dos *posts* e nos chamados *blogrolls* (relação de páginas indicadas como favoritas pelo blogueiro). Esses *links* são óbvios recursos de hipertextualidade, mas, mais do que isso, constituem la-

ços que, no fim de contas, unem blogueiros em uma espécie de círculo inter-recorrente, como veremos nos capítulos finais deste estudo. Interessá-nos até aqui avaliar como esse diálogo pode transcorrer em vários pontos da rede, simultaneamente.

A ferramenta de *trackback* pode facilitar este diálogo, na medida em que alerta o blogueiro que a utiliza para quantas e quais vezes seu *post* foi referido em outros *blogs*. Com este tipo de ferramenta, é possível, entre outras coisas, manter um diálogo de citação direta e intertextual entre dois blogueiros. Nos *blogs* jornalísticos de maior expressão, contudo, o *trackback* ainda engatinha para ser aplicado universalmente como forma de cultivar a interdiscursividade e a inter-recursividade. Por ora, a hipertextualidade ainda é manual.

Notícia em profundidade

Hoffhacker (apud SANDOVAL, 2003) fala de uma leitura em profundidade para caracterizar o leitor vertical, que busca a informação nas fontes diretamente apontadas pelo hipertexto. Já vimos como os *blogs* contribuem especialmente para essa relação de abertura entre fonte e destino da produção jornalística. Nesse sentido, é de particular relevância a classificação que Mark Deuze propõe para os *weblogs*. Sem citar o aspecto da instantaneidade, ele classifica os *sites* jornalísticos (e não apenas *weblogs*) em quatro gêneros distintos: os *mainstream news sites*, os *index/category sites*, os *comment sites* e os *discussions sites*, valorizando – cada um em uma medida – hipertexto, multimídia e interação.

Para Deuze, o espaço de discussão não é a característica mais essencial da ferramenta. Em vez disso, são os *links* e os comentários do próprio autor sobre os assuntos selecionados o ponto que desperta maior interesse.

O que é às vezes chamado de novo jornalismo *on-line* é o fenômeno do *weblog* ou *blog*, um diário pessoal *on-line* mantido não necessariamente por um jornalista, contando histórias sobre experiências suas e oferecendo aos leitores *links* com comentários para o conteúdo, descobertos enquanto surfava pela *web*. (DEUZE, 2002:4-5 – tradução do autor)



“NOS BASTIDORES DO PODER: O título do *blog* de Josias de Souza já diz muita coisa.”

These types of individual journalism (a.k.a. user-generated content sites) can be located somewhere between index and comment sites, as they tend to offer limited participatory communication (more often it is just one person speaking his or her mind about certain issues and offering links), but present plenty of content — and comment on content (DEUZE, 2002:4-5).

Álvaro Ibáñez (apud GARCÍA, 2003:487) aplica uma classificação semelhante, ao distinguir os *blogs* entre *diários*, *apuntes* e *filtros*. São três categorias que se diferenciam das apresentadas por Deuze. Contudo, fica evidente a vocação dos *blogs* para a hipertextualidade e a análise.

Seguindo a tipologia proposta por Luciana Mielniczuk (2005b) sobre o uso de *links* em *sites* de jornalismo *on-line*, de acordo com o tipo de informação, entendo que os *blogs* pesquisados fazem uso de *links* editoriais, de serviços e publicitários. No entanto, são os *blogs* independentes os

que melhor aproveitam as potencialidades dos *links* editoriais – subdivididos nas seguintes subcategorias: *links* de acontecimento, de detalhamento, de oposição, de exemplificação, de complementação ou ilustração e de memória. Os *blogs* jornalísticos, que de algum modo estão vinculados a veículos tradicionais ou portais de conteúdo, costumam apresentar como mais evidentes os *links* publicitários e, vez ou outra, apontam para *links* editoriais, sobretudo de detalhamento, complementação e memória. Mas, em geral, seguem a conclusão de Deuze (2002:7, tradução minha) de que “poucos *sites* na verdade oferecem extensivamente *hiperlinks* externos”.

Javier Díaz Noci (2006) alia a hipertextualidade à multimídia²³ para tentar provar que o texto jornalístico para a *web* pode encontrar estruturas alternativas à *pirâmide invertida*; pois, se trabalharmos com a recursividade em lexias ramificadas, a construção tradicional de *lead* + *documentação* perde o sentido. A idéia de Noci contribui para que pensemos a memória paralelamente ao texto principal, e não apenas em segundo plano.²⁴ No jornalismo de *blogs*, a documentação “linkada” transpassa a barreira da autoridade profissional.

O efeito palimpsesto e o paradoxo da webmemória

Encerro esta discussão sobre memória e recursividade no ambiente da *web* tratando do que Noci (2006:50) convencionou chamar de “efeito palimpsesto”. A técnica do palimpsesto, usada desde a Antigüidade, permitia que se alterassem informações em um texto já escrito, raspando levemente a superfície do pergaminho. A metáfora, porém, quando aplicada ao jornalismo *on-line*, sobretudo ao objeto deste trabalho, os *weblogs* jornalísticos, permite-me traçar um paradoxo com a noção de memória que discuti até aqui. O que os teóricos chamam de “efeito palimpsesto” é a prática – levada a cabo por alguns jornalistas e veículos jornalísticos – de modificarem seus textos após a publicação. Isso é possível, obviamente, graças à facilidade de edição e à volatilidade do suporte. Mas de que maneira uma medida como essa contribuirá para o processo jornalístico? A pergunta não é apenas retórica, pois que está aí lançado o paradoxo que anunciei há pouco.

Se posso falar em uma memória infinita,²⁵ a alteração de um dado previamente “memorizado”, no mínimo, alteraria também toda essa memória, e, portanto, falsearia a memória anterior. Denise Schittine (2004:138-9) fala de uma memória mutável, tornada possível pelo novo papel que cumprem a releitura e a reflexão na escrita eletrônica, uma vez que, agora, voltar ao texto e repensá-lo é simples. Em termos práticos: um leitor que lê a notícia *on-line* não poderia jamais estar certo de que a notícia é definitiva, uma vez que ela poderia ser alterada, a depender da vontade de seus editores. Por outro lado, se há uma memória infinita, a relação de efemeridade da notícia pode ser outra, uma vez que essa informação será constantemente recuperada. Desse modo, alterar os dados de uma matéria seria não mais que o presumível, pois o leitor que ali chega é atemporal.

Nesse sentido, a memória estaria intimamente relacionada com a questão da credibilidade jornalística. Uma matéria volátil é mais ou menos confiável? Os argumentos a favor de ambas as respostas estão logo acima. Mas é bom lembrar que os *blogs* parecem ter encontrado uma solução engenhosa para esse tipo de conflito. Usando letras *tachadas* (i. e., transpassadas por uma linha horizontal), blogueiros alertam o usuário para o fato de que aquela informação foi alterada e já não consta da notícia. Embora teoricamente possa ser aproveitada nos demais produtos jornalísticos da *web*, somente os *blogs* apresentam o grau de informalidade necessário para tanto.

Digo “informalidade” justamente pela relação de cumplicidade (SCHITTINE, 2004) estabelecida entre emissor e receptor nos *weblogs*. Isso, porém, me leva a uma outra questão, uma questão de que tratarei em miúdos no decorrer deste trabalho, mas sem poder furtrar-me a mencioná-la aqui. Falei de “efeito palimpsesto” como um paradoxo entre memória e esquecimento na internet. Falo agora, um pouco objetivamente, do que chamaria de “amnésia digital”.

Como provado por *Funes, o memorioso*, memória e esquecimento não se chocam; se completam. Se, como ele, somos um repositório de lembranças, é preciso que, em contrapartida, saibamos esquecer, que saibamos selecionar as informações que nos interessam. Há nessa provocação duas menções ao universo dos *blogs*. A primeira é a mais simples constatação de que, com o acesso facilitado à emissão, a proliferação de emissores

(MAIA, 2002; SOLER, 2003; e outros) gera *ruído*. E, então, quanto mais informação temos, menos somos capazes de absorvê-la. Daí decorre o conceito de *amnésia* que proponho. A segunda é que o papel dos *blogs*, por mais idiossincrático que isto possa soar, parece ser justamente o de selecionar conteúdos, ou seja, mediar a produção de conteúdo informativo até o leitor final, tarefa que sempre coube ao jornalista.

22 Para Denise Schittine (2004:86), na escrita dos *weblogs*, “é comum existirem [...] alguns *links* e comentários sobre outros *blogs*. Isso faz com que o leitor que estiver acompanhando o texto frequentemente possa traçar o caminho pelo qual passou o seu autor”. Esse caminho é o que a autora chama de “trilha reflexiva”.

23 Para Noci (2006:39, tradução minha), “a multimedialidade seria a capacidade de processar e difundir mensagens que integrem diversos códigos lingüísticos – textuais, visuais e sonoros – em um conjunto que tenha unidade comunicativa”.

O lugar do blogueiro na notícia

Habitualmente em evidência quando se discute a atuação do jornalista no processo de construção e seleção das notícias, o contraste entre objetividade e subjetividade chega aos *blogs* jornalísticos com força ainda maior. Tidos como sinônimo de um diário íntimo e adolescente (SCHITTINE, 2004; CARVALHO, 2001; RÓNAI, 2005), os *weblogs* apontam para a frágil distinção entre ambos os discursos, sobretudo no que tange ao relato jornalístico. Espaço pessoal, por vezes tratado como inerentemente subjetivo (id., ibid.), não há como negar que, nos *blogs* jornalísticos, mesmo nos mais noticiosos – em oposição aos analíticos –, o palpite e o posicionamento se aproximam do prognóstico imparcial. Mas essa aproximação não é exclusividade dos jornalistas blogueiros ou blogueiros jornalistas; também nos meios mais tradicionais há espaço para a notícia interpretativa.

Alguns teóricos chegam a questionar o processo de produção de um noticiário. Fernando Lattman-Weltman (1992:112), por exemplo, afirma que esse processo “mantém-se firmemente ancorado na subjetividade dos atores que dele participam”. Desse modo, a seleção dos fatos dignos de ser noticiados já seria, por si só, um aspecto marcante da subjetividade no jornalismo. Gaye Tuchman cita Shibutani (apud TUCHMAN, 1971:81) ao comentar a máxima pretendida por jornalistas de que “os fatos falam por si”, deixando claro que essa visão não se estende ao campo sociológico, segundo o qual é preciso que alguém fale pelos fatos. Mais adiante, a própria Tuchman (op. cit.) ironiza, lembrando que, se esse critério de objetividade na seleção dos fatos mais importantes do dia fosse efetivamente válido, não haveria razão para que os jornais escolhessem manchetes distintas nas suas respectivas primeiras páginas. Seria o *news judgement* (perspicácia profissional),²⁶ evocado tanto por Gaye Tuchman quanto por Michael Schudson para justificarem o critério de noticiabilidade adotado por jornalistas, uma apreciação subjetiva?

O que fica claro a partir destas inferências é que a objetividade jornalística, conforme avalia Tuchman, é apenas uma definição operacional, que funciona muito mais como um “ritual estratégico” do que como um

valor ético.²⁷ Um ritual de defesa – como atesta Schudson – de peculiar importância para instituições que, acima de tudo, se dedicam à sobrevivência econômica, e, portanto, explicitamente ou não, são “órgãos políticos”. (SCHUDSON, 1978:3)

Schudson, aliás, narra a busca pela objetividade no jornalismo americano de acordo com o passar dos tempos, ressaltando a importância da política na postura adotada pelos jornalistas em relação à objetividade. O autor (id.:141-2) sustenta que, ainda no início do século XX, as atuações de profissionais de relações públicas e da propaganda de guerra (*wartime propaganda*) deixaram os jornalistas desconfiados dos fatos, vendo tudo como ilusão (id., *ibid.*). Nesse momento, há um recrudescimento da imparcialidade, sob alegação de que a interpretação poderia comprometer politicamente o veículo. Mais adiante, porém, a despeito de os críticos e a imprensa terem tomado a objetividade como “emblema” do jornalismo americano (id.:9) – em contraposição aos *party papers* europeus –, duas outras vertentes dão origem a tradições jornalísticas: uma, mais literária; e outra, mais investigativa. Note-se que ambas as vertentes são, em certo sentido, interpretativas (id.:187), e, portanto, diferem do chamado jornalismo objetivo. De acordo com o próprio Schudson (id.:189, tradução minha), “onde o jornalismo literário contrasta paixão à ‘fria’ objetividade, a tradição investigativa distingue sua agressividade à passividade da reportagem objetiva”. A partir daí, parece ter se tornado ainda mais difícil definir o papel do jornalista diante dos fatos – se de um observador neutro, ou de um participante.

“Em MEEP [Mudança estrutural da esfera pública], Habermas concebe a imprensa opinativa como uma importante instituição para a divulgação de idéias e o estabelecimento do debate político racional, na sociedade burguesa.” (MAIA, 2006:11) Em contraposição, temos a proposição de Tuchman (1971:76-84), segundo a qual a objetividade seria apenas uma tentativa de evitar processos e complicações judiciais, já que esse tipo de percalço poria em perigo não só a reputação do veículo e a propensão do leitor a comprá-lo nas bancas, mas a própria rotina jornalística dos profissionais envolvidos.

Assim é que a antropóloga define quatro procedimentos “estratégicos” para que o jornalista se aproxime dessa objetividade operacional: a

estruturação da informação numa seqüência apropriada (pirâmide invertida); a apresentação de possibilidades conflituais; a apresentação de provas auxiliares; e o uso judicioso das aspas. Este último procedimento, diz Tuchman, tira a opinião do repórter da notícia e faz com que outros digam o que ele pensa. É nesse sentido que podemos pensar na relação entre objetividade e credibilidade jornalística, pois os relatos interpretativos são rotulados em jornais impressos e *on-line* como “de análise” (TUCHMAN, 1971:84) ou “opinião”, para se diferenciarem dos demais.

Espaço interpretativo por excelência, o editorial do noticiário – impresso ou audiovisual – costumava expressar (e ainda expressa) a *opinião coletiva* e institucional do veículo. A demanda crescente de objetividade, contudo, fez com que as análises e críticas se restringissem a pontos estratégicos, como as colunas de política. Os colunistas políticos, portanto, se apresentam como legítimos representantes da vertente interpretativa, subjugada pelo modelo americano de objetividade jornalística. E suas colunas são dos últimos refúgios para a subjetividade²⁸ – mesmo porque sua autoridade lhes confere liberdade para experimentar, para analisar, para criticar e, sobretudo, para *errar*. “A coluna política foi, entre outras coisas, o reconhecimento institucional mais importante do jornalismo de que não havia mais fatos, apenas interpretações individualmente construídas” (SCHUDSON, 1978:151, tradução minha).

Autoridade, notoriedade e credibilidade do colunista no jornalismo on-line

Nos jornais *on-line*, como nos meios impressos e audiovisuais, há hoje raros espaços para o “capricho” da subjetividade. Talvez por conta da cobertura em “tempo real” – como vimos há pouco –, esse veículo tenha ainda mais compromisso com a objetividade noticiosa do que seus antecessores e, por isso, haja ainda menos espaço para o autor. Alguns portais reservam, sim, *sites* e editoriais para nomes que repercutem no jornalismo em âmbito nacional, como são os casos de Miriam Leitão, no

GloboOnline, e Lillian Witte Fibe, no UOL. News, mas esse tipo de *página pessoal* funciona para o jornal *on-line* como as colunas funcionam para o jornal impresso. Afora isso, a cobertura é predominantemente produzida (ou reproduzida) a partir de notas e matérias recebidas através de agências de notícias.²⁹

A reprodução, embora pareça ir contra a lógica alternativa da rede, de dar voz a emissores que antes tinham dificuldade de acesso aos meios, segue o paradigma que discuti, o da atualidade e da pressão por notícias minuto-a-minuto. O estreitamento do intervalo de refrescagem do noticiário alimenta a prática do *corta-e-cola*, que, por sua vez, dá vazão a um noticiário notadamente internacional, homogêneo – em relação aos portais concorrentes, e, mesmo, aos veículos mais tradicionais –, e “anônimo” – i.e., em que não se destacam nomes da equipe de reportagem do veículo, mas créditos das agências, cujas notas serviram de fonte.

É nesse contexto que os *weblogs* jornalísticos aparecem como espaços de subjetividade na *web*, pois se a competição com a televisão proporcionou aos impressos uma revisita ao jornalismo interpretativo (SCHUDSON, 1978:181), o mesmo processo parece catapultar os *blogs* ao estrelato, com análises, interpretações pessoais e, sobretudo, a figura *imponente, mas humana* do colunista.

Digo “imponente mas humana” porque ambos os valores dialogam constantemente no cotidiano dos jornalistas-blogueiros. Se por um lado, o colunista está mais próximo do leitor, de certa forma mais “humanizado”, por outro, ele continua sendo um ponto de convergência e, portanto, uma autoridade jornalística constituída, já que é apenas por essa razão que os leitores o acessam.

Aliar um *blog* a um portal de conteúdo ou a um *site* de jornalismo *on-line* é uma boa saída para abrir novas portas, mas nesse caso a decisão estratégica fica por conta do que esse *site* ou portal irá gerar em contrapartida para o blogueiro. Noblat³⁰ é bem enfático ao afirmar que, em termos de rendimento de acessos, sua mudança do iG para o Estadão não contribuiu para a visibilidade do *blog*, pois o primeiro agrega conteúdo de todos os tipos, o que gera um público de acessos mais diversificados –; sua decisão, nesse caso, teria sido motivada por critérios de inserção profissional, já que o Estadão lhe garantiria acesso à imprensa tradicional.

De qualquer forma, o que está em questão quando se fala no público

de um *blog* jornalístico é a notoriedade e a credibilidade de seu titular. Em outras palavras, “Os melhores blogueiros falam em sua própria voz, celebram sua identidade única e contam histórias reais para eles próprios. Os *weblogs* vêm da idéia de uma revista *on-line*, então, é importante lembrar que a escrita jornalística não é como a escrita acadêmica, nem como a escrita impessoal de uma agência de notícias” (REPORTERS WITHOUT BORDERS, 2005: 33, tradução minha). E, aqui, vale lembrar que uma das principais diferenças entre os *blogs* jornalísticos e quaisquer outros veículos, inclusive de jornalismo *on-line*, é que o erro cometido neles “tem muitos pais. No *blog*, ele é só seu”. A frase é de um pequeno artigo de Ricardo Noblat, intitulado *O Que um Blog Pode Ensinar*, e publicado originalmente no Observatório da Imprensa em fevereiro de 2005: é, sem dúvida, um clichê algo difundido, mas não deixa de expressar a verdade. Erros de redação, de apuração ou de decisão editorial, nos *blogs*, não podem ser atribuídos à coletividade – exceto em casos de *blogs* coletivos, mas, mesmo nesses, é fácil enxergar a vulnerabilidade dos autores, expostos de imediato ao leitor –, tampouco à divisão de tarefas do veículo. No *weblog* jornalístico, o titular é responsável por todas as etapas de produção.

Entre os *blogs* em que me detive nesta pesquisa, cito dois em particular. O primeiro deles é *Política, Poesia e Putaria*, assinado por quatro autores distintos. Nesse caso, embora o titular seja um grupo, não é possível falar em um sujeito coletivo, uma vez que os *posts* são assinados individualmente. Além disso, a “coletividade” não mascara o grupo, de modo que, ao menos aqui, não se atribui um erro ao sujeito coletivo.

O outro caso digno de nota é, novamente, Ricardo Noblat, titular do *blog* que carrega seu nome (sua “grife”). Desde que passou ao Estadão, Noblat chefia uma equipe de dois assistentes, uma responsável por atender às solicitações dos leitores e outro, pela cobertura de pautas no Congresso. Embora nesse caso possamos falar de uma equipe jornalística em atuação no *blog*, e mesmo de uma hierarquização de funções, ainda não é possível desvincular o erro de Noblat, ícone autoral do veículo.

Isso acontece porque, como afirma García (2003:486), nos *blogs* jornalísticos “*el médio es el periodista*” (“o meio é o jornalista”), ou seja, o veículo nasce em função de seu autor, e não o contrário. Seguindo esse raciocínio, encontraremos explicação razoável para o fato de que os jor-

nalistas-blogueiros mais bem-sucedidos são os que se apóiam na credibilidade e na notoriedade conquistadas anteriormente (id.:475), ou seja, na experiência anterior/exterior à internet.

Mas se os erros têm apenas um pai, essa desvantagem logo poderá ser equilibrada com a liberdade de escrita, facilmente perceptível nos *weblogs*. Não há um editor que padronize as manchetes ou tenha a palavra final sobre as pautas (SCHITTINE, 2004:175); esses aspectos são controlados pelo próprio blogueiro, de modo que, parafraseando Platão – segundo o qual, o homem que é senhor de si é também escravo de si –, nos *blogs*, o empregado é seu próprio patrão, e vice-versa.

Na verdade, a única ressalva que faço ao “repórter que é editor de si”, fica por conta da recepção, já que o leitor, em muitos casos, como veremos, pauta o *blog* e tem atuação muito próxima do processo de decisão editorial. Por essa razão, os jornalistas-blogueiros evitam posicionamentos parciais e categóricos demais, e, também por isso, blogueiros-jornalistas buscam tratar de assuntos gerais em seus *posts*, na expectativa de angariar um número maior de leitores interessados. E, fazendo isso, segundo Schittine (2004:22), acabam por denominar seus *weblogs* de *jornalísticos*, por acharem que sua forma de escrita se aproxima em muito da de um cronista ou colunista de jornal.

Deste modo, há um conflito de identidades que, invariavelmente, dificultará a conceituação do que chamo de *blog jornalístico*, mas esse exercício teórico servirá para entender por que, entre blogueiros-jornalistas e jornalistas-blogueiros, os papéis se aproximam e, por vezes, se confundem. Chamo de jornalistas blogueiros os profissionais da notícia que atuam diretamente na produção de conteúdo jornalístico e contribuem para sua difusão. Quero acentuar que tenho aplicado essa classificação mormente aos jornalistas que, então, passaram a atuar em *blogs*. Em sentido inverso, tenho os blogueiros-jornalistas, que são originalmente blogueiros e não necessariamente jornalistas, podendo atuar, inclusive, em outros segmentos profissionais.

Acontece, porém, que Denise Schittine (2004:156; 179) relata em sua pesquisa como essa distinção que ora desenvolvo pode ser frágil, no momento em que blogueiros-jornalistas se pretendem, de fato, *jornalistas* – e, em dados casos, chegam a competir pelo furo e pela notícia em pé de



“O BISCOITO FINO E A MASSA: Idelber Avelar anuncia o Decálogo dos Direitos do Blogueiro.”

igualdade com profissionais experientes – e que jornalistas blogueiros procuram o *blog* com objetivo de lazer, de se distanciar da rotina jornalística – muitos, por exemplo, buscam a literatura, por afinidade; outros falam de frivolidades do cotidiano. Mas sigo tentando adotar essa classificação que, em suma, me parece de fundamental importância para que eu possa definir dois grupos dentro de meus 12 *blogs* pesquisados. Terei, então, de um lado Ricardo Noblat, Jorge Bastos Moreno, Tereza Cruvinel, Helena Chagas, Ilimar Franco, Josias de Souza e Fernando Rodrigues; e, do outro, os titulares dos demais cinco *blogs*.

É interessante notar que o passo maior no sentido da subjetividade vem sendo dado por jornalistas blogueiros, já que sua posição reflete uma abertura em relação ao *status* do jornalista nos meios tradicionais.³¹ Alguns, como Josias e Fernando, ainda chegam a tentar o apelo “demagógico” à terceira pessoa, referindo-se a si não com o coloquial “eu”, mas com um distante “este *blog*”. A prática, no entanto, não é preponderante, e me parece muito mais um vício da objetividade jornalística dos meios

tradicionais do que qualquer outra coisa. No geral, portanto, o que se nota é uma transparência muito maior dos gostos pessoais e nas escolhas do colunista. Noblat deixa isso claro quando seleciona “a música do dia”,³² “a poesia do dia”, “a charge do dia”, “a citação do dia”, etc. e as entremeia com o *clipping* diário e as últimas notícias. Mesmo Josias – que é um dos jornalistas que mais se aproximam do “estilo Noblat” em termos de quantidade de informações e postagens no decorrer do dia –, apesar do “este *blog*”, tem o costume de se posicionar diante das matérias que extrai de outros veículos, de maneira mais enfática do que estamos habituados a ver no noticiário tradicional.

Mas é, sem dúvida, a intimidade revelada, tanto no sentido pessoal quanto no profissional, que melhor atestam em favor da abertura à informalidade dos *blogs*. Em 21 de junho, Noblat pedia desculpas porque havia passado mal durante a madrugada e, do hospital, ditava o *post*. O mal-estar o impedira de fazer o *clipping*, e ele, então, avisava que os leitores “só terão o resumo dos jornais de hoje quando Leandro Colon [repórter de sua equipe] acordar e vir que eu não fiz”. (NOBLAT, 21/6/2006. op. cit.) É evidente que, com essa passagem, voltamos à questão do erro de um só pai, daí a razão para o pedido de desculpas.

Exposição semelhante encontra Helena Chagas no momento em que inicia seu *blog*, em 17 de julho de 2003.³³ “Estou na maior paranóia. Nunca fiz *blog* na vida. [...] confessando a ignorância, até pouquíssimo tempo atrás, não sabia bem o que significava essa palavrinha. Tereza e eu, aliás, escrevíamos ‘glob’, tanta era a ignorância” (CHAGAS, 17/7/2003. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/online/blogs/helena>>). Timidamente, ela se refere ao leitor em segunda pessoa (“você”) e, em seguida, pergunta: “posso tomar essa intimidade?”

Tereza Cruvinel, em diversas ocasiões, indicou *sites* ou *blogs* recomendados pelos próprios leitores, dizendo que os havia visitado e que passava adiante a recomendação, em claro sinal de apreço e cuidado. Seu ponto de vista, no entanto, segundo o qual *blogs* jornalísticos só poderiam ser conduzidos por jornalistas, e que “não-jornalistas”, no máximo, fariam *blogs de opinião* (não *de jornalismo*), provocou polêmica e revolta entre os mais “antenados”. Por que, afinal, apenas jornalistas seriam agentes autorizados a atuarem no processo de seleção, produção e difusão de notícias?

Diários, posts e publicações

Em dois artigos subsequentes a respeito de *blogs*, Raquel Recuero (2003a e 2003b) tenta traçar uma tipologia sobre a ferramenta, avaliando, entre outros aspectos, o diálogo entre subjetividade e objetividade no conteúdo postado, e a posição do blogueiro como um *gatekeeper*. Na primeira incursão sobre o tema – *Weblogs, webrings e comunidades virtuais* –, a autora inicia a análise a partir de três categorias, segundo as quais estariam divididos os *blogs*: diários eletrônicos, publicações eletrônicas e publicações mistas (RECUERO, 2003b:4).

Os diários eletrônicos são uma óbvia referência ao uso dos *blogs* como registro de cunho íntimo. Nessa categoria, teríamos a subjetividade como marca maior do veículo, seguindo a lógica do que Schittine (2004) e Carvalho (2001) traduzem como uma escrita confessional. Por outro lado, as publicações eletrônicas, de acordo com Recuero, seriam mais informativas, conformando um espaço opinativo em busca do debate e de comentários. As publicações mistas, como é de se deduzir, trariam uma mescla entre uma e outra categoria.

Warblogs: os blogs, a guerra no Iraque e o jornalismo on-line revê a classificação proposta anteriormente, introduzindo mais duas categorias: os *weblogs* literários e os *clippings*. Os primeiros se distinguem claramente por sua pretensão artística, ao passo que os *blogs* inseridos na última categoria “se destinam a ser um apanhado de *links* ou recortes de outras publicações, com o objetivo de filtrar a informação publicada em outros lugares” (RECUERO, 2003a:4). Esse papel de filtragem, segundo Recuero, remonta à própria origem da ferramenta – não apenas um *diário virtual*, mas um *jornaleiro virtual*, uma vez que indicaria *links* e *sites* recolhidos durante a navegação do blogueiro. García (2003) atesta que *blogs* desse gênero têm um encargo semelhante ao dos portais de conteúdo, de selecionar informações; leia-se, operar como *gatekeeper*.

A diferença para a função de *gatekeeping*, porém, como explica Sara Rodrigues (apud RECUERO, 2003a:15) é que, nos *blogs*, o leitor tem acesso direto às fontes. Mas se há recursividade para a fonte, então não podemos atribuir ao blogueiro essa função, já que o leitor poderia tirar suas próprias conclusões. Falar em *gatekeeping*, portanto, só faz

sentido quando supomos que o leitor conheça a informação apenas do ponto de vista de seu mediador.

Ambas as classificações de Recuero me parecem particularmente interessantes para avaliar o grau de penetração da subjetividade no texto jornalístico do *blog*. Entendendo os tipos propostos pela autora como ideais, trabalho com os 12 *weblogs* pesquisados como publicações fundamentalmente mistas. Contudo, é possível perceber em alguns deles um caráter predominante. Os *blogs Política, Poesia e Putaria e Alexandre Soares Silva* apresentam aspectos literários em uma publicação eletrônica. Já *Por um Punhado de Pixels* tem características que o aproximam de um diário eletrônico.

Os *blogs* do GloboOnline, bem como o de Fernando Rodrigues, estariam enquadrados como publicações eletrônicas; mas Josias de Souza e Noblat mesclam tendências de uma publicação e um *clipping* eletrônico, selecionando *links* de artigos e notas publicados em outros veículos. Nesse sentido, como uma metáfora dos jornalheiros reais, os *blogs* oferecem uma possibilidade além em relação aos meios que replicam: o confronto. Retransmitir ou remediar é uma linguagem comum no diálogo entre veículos jornalísticos de diferentes meios; mas vinculados a empresas tradicionais e grandes corporações, esses veículos estão tolhidos por suas próprias amarras. Ferramenta autoral por excelência, os *blogs* possibilitam não apenas uma re-mediação, como também uma trans-mediação, confrontando dois ou mais relatos da mesma situação jornalística.

E muito embora essa possibilidade não seja explorada a fundo por todos os blogueiros, ainda assim é uma possibilidade. O fato de os jornalistas-blogueiros contratados pelo GloboOnline não poderem ultrapassar o universo do jornal a que se vinculam não é determinante para afirmar que o confronto não será apropriado por outros blogueiros. Noblat, Josias, Idelber Avelar e Giovani MacDonald, entre outros, fazem bom uso desse recurso, em especial os dois primeiros, que diariamente postam um extenso *clipping* de notícias pinçadas dos jornais mais importantes do país. Ambos chegam mesmo a apontar as manchetes e os resumos das princi-

pais notícias de cada um dos veículos, expondo-os e confrontando-os como em uma banca de jornais.

Democracia radical

Moreno, em entrevista, pergunta a Cesar Maia: “Por que os internautas, os leitores da internet, são tão agressivos nos seus comentários aos textos dos *blogs*?” (MORENO, 2005). O jornalista, propositalmente ou não, se expõe diante do entrevistado. Afinal, para Jorge Bastos Moreno, com efeito, os internautas *são* “agressivos”. Muitos jornalistas-blogueiros compartilham dessa opinião, e minha hipótese é que essa idéia surge, em parte, porque o jornalista de meios tradicionais não está acostumado a receber um *feedback* tão imediato. Mas por que enxergar essa possibilidade como “agressividade”?

Em reportagem sobre a malfadada greve de fome do ex-governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, então pré-candidato pelo PMDB à Presidência da República, Aydano André Motta, repórter de *O Globo* relata uma bem-humorada campanha dos internautas sob o irônico *slogan* “Eu apoio a greve de fome de Garotinho... Até o fim!” e a confronta com comunidades no Orkut que, de fato, apoiavam o político. A essa confrontação, repleta de *amor e ódio*, Motta (2006) chama de “democracia radical”. O termo, em meu entender, não poderia ser mais apropriado.³⁴ No território da internet, há, sem dúvida, um sistema polarizado de discussão. Digo polarizado porque, embora haja espaço para uma pluralidade de vozes, o que se nota é uma concentração de opiniões sobre dois pólos opostos. Isso, em certa medida, facilita o diálogo, uma vez que o posicionamento é simplificado. Ame-o ou deixe-o. Há apenas duas possibilidades de opinião, e quem levanta uma voz de neutralidade, ou uma terceira via, é francamente ignorado pelo diálogo agitado da maioria.

Por isso, uma *democracia radical*. Uma democracia que – conquanto possibilite a emissão para atores diversos – se polariza de modo a otimizar o debate. E, sobretudo, não apenas uma democracia polarizada ou *bipartidarizada*, mas um espaço de discussão apaixonada e acalorada, como é típico dos foros de leitores.

Assim, se Helena Chagas fala do dia-a-dia do PT ou se Moreno comenta o jantar de líderes do PFL, importa aos leitores descobrir de que lado está o jornalista.³⁵ No *Blog do Noblat*, a divisão fica evidente quando citamos os PTeiros e os tucanalhas, apelidos conferidos pelos grupos rivais aos militantes de situação e oposição.

Em muitos aspectos, a discussão levantada pelo columnismo político nos *blogs* se assemelha ao jornalismo partidário no período da Independência,³⁶ mas aqui lembro que, à época, o embate ideológico era travado na esfera do próprio relato jornalístico. A tendência, hoje, me parece ser que o jornalista sirva apenas para mediar o confronto dos leitores, não mais atuando na linha de frente, por mais que o *blog* lhe permita essa idiosincrasia.

A discussão entre jornalistas acontece, sim, no âmbito da “picuiinha” ou do “espezinhamento”, como me parece ser o caso entre os principais atores. Moreno e Noblat, por exemplo, guerreiam entre si pela primazia da notoriedade. Noblat e Josias disputam o furo. E assim por diante.

Por outro lado, entre os que tenho chamado de blogueiros-jornalistas, há um claro posicionamento sobre as questões discutidas. Quando o cenário político é evocado, esses blogueiros assumem o papel da argumentação³⁷ que outrora coube aos jornalistas, apontando quais circunstâncias devem ser levadas em consideração. Não foi à toa que, no decorrer da pesquisa, me deparei logo de início com uma grande divisão entre *blogs* independentes de esquerda e de direita, razão pela qual escolhi um de cada grupo para analisar.

Vale lembrar ainda que outro aspecto interessante é o de que os blogueiros que se autoproclamam de direita constituem um grupo muito mais numeroso do que seus opositores de esquerda. O modo como compreendemos esse fenômeno aponta justamente para o viés “democrático” (e “radical”, no sentido que Motta atribui ao termo) da internet, cujo espaço aberto para a defesa de idéias liberais e o conservadorismo tem sido mais expressivo do que nos meios tradicionais. Assim é que se convencionou, entre os próprios blogueiros – notadamente os de tendência mais de esquerda – chamar de “olavetes” os defensores desse ideário, admiradores declarados do articulista e filósofo Olavo de Carvalho.

Mas, embora mais dispersos, os militantes de esquerda se fazem presentes tanto como titulares de *blogs* quanto como, e sobretudo, comentadores. Nos *blogs* do GloboOnline, por exemplo, não é raro que um leitor aponte a revista *Carta Capital* como veículo de referência para pautas e posicionamentos mais incisivos. Portanto, a disputa por espaço e as cobranças dos leitores – em especial sobre jornalistas-blogueiros – se dá a partir dos dois pólos para o centro, i. e., o blogueiro tem um papel circunstancial de “fiel da balança”.

À primeira vista, essa interferência do público se contrapõe à liberdade conquistada pelos *blogs* para seus textos. Nesse ponto, o controle editorial do *weblog* esbarra no grau de exigência dos leitores (SCHITTINE, 2004:182). E, note-se, não da *maioria* dos leitores, mas da minoria ativa. Segundo Noblat, “A minoria dos leitores que escreve no *blog* não representa em todas as ocasiões [sic] o gosto médio do total da audiência. [...] É uma minoria que aprecia bater boca e que tem fixação por determinados temas”. (NOBLAT, 2005:2) Para tentar fugir disso, o jornalista criou uma seção apropriadamente chamada de “Desabafo”. Contudo, ainda que seja bem explorada por alguns leitores, essa seção não desviou para si os desabafos constantes de leitores no foro de comentários.

24 Javier Díaz Noci, porém, enfatiza que o papel da *chamada* (“*entradilla*”) é fundamental no uso que se tem feito do jornalismo *on-line*, já que é a partir desse primeiro bloco de informação que se ramificam os demais.

25 E aqui é digno de nota o termo que Schittine emprega ao falar do computador como um *labirinto mnemônico*. (Schittine, 2004:122)

26 *News judgement*, de acordo com a definição dada por Tuchman, é a capacidade de os jornalistas escolherem objetivamente os fatos mais importantes ou interessantes (1971:83). O conceito da “perspicácia profissional” (tradução portuguesa) pode ser equiparado a uma espécie de “conhecimento secreto” ou “senso comum” dos jornalistas. (id.:87)

27 Nas palavras de Michael Schudson (1978:157-8), citando novamente Tuchman, “A objetividade no jornalismo parece estar destinada a ser tanto um bode expiatório quanto uma crença, e mais uma defesa desajeitada do que uma afirmação sem rodeios”, i. e., a objetividade aparece muito mais como prática do que como crença. (SCHUDSON, 1978:185-6, tradução minha)

28 Um novo gênero de reportagem subjetiva, institucionalizado nos jornais diários, segundo Schudson (op. cit.)

29 A esse respeito, cf. MACHADO; BORGES; MIRANDA, 2005. O estudo em questão desenvolve uma análise de conteúdo comparativa entre as notícias de dois portais jornalísticos vinculados aos principais jornais impressos da Bahia, o Tarde On-line e o iBahia.

30 Em *e-mail* enviado aos pesquisadores do grupo “Novas TICs e sua apropriação...”.

31 Javier Díaz Noci (et al.) procura inserir os *blogs* jornalísticos em dois possíveis contextos: como um gênero argumentativo ou de opinião (NOCI, 2006:65), ou como um gênero interpretativo que se aproxime mais ora da reportagem (id.:53) ora da crônica (id.:57).

32 A esse respeito, algo interessante a se dizer: Noblat posta diariamente arquivos de música em formato Windows Media Áudio (WMA), sob o anúncio da seção “A música do dia”; em dados momentos, ele mesmo promove certames entre os leitores, cuja premiação seria um CD com tais músicas compiladas; não sabemos, contudo, até que ponto essa operação é legal ou não, de modo que a apropriação desse conteúdo, nesse tipo de procedimento, marca o posicionamento do jornalista mais próximo da lógica de compartilhamento da internet do que da lógica liberal de proteção aos direitos de cópia.

33 Entre os colunistas de política, Helena é uma pioneira. Foi, junto com Tereza Cruvinel, uma das primeiras jornalistas de *O Globo* a aceitar o *blog* oferecido pelo portal GloboOnline.

34 Devo lembrar, todavia, que Aydano André Motta faz referência a um sistema democrático polarizado, com ideais partidários e panfletários. A democracia da internet é “radical” porque passional e, nesse sentido, o adjetivo – que traz, em si, a carga da distinção política entre radicalismo e liberalismo – não compromete a força da expressão. Deixo, portanto, para outro trabalho o aprofundamento nessa discussão.

35 Leitor dos *blogs do Noblat*, Moreno e Fernando Rodrigues, Stanley Carivaldo Alencastro Burburinho, ao comentar sobre o partidarismo da grande imprensa (incluindo aí o próprio Fernando Rodrigues, do grupo UOL/Folha, em cujo *blog* deixa seu comentário), afirma que “do jeito que a imprensa está, a única leitura confiável nos jornais e revistas é o horóscopo”. (RODRIGUES, 14/12/2005. Disponível em: <<http://uolpolitica.blog.uol.com.br>>)

36 Conforme apresentado por Isabel Lustosa em seu livro *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Babel

Uma constatação: é fácil criar um *blog*. Nessas palavras, apresento todo o potencial técnico da ferramenta de uma só vez. É fácil criar um *blog*. Na *homepage* de um dos maiores hospedeiros de *weblogs* da internet, o Blogger.com, a interface deixa claro que bastam apenas três passos para consolidá-lo. Este preâmbulo tem o objetivo de demonstrar como e por que o *blog* nivela seus usuários pelo texto. Em se tratando de jornalistas, essa paridade é ainda mais evidente.

Pouco tempo atrás, antes da disseminação da internet, fato que ocorre, no Brasil, a partir de meados da década de 1990, alcançar uma posição de emissor em um meio de comunicação era privilégio de poucos. Não porque os meios não estivessem disponíveis, mas porque a técnica não estava, de fato, ao alcance de todos. Com alto custo de equipamentos e exigência técnico-profissional elevada, manter um veículo audiovisual ou mesmo um impresso eram tarefas árduas. A popularização da internet facilitou esse processo na medida em que trouxe a esses emissores marginalizados a possibilidade de criar e manter um *site*, estrutura fundamentalmente mais simples e barata. Contudo, programar um *site* ainda hoje exige aprofundado conhecimento de linguagens de informática, desde o mais básico HTML aos complexos idiomas dos bancos de dados, como MySQL e PHP.

A idéia por trás do sucesso dos *blogs* é permitir ao usuário leigo ter sua própria página, em um sistema de fácil e rápida manutenção. Para atingir esse objetivo, a aplicação apresenta uma interface extremamente simplificada, construída sobre uma *template* pronta, i. e., um modelo, que servirá de base para o processo de atualização. Novos *posts* são inseridos no corpo do *blog* através de uma variável na estrutura fixa da página.

Navegar em um *blog* também não é algo complicado. Disposto geralmente em um modelo vertical dividido em colunas, o espaço principal de postagem ocupa uma largura maior.

Funcionando de maneira bastante intuitiva, a ferramenta não se preocupa com a diagramação da notícia – conforme especifiquei quando tratei da questão da atualidade no jornalismo *on-line* –, ao contrário dos por-

tais de conteúdo e, obviamente, de veículos mais tradicionais. Nos impressos, por exemplo, as tarefas de edição, diagramação e paginação consomem boa parte do tempo de produção do noticiário.

A facilidade em dar voz ao usuário leigo, portanto, contribui para o nivelamento técnico dos blogueiros, tanto quanto para a proliferação de emissores na rede. O que trato a seguir, porém, é de alguns dos efeitos desse aumento no número de vozes e, conseqüentemente, de produtores de conteúdo na internet.

Helena Chagas, uma das primeiras jornalistas-blogueiras do GloboOnline, se despedia em 22 de junho de 2006 com um sugestivo “A gente se vê na blogosfera” (CHAGAS, 22/6/2006. op. cit.). Com o contrato rescindido pelo *O Globo* por conta das implicações da colunista no escândalo da quebra de sigilo do caseiro Francenildo Costa, orquestrada pela equipe do ex-ministro Palocci, Helena relembra os primeiros dias como blogueira, quando sequer sabia o que era um *blog*.

Quando estreou, em 17 de julho de 2003, ela confundia “*blogs*” com “*globs*”. O progresso, ao longo de seus três anos como blogueira do GloboOnline, é inegável. No início, ela perguntava ao leitor se podia chamá-lo de você (“posso tomar essa intimidade?”). Mais adiante, sem que ninguém a advertisse, passaria a adotar uma linguagem bastante informal com direito a “alô, blogueiros” e “tchauzinho!!!”, prova de que havia descoberto a coloquialidade e a subjetividade próprias da ferramenta e já se integrava ao ambiente com mais facilidade. Um curto tempo de adaptação, se comparado com outras mídias.

Emissores proliferados

Eu dizia que a relativa facilidade de criar e operar um *weblog* teria contribuído para o surgimento cada vez maior de vozes que antes não tinham acesso – e por *acesso* leia-se condições financeiras e/ou técnico-operacionais – aos meios de comunicação. Acontece que a multiplicação desse número de vozes ou emissores produz, em primeira instância, pelo menos dois

efeitos que prejudicam como um todo o processo comunicacional. Dedico este capítulo a tentar analisá-los, de modo que, uma vez detectados, será mais fácil a compreensão de seus efeitos para a redução dos danos.

É de Rousiley Maia (2005:56) uma analogia interessante entre a internet e a mitologia bíblica. “Se todos falam e ninguém ouve”, ela diz, “temos o resultado semelhante ao de uma torre de Babel”. Notadamente isso é também o que parece acontecer nos *blogs* jornalísticos. E, segundo minha perspectiva, em macro e microescalas. Ou seja, há uma proliferação de emissores como titulares de *weblogs* e como leitores comentadores, uma vez que a ferramenta possibilita essa emissão “secundária”.

Então, o que temos em seguida ao aumento no número de emissores é um aumento no nível de ruído. Jordi Soler (2005:2) evidencia essa dificuldade quando pergunta: “¿En qué se convierte la información cuando todos la generan y ninguno la recibe?” (“Em que se converte a informação quando todas a geram e ninguém a recebe?”)³⁸ Para o escritor mexicano, a necessidade de atualização constante³⁹ e a emissão facilitada – que dá origem ao que ele chama de “jornalismo cidadão”, i. e., a compreensão de que todo cidadão, agora, pode tornar-se um produtor de conteúdo jornalístico – são os principais desafios para o processo de comunicação na rede.

Justamente pela dificuldade de encontrar um emissor creditado, Soler (2005) e López e Bolaños (2003), entre outros, acreditam que o testemunho pessoal do autor que vivencia o fato ou está junto a ele é valorizado. Daí o sucesso dos chamados *warblogs*, estudados por Recuero (2003a). Eu diria que também por essa razão a procura pelo jornalista, na rede, é uma busca pelo emissor creditado, pela referência do “organizador avalizado do conhecimento” (ALDÉ; CHAGAS, 2005).

Surge daí uma nova hierarquia nos meios, que procura evidenciar atores cujo reconhecimento é convertido em acessos e *hit clicks*. Essa hierarquização pretende ordenar a babel dos *blogs*. Por isso, o destaque a nomes conhecidos (Ricardo Noblat, Tereza Cruvinel) e veículos tradicionais (*O Globo*, *Estadão*, *Folha de S. Paulo*) como vínculo com o mundo real.

No entanto, o problema que aponto se aproveita da balbúrdia e da dissonância de vozes na internet para abrir espaço a discursos que, em tese, não teriam tanta liberdade nos meios tradicionais. É fácil perceber essa tendência quando nos recordamos do caso dos “olavetes”,⁴⁰ citado

anteriormente. O discurso de “olavetes” como os responsáveis pelos *blogs Liberal Libertário Libertino, Direita, O Austríaco, Se Liga e Nadando contra a Maré... Vermelha* se aproxima de uma apologia do conservadorismo moral e político, que ainda atribui aos comunistas a culpa pelas mazelas do cenário político atual. É nesse sentido que o pluralismo e a proliferação de emissores abre espaço a discursos menos favorecidos, mas também contribui para a difusão de idéias fundamentalistas (ou, em certo sentido, “radicais”). John Downey e Natalie Fenton (apud MARQUES, 2005:7, tradução minha) comentam essa questão ao indicar que esse enorme pluralismo “pode ser considerado um risco para a democracia deliberativa, mais que seu salvador. Tal relação encontra eco em Sunstein, que argumenta que a internet deu vazão a um grande número de *websites* e grupos de discussão radicais, permitindo ao público desviar-se de expressões mais moderadas e balanceadas da opinião nos meios de massa”. Esse círculo vicioso, que procura manter o interesse do usuário, forma grupos e comunidades afins, e direciona o leitor para um uso endêmico da referência interdiscursiva.⁴¹ Para Dominique Wolton (2000:153), esse é precisamente o ponto em que devemos relativizar a importância da internet.

Relativizar é também, por exemplo, compreender que a sociedade da informação corre o risco de ser amanhã a sociedade do mesmo, porque ela favorece a ligação entre indivíduos e comunidades que se parecem, deixando de lado a questão da heterogeneidade. Conseguir coabitar com aqueles que não se parecem comigo não é um problema técnico, mas uma questão inteiramente política.

Obra aberta

Quando falo de uma “proliferação” de emissores estou me referindo diretamente à possibilidade de emissão facilitada do universo dos *blogs*. E, como já propus, essa emissão facilitada ocorre, na blogosfera, em pelo menos dois níveis, que chamei de macro e microescalas. O titular de um *weblog* tem a palavra final sobre a pauta, o assunto de que quer tratar em seu *post*; ele é o emissor privilegiado, o emissor primário. Uma das dife-

renças do *blog* relativamente a outros meios tradicionais é que, nele, há espaço para a fala de emissores secundários, os leitores – portanto, receptores que se convertem em emissores por um curto espaço de tempo. Emissores, por certo, de menor visibilidade. Mas emissores.

Alerto ainda para a diferença entre os *blogs* e os sistemas *wiki* (colaborativos). Nestes, o papel da emissão é coletivo, já que não se alcança o emissor individual do conteúdo. Nos *blogs*, em contrapartida, o que temos é uma mensagem autoral – isto é, creditada a um autor, ainda que anônimo – e não à coletividade.

Apesar disso, insisto em que a responsabilidade do conjunto continua sendo do titular do *blog*. Assim é que Noblat constantemente avisa a seus interlocutores que removerá quaisquer comentários caluniosos ou injuriosos, por entender que seu *blog* poderia receber um processo por conta de uma declaração ofensiva proferida por um leitor incauto. O cuidado de Noblat é o mesmo daquele de um diretor de jornal. A distinção que faço aqui é a de que, no último, a precaução abrange apenas a equipe jornalística, enquanto no primeiro inclui também a ponta final do noticiário, o leitor.

O corte – mesmo que *a posteriori* – de mensagens ofensivas pode ser considerado censura, mas deixo esse assunto para os capítulos que virão. Até aqui, importa o fato de que possíveis processos sejam atribuídos ao titular do *blog*, mesmo que proferidos por um de seus leitores. Isso evidencia a sentença de García (2003:486), que já antes proferi, de que, nos *blogs*, “o meio é o autor”.

O número excessivo de comentadores nos *blogs*, em particular nos *blogs* jornalísticos, já que esses é que despertam a maior audiência,⁴² favorece uma tendência à discussão paralela. O foro de comentários, por vezes, se assemelha a um *chat* à parte, onde usuários discutem suas posições entre si, alguns dos quais se notabilizam como veteranos do espaço. Não é difícil encontrar pela blogosfera uma referência a Sílvio Roberto – famoso por suas críticas ao “(des)governo Lula” [palavras do próprio] –; Selma Rodrigues (ou Dona Selma) – militante “apaixonada” do PT –; ou Pastor Milton – leitor que, geralmente ao comentar um *post*, faz uso de

uma citação bíblica.

Alguns temas se entrelaçam nos foros de diferentes *blogs*, com trechos de um mesmo diálogo em pontos distintos. E há também repetições, repetições constantes. Sílvia Roberto, aliás, é um dos comentadores que posta seu recado em dois, três, quatro *blogs* diferentes. As mesmas palavras. Um possível teste à reação dos blogueiros? Um apelo desesperado para ser ouvido?

Um ou outro comentador chama a atenção dos demais. Cesar Maia, o jornalista Alexandre Garcia, Flora Gil. Mas é importante ressaltar que o espaço ocupado por eles, seja quem for, é o mesmo que o dos demais comentadores. E, se a visibilidade é maior, esse critério é, para mim, externo à ferramenta e à própria internet.

Quando o assunto se prolonga demais, há, nos *blogs*, uma categoria de leitores que venho chamando de *olheiros*. São eles os responsáveis por avisarem aos demais que há “*post novo*” e que todos devem passar a comentar no espaço atualizado. Esses olheiros, contudo, só trabalham em *blogs* como o de Ricardo Noblat, em que há mais de um *post* por dia e onde os comentários não dependem de autorização para ir ao ar. É também nesses *blogs* que podemos comprovar a autonomia dos foros em relação ao espaço individual de postagem. Na seção de comentários é que os *blogs* se mantêm vivos.

Uma dúvida inicial desta pesquisa, aliás, dizia respeito à existência ou não do foro como fator preponderante para a classificação do *site* como *blog*. A discussão sobre o formato dos *blogs* ainda parece encontrar alguns pontos nebulosos, e a presença ou ausência de uma seção de comentários é um deles. Ocorre que muitos *weblogs*, entre os quais alguns dos mapeados, não oferecem ao leitor um *link* para a postagem de seus comentários. Se o comentário, entendido aqui como *feedback* do leitor, não é possível, o que diferenciaria aquele espaço de um outro *site* qualquer?

No entanto, em meu entender, a ferramenta, que alia rapidez de atualização e organização temporal da informação, não depende dos comentários para ser classificada como um *weblog*. Os primeiros *weblogs*, inclusive, não apresentavam essa possibilidade, que apenas mais tarde foi implementada na maioria dos serviços. Nesse sentido, é possível manter um *blog* sem comentários – como, inclusive, foi o caso do de Ricardo

Noblat até meados de 2005⁴³ e do de Cesar Maia, prefeito do Rio de Janeiro, durante o curto tempo em que esteve no ar, também em 2005.

Entre os *blogs* que fiquei pesquisando, e durante o tempo em que os analisei diariamente, apenas o de Nemo Nox,⁴⁴ *Por um Punhado de Pixels*, não apresenta a ferramenta de comentários. Indagado a respeito,⁴⁵ o blogueiro respondeu: “A comunicação com os leitores está aberta, através do endereço de *e-mail* em todas as páginas. Sempre respondo e muitas vezes faço *posts* sobre a conversa”.

Foi o que aconteceu: em 24 de janeiro de 2006, pouco mais de um mês após o contato, o próprio Nemo Nox postou em seu *blog* o que chamou de “Sete razões por que este *weblog* não tem um sistema de comentários”,⁴⁶ entre as quais citava a abundância de *spammers* (difusores de publicidade indesejada) e de pessoas “sem noções de cortesia ou civilidade”,⁴⁷ além de mencionar que, mais importante do que a interatividade, ou o diálogo entre leitor e autor, seria a interdiscursividade, i. e., o diálogo entre autores.

Emissão facilitada

Paralelamente às análises da internet a partir de uma conceituação de esfera pública virtual, há uma construção das relações entre o ambiente *web* e o jornalismo que, de certa forma, revisita a teoria política da *Poliarquia*, elaborada e desenvolvida por Robert Dahl, na década de 1970. O modelo de Dahl institui duas dimensões teóricas para o processo de democratização dos países, dispondo-as em eixos que se interseccionam. O eixo vertical é o da liberalização, ou seja, o da possibilidade de contestação pública. O eixo horizontal, em que ora me detenho, é o da inclusividade ou participação.

Dahl indica quatro estágios no gráfico que se conforma a partir desses dois eixos. Para ele, o mais desenvolvido desses estágios seria a *poliarquia*,⁴⁸ com alta inclusividade e alta liberalização. No extremo oposto, próximo à origem do gráfico, estaria o regime hegemônico fechado. As duas demais variantes seriam a hegemonia inclusiva (alta inclusividade e baixa liberalização) e a oligarquia competitiva (baixa inclusividade e alta liberalização). Wanderley Guilherme dos Santos destaca, contudo, que uma



“NOBLAT: blogueiro de maior destaque no cenário político também responde às críticas dos leitores.”

das condições de Dahl para o estabelecimento de uma poliarquia, a elegibilidade, teria um papel mais importante do que parece. Santos (1998) oferece um ponto de vista crítico em relação ao trabalho de Dahl, sugerindo a inclusão de um novo eixo, e tornando o sistema de bi em tridimensional. Esse novo eixo, conforme indica (ibid.:9-10), seria o eixo do *controle*, que determinaria o quão elegíveis são os participantes de determinado regime. “Elegíveis, na versão dahlsiana, são aqueles que podem votar (eixo da participação), mas, aqui, são principalmente os que podem ser votados”, diz ele.

Essa discussão, embora surgida na Ciência Política, será de extrema importância para o campo da Comunicação, e o que tentarei fazer, até os capítulos finais deste estudo, será abordá-la sob a ótica do jornalismo *on-line* e do que temos denominado de uma esfera de conversação civil nos *weblogs* jornalísticos. Para tanto, inicio essa revisão pelo artigo de Mark Deuze, intitulado *The internet and its journalismisms*.

Sem citar Dahl como referência, Deuze (2002) aproxima alguns dos aspectos que levantei acima a respeito da poliarquia do cenário de interatividade do jornalismo na *web*. Em sua perspectiva, é crucial para

entender as relações entre a prática jornalística e a internet distinguir o foco do modelo, se no conteúdo editorial e na conectividade pública ou se na participação aberta ou fechada no *site* de notícias. Trabalhando, como Dahl, em duas dimensões, Deuze (2002:2-4) descreve um sistema muito parecido com o da Poliarquia, apontando como eixo vertical um contínuo que segue da moderação/censura à não-moderação, e como eixo horizontal a possibilidade ou não de o leitor emitir suas próprias notícias.

O gráfico de Deuze é particularmente interessante para o meu estudo, na medida em que transporta para o jornalismo a questão do processo de democratização nos regimes. Deuze não diz abertamente, mas fica clara a sua intenção de traduzir a autoridade jornalística e o poder de emissão, característicos dos meios tradicionais, como um sistema hegemônico, tal e qual descrito por Dahl. Não é à toa que, em seu comentário sobre o eixo horizontal, ele aponta brevemente aspectos bastante discutidos quando o assunto é jornalismo participativo e/ou jornalismo colaborativo. Para ele,

O eixo horizontal reflete o objetivo primário de um tipo de organização midiática ou sala de imprensa de ou contar histórias para as pessoas, ou de trabalhar como um facilitador para que as próprias pessoas contem suas histórias. Em outras palavras: o eixo de conteúdo-conectividade representa todo o espectro de *sites* de notícias entre, por exemplo, a CNN de um lado, e o Slashdot do outro. (id., *ibid.*, tradução minha)

Nos *blogs* que tenho pesquisado, a possibilidade de emissão do leitor não alcança os mesmos patamares que os de ferramentas como Slashdot <<http://www.slashdot.org>>, Digg <<http://www.digg.com>>, Kuro5hin <<http://www.kuro5hin.org>> ou OhmyNews <<http://english.ohmynews.com>>. No entanto, o espaço garantido pelo foro de comentários, em primeira instância, e pela aproximação ao jornalista ou titular do *blog*; em segunda instância, são os principais responsáveis por manter o eixo de conectividade acima do pretendido em sistemas fechados. Aqui, ainda não me interessa tratar da interdiscursividade – levada à tona pela facilidade de se criar um *weblog* –, mas da primeira diferenciação possível entre a interatividade proporcionada pela rede e a proporciona-

da pelos meios tradicionais. Se levarmos em conta o macrocenário da interdiscursividade, lembraremos de imediato do exemplo dos *warblogs* mantidos por cidadãos comuns, que vivenciavam os conflitos no Oriente Médio; e, então, teremos clara a paridade entre os *blogs* e a idéia do *slogan* de OhmyNews, *every citizen is a reporter* (“todo cidadão é um repórter”).

Cookies e feeds

Da função de interlocutores diretos à participação no processo de produção de conteúdo eletrônico, a internet tem assegurado a seus usuários uma posição mais prestigiosa que a de meros consumidores de notícias (MACHADO, 2003:65). E, se de um lado, trato de uma proliferação de emissores, de outro, a recepção também sofre um refinamento, em relação aos meios de massa.

Mark Deuze trabalha com esse refinamento no nível da interação. Ele organiza três possibilidades: a interação navegacional, a funcional e a adaptativa. A que mais nos interessa neste estágio é precisamente a última, mas trabalharei com todo o conjunto de classificações formulado por Deuze a seguir, quando pretendo levantar questões sobre a interatividade em *blogs* jornalísticos.

A idéia da interatividade adaptativa implica ações e formatação de conteúdos a partir de um estímulo do usuário, de modo que o programa responda às preferências do internauta mesmo que ele, o internauta, não use conscientemente essas ferramentas (DEUZE, 2002:8-9). Segundo Deuze, dos três, esse seria o nível de interação mais sofisticado.

A meu ver, o prenúncio dessa relação acontece a partir de dois agentes cada vez mais presentes na internet, os *cookies* e os *feeds* de RSS. *Cookies* são dispositivos que se hospedam nos terminais que acessam determinados *sites* e fornecem aos servidores uma série de informações sobre a máquina. Fora do rol das teorias conspiratórias, sua função é justamente a de adaptar o *site* a melhor navegabilidade, preenchendo lacunas e variáveis e concatenando informações, baseadas na experiência adquirida por inteligência artificial. Se o usuário compra o livro A no *site* da *Amazon.com*, e a maioria dos usuários que compram A se interessa pelo livro B, chances há que esse usuário também se interesse por B.

Todavia, a respeito de *blogs*, os cookies são ainda muito pouco aproveitados. Na blogosfera, a principal ferramenta adaptativa à disposição do leitor é o rss. Basta aos interessados apontarem seus leitores de *feeds* para um determinado endereço e o programa passa a receber regularmente as atualizações do conteúdo postado. Digo que esta é uma ferramenta adaptativa porque, em certa medida, permite ao usuário marcar (ou *demarcar*) seus “favoritos” e recebê-los comodamente como *e-mails*. Dessa forma, lembrando as experiências do Fishwrap e do Pointcast News, citadas por Elias Machado (2003), o rss deixa a cargo do leitor a seleção das fontes noticiosas.

Quando falamos em *blogs* jornalísticos, esse sistema recebe uma importância ainda maior. Não sem razão, dos sete *weblogs* pesquisados, conduzidos por jornalistas-blogueiros, todos dispõem de rss, sendo que, ao início da rotina de análises, apenas dois o tinham.

Posso confrontar esta seleção de fontes noticiosas, proporcionada pelos leitores de *feeds*, com a afirmação de Luciana Mielniczuk (MIELNICZUK, 2005a; MIELNICZUK apud NOCI, 2006:24-5, tradução minha) de que a narrativa jornalística hipertextual oferece uma leitura individualizada ou personalizada, “fruto da construção particular de cada leitor”. Nesse sentido, ela continua, “não corresponde unicamente ao autor determinar o que é importante, senão ao leitor que elege o que lhe interessa e constrói seu próprio relato”. Com relação aos *posts* recebidos por rss, tenho a mesma impressão. Apontada pelo cabeçalho, a nota só vai ser lida se despertar interesse de imediato. A questão, portanto, pode se apresentar mais profunda do que parece. Se o leitor lê apenas o que lhe interessa, estamos diante de uma situação que reverte toda a lógica do agendamento midiático. E, quanto a esse viés, já nos alertava Dominique Wolton para o que chamei, neste trabalho, de circulação ou uso endêmico da informação. Do modo como o interpreto, o *blog* jornalístico pode ser visto como um sistema de mediações em que o titular ocupa apenas a primeira etapa de filtragem de um universo de notícias, mas em que a seleção e a construção final do conteúdo jornalístico dependem também da decisão de seus leitores.

37 Sobre essa postura argumentativa, Denise Schittine (2004:23) comenta que blogueiros-jornalistas procuram tratar de assuntos de interesse geral com uma leitura própria, já que esse seria o caminho natural para a conquista de um público diversificado. Desse modo aproximariam sua linguagem da do cronista ou colunista de jornal, daí sua compreensão de que operam “*blogs* jornalísticos”.

38 Em um questionamento semelhante, Noblat (2005:2) já chegou a afirmar: “Às vezes vira um diálogo de surdos: escrevo sobre as eleições iraquianas e os leitores discutem sobre a viagem de Lula a Davos”.

39 A esse respeito, Soler (2005:2, tradução) afirma que “a trama chega a um ponto em que, junto às vinte e quatro horas do dia real, transcorrem, de maneira rugosamente paralela, as vinte e quatro horas de notícias instantâneas desse dia”. E, aqui, lembrome mais uma vez de Funes, o memorioso, que precisava de um dia inteiro para descrever em detalhes tudo o que lembrava de um dia no passado.

40 Em geral, autores considerados “olavetes” não recebem bem o apelido, sendo apelidados, normalmente, por seus principais críticos.

41 Não é à toa que o *webring* (comunidade de *blogs* afiliados) *Wunderblogs* é considerado um dos principais refúgios dos chamados “olavetes”, que se linkam uns aos outros, formando uma corrente (*ring*) virtual. Entre os jornalistas-blogueiros, uma prática parecida é mantida pelos *weblogs* do GloboOnline: o *blog* de Helena Chagas aponta para os de Cruvinel e Franco; Ilimar Franco indica Chagas; Moreno, Cruvinel e Franco; e assim por diante, conservando-se sempre o setor de atuação do jornalista: colunistas de política apontam para colunistas de política, os do caderno cultural para seus correligionários, etc.

42 Para efeitos de comparação, o *Blog do Noblat* já chegou a uma média de 100 a 150 comentários por *post*, alguns ultrapassaram a casa dos mil comentários. Os *blogs* do GloboOnline e do grupo UOL/Folha, giram em torno de 80 a 100, quando o assunto é “quente”. Do outro lado, *Política, Poesia e Putaria e Direita* ficam com médias de 1 a 2 comentários por *post*.

43 O *Blog do Noblat*, inaugurado em 20 de março de 2004, só passou a admitir comentários a partir de 23 de junho de 2005, quando passou a ser oficialmente um veículo do iG.

44 Nemo Nox é o pseudônimo do primeiro brasileiro a blogar em português; jornalista, detentor de uma série de prêmios por seu atual *blog* *Por um Punhado de Pixels*.

45 O contato se deu diretamente por *e-mail*.

46 “Vez por outra recebo uma mensagem de alguém perguntando por que este *weblog* não tem um sistema de comentários. Minha resposta é quase sempre a mesma: ‘tem, sim, e você acaba de usá-lo, chama-se *e-mail*’. E é verdade. Um método eficiente, respondo diretamente quando o assunto parece ser de interesse restrito e respondo publicamente no *weblog* quando o assunto parece ser de interesse mais abrangente (especialmente quando corrige ou responde algum *post* anterior). Mesmo assim, muita gente continua querendo saber por que não instalo um sistema de comentários no qual os leitores possam deixar seus recados aqui para que todos os vejam. Resolvi listar várias razões, algumas importantes, outras pueris, umas justificáveis, outras completamente arbitrárias.

1. Não tenho paciência para *spam* profissional nos comentários (‘vendemos viagens, cds piratas e diplomas universitários’).

2. Não tenho paciência para *spam* amador nos comentários (‘oi, gostei muito do seu *blog*, visite o meu’).

3. Não tenho paciência para *trolls* nos comentários (‘você só escreve bobagem, vai catar coquinho’).

4. Não tenho paciência para aquelas discussões criadas por quem acha que tem todo direito de fazer o que quiser no meu espaço.

5. Minha mania de organização se sente agredida com comentários sem qualquer relação com o assunto do *post*.

6. Vários *weblogs* de sucesso tampouco têm sistemas de comentários (por exemplo, Mark Evanier, Seth Godin, James Wolcott, entre muitos outros).

7. Quase todos os leitores de *weblogs* também possuem *weblogs*, e os que ainda não têm podem criar um rapidamente. A resposta a qualquer coisa que eu escreva aqui no meu *weblog* pode ser dada facilmente aí no seu *weblog*, criando um diálogo entre *weblogs*" (NEMO NOX, 24/1/2006. Disponível em:

<<http://www.nemonox.com/ppp>>).

47 O trecho citado é dito de outra forma no *post*. As aspas se referem às palavras utilizadas pelo blogueiro por *e-mail*.

48 Dahl (1972) reserva o termo "democracia" para um sistema ideal, tratando como "poliarquia" ou "quase-poliarquia" os regimes que se aproximassem de suas condições. Já Santos, que dá prosseguimento à teoria de Dahl, utiliza indiferentemente ora um termo ora outro: "Aceito como premissas as oito condições estabelecidas por Dahl para a definição de um sistema democrático, e reconheço que nenhum país as satisfaz completa e simultaneamente. Em consequência, adoto sua distinção entre democracia, como ideal regulador, e poliarquias, como exemplares empíricos da descrição ideal-típica. Estilisticamente, utilizarei ambos os termos, ficando registrado que estarei me referindo a sistemas empíricos, não a ideal-típicos". (SANTOS, 1998:3)

Mediar para mediar

Desde a clássica citação de McLuhan, de que “o meio é a mensagem”, o papel de intermediário no processo comunicacional vem sendo revisto. No meu entender, quando falamos em mediação, estão em jogo dois momentos distintos: no primeiro, com o meio de comunicação, que media o contato entre o jornalista e o público; e, no segundo, com o jornalista, que media a relação entre o público e a fonte.⁴⁹

Raciocinando sobre ambos os casos, chego à conclusão de que, quando se fala em *blog* como veículo jornalístico, e levando em consideração a afirmação de García – para quem o “o meio é o autor” –, há aí uma superposição de valores, pois o jornalista-blogueiro cumprirá uma dupla função de mediação, conquanto em uma dessas funções ele, de fato, atue tanto como mediador quanto como mediado.

Essa duplicidade de funções e essa função ambígua (de mediador e mediado) são um indicador claro de aproximação do jornalista ao seu público-leitor; um estrangulamento – talvez se pudesse dizer – do meio, como ponte entre emissor e receptor.

“O mediador será aquele que não apenas facilita as expressões individuais, mas também permite a cada um encontrar seu público (Vaz, 2004:229).” A afirmação de Paulo Vaz encontra eco nas idéias de Luis Martins da Silva (2002) e Raquel Recuero (2003b), conforme já antes mencionei. Tanto um quanto outra indicavam uma nova tendência nos *sites* jornalísticos, realçando o papel do intermediário que organiza a desordem da informação na rede, a Babel. Enquanto, porém, Silva (2002:268) fala de “bancas eletrônicas de jornais”,⁵⁰ Vaz (2004:230) compara o papel do jornalista com o de um guarda de trânsito, indicando o caminho a ser seguido, caminho que, claro, está visível a todos os “motoristas” mas que precisa de um agente regulador para organizar o tráfego.⁵¹

O *caminho* presente na metáfora de Vaz pode ser comparado às trilhas reflexivas de Schittine. Ambos falam nas fontes como um recurso, “por princípio, partilhado por todos” (id., *ibid.*), mas é o primeiro quem afirma que “O que esse consenso nos revela é a aparição de uma nova função para jornalistas. [...] Um outro modo de apreender a nova função é pen-

sar que, nessas colunas, os trabalhos de apuração e edição tornam-se praticamente idênticos” (id., ibid.). Por isso, já sinalizávamos para o papel do jornalista na *web* como um organizador avalizado do conhecimento (ALDÉ; CHAGAS, 2005). Papel que, me parece, os próprios jornalistas têm a consciência de que lhes cabe. Helena Chagas, já em seu *post* inaugural, dizia: “sou paga para entender e tentar explicar essa coisa toda” (CHAGAS, 17/7/2003. op. cit.). Uma postura que, se poderia dizer, ainda conserva algo da *autoridade jornalística*, tal como explorada pelos meios tradicionais, mas a colocação de Helena é, no fundo, a de alguém que se assume como mediadora, e que se apresenta ao leitor como opção para o diálogo. Opção que Fernando Rodrigues também fornece ao público, dizendo que “a idéia aqui é informar e promover o debate” (RODRIGUES, 22/12/2005. Disponível em: <<http://uolpolitica.blog.uol.com.br>>).

Informar e promover o debate são chaves para analisar o conflito que apresento. Posso dizer que “informar” segue uma lógica vertical ou *top-down*, segundo Steven Johnson (2001), que subentende um informador e um (ou mais) informando(s), isto é, um sistema linear absoluto. “Promover o debate” seria o estágio *bottom-up*⁵² equivalente, ou seja, estaria de acordo com a perspectiva dos sistemas em rede, em que os papéis de informador e informando se alternam. Mas informar e promover o debate não são situações opostas. Ao contrário, são complementares. Não será possível promover o debate⁵³ sem que as partes envolvidas estejam suficientemente informadas, tanto quanto não será possível informar sem gerar, por consequência, um debate em torno do conteúdo informado. Colocar ambas as expressões lado a lado é algo representativo, quando tratamos justamente do processo de mediação da mensagem jornalística.

Acreditando na “diminuição [ou relativização] da importância da mediação do jornalismo tradicional na formação da opinião política e do pluralismo de opiniões”, Wilson Gomes (2001:5) trabalha a internet como um espaço público de interação e debate, a que chama, a exemplo de outros teóricos, de esfera pública virtual. O conceito de esfera pública, tal como elaborado por Habermas, se refere a uma discussão livre entre

iguais, a respeito de questões de interesse comum (MAIA, 2006). Pois, se entendida como uma esfera pública virtual, a internet evidencia o caráter paritário dos debatedores, submetendo todos às mesmas condições, e deixando que se realce entre os interlocutores apenas o de melhor estratégia retórica.

Rousiley Maia (2002) faz coro com Gomes sobre o potencial da rede. A autora, porém, discute até que ponto a internet pode ser considerada uma esfera pública deliberativa se não há democratização no acesso a essa tecnologia. E conclui dizendo que os atores da sociedade civil é que devem acionar a opinião pública, instruí-la e mobilizá-la, beneficiando-se de uma comunicação “mais horizontal” (id.:64-6) e aproveitando o esquema de redes cívicas para se auto-organizarem. Neste trabalho, tento demonstrar uma aplicação prática para esse espaço de discussão não-deliberativa na internet, que pode vir a ser ocupado pelos *blogs* jornalísticos. Para tanto, sigo minha investigação a partir do papel do jornalista na rede, levando em consideração sua atuação, no debate, como mediador e pauteiro.

Do gatekeeper ao sysop

Quando vemos tantas e tantas reproduções de conteúdos, um *déjà vu* informacional, nos perguntamos qual a novidade dos meios digitais. Quando vemos notícias de jornais, clipadas e selecionadas por um *gatekeeper* em particular – o jornalista-blogueiro –, que atua apenas na replicação de conteúdo, nos indagamos qual seria a inovação dos *blogs*. Para mim, há duas grandes inovações no fazer jornalístico implementadas a partir dos *blogs*. Duas inovações que, a bem da verdade, poderiam ser exploradas em outros meios – que já as permitiam –, mas foram levadas a cabo com a “febre” dos *weblogs* jornalísticos, notadamente iniciada no Brasil a partir da elevação de Noblat à posição de fonte noticiosa. A primeira dessas inovações diz respeito ao que já explorei nos capítulos anteriores, referindo-me a ela como o confronto de relatos jornalísticos de origem diversa. Um meio tradicional ficaria restrito a seu próprio relato, em razão da concorrência. Os *blogs* têm um pouco mais de facilidade ou maleabilidade para lidar com essa questão, na medida em que seu titular responde por si, e um possível vínculo com um meio tradicio-

nal, em princípio, não acaba com a liberdade editorial do blogueiro.

Outro aspecto que enfatizo, e este também aponta para uma revisão do papel do *gatekeeper* na rede, é a atuação do jornalista-blogueiro na produção de relatos noticiosos. Também já me referi a esse assunto pouco atrás; aqui, porém, tento demonstrar como essa pequena mudança na rotina jornalística propicia um novo modo de fazer jornalismo. Noblat diz que sente falta de ir à rua, de trabalhar com gente, mas ele próprio enaltece a possibilidade de aprender todas as etapas da produção jornalística quando trabalha só no *blog*.

“*Blogs* são uma boa febre, permitem a todos se expressar. Eu só acho que um blogueiro não-jornalista não deve querer fazer jornalismo, mas apenas opinião” (CRUVINEL, 14/11/2006. op. cit.). A posição de Tereza Cruvinel é visivelmente defensiva. Defensiva porque tenta reproduzir, na esfera da rede, o mesmo comportamento que no já consolidado *mainstream*: o de que apenas jornalistas são capazes ou autorizados a fazer jornalismo. Nos *blogs*, essa fragilidade é posta em xeque. De maneira geral, as profissões têm um nível de exigência técnico que impede o exercício pelos leigos. Apenas médicos são médicos, porque conhecem a medicina. Apenas engenheiros são engenheiros. E advogados são advogados, porque conhecem as leis. Jornalistas conhecem o processo de produção jornalística a fundo. Mas a publicação de conteúdo informativo vem sendo reformulada, ou facilitada, por ferramentas como os *weblogs*, levando a crer que publicar e produzir são sinônimos perfeitos. O que resta? Resta ainda ao leigo desenvolver adequadamente o seu *news judgement*, sem o qual publicar é apenas o princípio. Num espaço aberto ao debate, o moderador tem o papel de guiar os debatedores pelo caminho da discussão civilizada dos assuntos em pauta.

Na esfera pública virtual, como na ágora grega, os debatedores estão em posição de igualdade uns em relação aos outros, mas sobressaem os melhores oradores. Antes disso, prevalecem os que falam sobre os que não falam, ainda que o silêncio possa significar uma posição a ser tomada. Essa condição atende à lógica de Dahl (1972:34), para quem “mesmo da perspectiva da contestação pública, a omissão é importante”. Rousiley Maia (2006:8-9) cita o artigo de Kenneth Baynes, para apontar dois comportamentos diferentes das pessoas quando em grupo: o primeiro deles, “em

ambientes protegidos de publicidade, em pequenos grupos entre amigos, colegas de trabalho ou parentes”, em que a tendência seria a de elas se sentirem mais livres. Em oposição, a deliberação em arenas com maior grau de publicidade produziria “uma filtragem de preferências irracionais ou pontos de vista moralmente repugnantes” (id.:ibid.).

Nos *blogs*, como na política de modo geral, é uma minoria que se expressa. Wilson Gomes alerta para o fato de que, sobretudo a respeito da esfera pública virtual, a opinião pública na internet é equivalente à opinião publicada. Dito isto, não causará espanto o fato de alguns dos leitores mais exaltados se auto-apelidarem de Cidadão, Cri Cri e Povo. Aqui, eu poderia citar o *blog* jornalístico como o que Luís Felipe Miguel (2006:9) define como uma estratégia discursiva de distinção, que propicia ao usuário comum uma sensação de acompanhar a “alta” política. O mérito é todo do moderador.

Para Alex Primo (2005b), o grande diferencial do *blog* em relação a outras ferramentas como *chats* e fóruns da internet é que, nele, a conversação não se dá em espaços neutros, mas pessoais. Isso significa que, embora o leitor dos *blogs* seja elevado a um nível de participação mais equilibrado diante do emissor, sua posição ainda não é de igualdade plena, já que a decisão final sobre o conteúdo é do titular ou do grupo de titulares da ferramenta, por mais que a conversa possa migrar para outro espaço.

Essa decisão final, talvez um dos maiores poderes concedidos ao jornalista-blogueiro, é o que se convencionou chamar de moderação. O moderador ou *sysop* (*system operator*) é, segundo López e Bolaños (2003), o responsável por manter a ordem na interação entre usuários. Chego então a uma conclusão bem parecida com a de Palácios (2005:22): a de que “mesmo em experiências jornalísticas na *web* em que os usuários assumem diretamente a função de produtores de conteúdos [...], a função do jornalista enquanto ‘moderador’ se faz essencial no sentido de manter a confiabilidade dos conteúdos disponibilizados”. Na blogosfera, como nos demais meios, há duas possíveis formas de moderação, sobre as quais discutiremos a seguir: a moderação *a priori* e a moderação *a posteriori*. Mas usar esse poder, por si só, exige extrema *moderação*. Proclamar-se o jornalista – titular do *blog* – como absoluto, na lógica *bottom-up* da rede, é suicídio.

Nessa contradição entre, de um lado uma posição de destaque, como

autoridade jornalística, e de outro, uma posição horizontalizada, de “apenas” blogueiro, se resume toda a condição do jornalista, numa função que, em essência, permanece inalterada, mas que silenciosa e hiperbolicamente atinge o papel convencional de informar e promover o debate, pois que não há como negar que *mediar* e *moderar*, embora usados como verbos sinônimos, mesmo neste trabalho, são situações fundamentalmente opostas.

Netiqueta: a moderação posta em prática

Ambiente de discussão aberta por excelência, o foro de comentários dos *blogs* jornalísticos não é território sem lei. Como apontei antes, é o mediador, isto é, o próprio jornalista, quem costuma fazer as vezes de moderador. E moderar, por definição, significa restringir o campo de possibilidades. Restringir – eu diria – com, o propósito, entre outros, de otimizar o debate. A *netiqueta* é justamente o conjunto dessas regras que darão vazão ao comportamento na rede. O termo surgiu como referência a regras que, embora não explícitas, vinham se tornando senso comum em listas de discussão na internet (eGroups). Discriminar com um aviso de “off-topic” mensagens que não tinham a ver com o tema central do grupo, não responder a mensagens pessoais na lista pública e coletiva, não enviar mensagens com anexos pesados demais e, sobretudo, não falar EM CAPS LOCK, ato que, muitas vezes, era entendido como um grito ou uma grosseria. Eram essas as regras mais comuns. Mas, aqui, chamo de *netiqueta* não só as regras adotadas pelo senso comum, mas também as que são adotadas arbitrariamente pelo titular de um *blog*. Assim é que percebo duas formas de moderação distintas: a primeira, que chamei de moderação *a priori*, funciona de maneira proativa; e a segunda, *a posteriori*, é posta em operação de maneira reativa. A distinção entre uma forma e outra se constitui em clara diferença na interação dos leitores nos *blogs*.

A censura prévia impede a fluidez dos comentários, embarreirando diálogos e submetendo as intervenções à vontade do editor, o que, na maior parte dos casos, gera desconfiança. “Por que meu comentário não foi aceito?” A frase já geraria estranhamento se postada no foro, quanto



“NARIZ GELADO: banida pela moderação de Noblat, leitora exige direito de resposta.”

mais se precedida pelo tal comentário censurado. Acontece que o blogueiro nem sempre dispõe de tempo para liberar todos os comentários, e muitos ficam na fila aguardando o seu aval. Motivo de desconfiança para uns, questão de bom senso para outros. Há quem diga que se contenta com a moderação prévia, com vista a um debate mais “civilizado”. Nos *blogs* que pesquisei, a censura está mais fortemente presente nos de colonistas do GloboOnline. É lá que encontro Tereza Cruvinel avisando que, sem querer, “deixei passar um [comentário]” (CRUVINEL, 7/11/2005. op. cit.), e Helena Chagas anunciando a censura aos *spammers*⁵⁴ e classificando o comportamento desses usuários como “monopólio indevido do espaço virtual” (CHAGAS, 14/3/2006. op. cit.). Ela ainda seguiria dizendo que “*Blog* é diversidade, e vamos respeitá-la”, mas o que mais chama a atenção nesse *post* é como, de fato, o papel da moderação no debate público é importante para garantir a paridade entre os interlocutores, e o bom nível da discussão.

Nos *blogs* em que a censura é ulterior, algumas regras são impostas para que o debate transcorra sem maiores percalços. Como referência, temos o *Blog do Noblat*, em que os comentadores devem se submeter a uma série de pequenas normas,⁵⁵ decretadas pelo jornalista. Além da restrição a ofensas caluniosas, injuriosas ou difamantes, e a palavras de baixo calão, há também um limite de mil caracteres para a postagem; limite que, uma vez ultrapassado, resulta no banimento automático do leitor.

Uma das primeiras expulsões por essa regra tornou-se um caso à parte. A leitora Nariz Gelado, que freqüentava assiduamente o *blog*, acabou postando uma mensagem grande demais e teve seu cadastro cassado. Prestigiada por outros comentadores, o clamor pela anistia foi imenso, e Nariz Gelado se tornou a primeira “mártir” do *Blog do Noblat*, passando a escrever em seu próprio *weblog*, e dizendo-se injustiçada. Dias depois, a professora de História⁵⁶ foi reincorporada como comentadora e chegou até a publicar artigos no *blog*.⁵⁷ Mas a regra, em si, não é um grande impedimento. Tanto isso é verdade, que logo após anunciar as novas condições, Noblat já percebia que deveria incluir mais uma: a de que o comentador não poderia partir sua mensagem em várias para burlar o limite de mil caracteres.

O caso guarda semelhanças com outro, relatado por Manuel López López e Pau Bolaños (2003:510), em que os administradores de um fórum que discutia o acidente do petroleiro *Prestige*, em 2002, decidiram estabelecer uma série de palavras tabus, censuradas previamente. Coordenado e mantido por uma faculdade, o fórum recebia em massa visitas de jovens. Entre as palavras banidas, estavam desde expressões mais pesadas à coloquial “mierda”, ao que um professor chegou a argumentar com o *webmaster*⁵⁸ que a medida seria impopular. Não tardou muito para que os participantes burlassem as regras e despistassem o robô que censuraria os comentários, cuja leitura captava o espaçamento de “mierd a” como uma expressão distinta.

Pelos motivos que expus, tanto a moderação *a priori* quanto a moderação *a posteriori* estão sujeitas a falhas. Se no primeiro caso, é fácil burlar as regras e passar incólume entre os comentadores; no último, não é raro acontecer que, em meio a dezenas, quiçá centenas, de mensagens, haja falha humana em captar um ou outro comentário que desrespeite o con-

junto de normas propostas pelo moderador ou *sysop*. A exemplo de sistemas colaborativos mais sofisticados, há quem prefira atribuir a árdua tarefa da moderação aos próprios leitores, banindo ou excluindo comentários insultuosos a partir de avisos de outros comentadores. Dentre esses, o sistema mais orgânico e interessante por que passei aponta novamente para Ricardo Noblat.

No *Blog do Noblat*, a tarefa de moderação é dividida por mais duas pessoas, além dele próprio. A primeira é uma funcionária de sua equipe, paga para, entre outros afazeres, ler um por um os comentários e avaliar o que deve ou não ser censurado. O terceiro moderador, no entanto, é o caso mais curioso. Ele não é da equipe de Noblat, não é funcionário do *Estadão*, sequer conhece o jornalista por outro meio que não o virtual. Trata-se de um leitor assíduo do *blog* que ganhou *status* de moderação. É, sem dúvida, uma estratégia de confiança adotada por Noblat, e, nesse sentido, aproxima-se muito de experiências como Slashdot e afins, em que o leitor comum tem *status* de moderador para determinar o que é *spam* e o que é notícia (cf. JOHNSON, 2001). O leitor do *blog* não ganha pela tarefa, e, segundo o próprio Noblat, já ameaçou inúmeras vezes largar o “emprego”. Temperamental, ele chega a trabalhar dez horas por dia, em uma relação que só a lógica da internet pôde ser capaz de construir.

Sem moderação prévia – exceto por apenas algum conjunto de regras básicas –, portanto, considero que *blogs* como o do Noblat contribuem para a lógica do debate em rede, de forma, como disse, mais orgânica; e sua fluidez, que a princípio confunde e inebria, é uma das chaves para o processo comunicacional de construção da opinião pública. Mais dois exemplos me sobressaltam. Em janeiro, Idelber Avelar dá por encerrado seu *weblog*, alegando problemas particulares. Ele, que vive em Nova Orleans, havia acabado de voltar de viagem, após vários meses fora, e constatava, então, a real situação de sua cidade no período de reconstrução pós-*Katrina*. A decisão parecia irrevogável. Mas, após o tempo necessário para reordenar-se, e, graças aos comentários afetuosos, Idelber anunciava, em 30 de março, que o *blog* voltaria à atividade no dia 1^o de abril (“para não perder a piada”). Outra situação curiosa, possível apenas por conta da moderação *a posteriori* foram as discussões travadas no *blog* de Fernando Rodrigues no período em que o titular do espaço estava de férias. Acos-

tumados a visitar o *blog* para dar opiniões sobre os assuntos, os leitores de Fernando continuavam comentando em seu último *post*, sobre o dia-a-dia da política, sobre partidos, sobre Lula, sobre assunto nenhum. O *blog* ganhava vida própria como foro de discussão.

Entre anônimos e pseudônimos

Uma questão intimamente ligada à censura e à autonomia dos blogueiros, seja em se tratando do aspecto da moderação, seja em se tratando da liberdade de imprensa, diz respeito à condição do anonimato. O anonimato na internet é relativo e virtual.⁵⁹

Nos *blogs* jornalísticos que pesquisei, tenho claras situações de anonimato no contexto tanto do emissor quanto do receptor. Contudo, antes de apresentar esses casos, farei menção ao que alguns autores entendem por anonimato. Rousiley Maia (2002:55), por exemplo, apresenta um ponto de vista segundo o qual o anonimato contribui para uma relação mais paritária entre os participantes da esfera pública da internet, levando-se em conta que o ciberespaço prescinde da presença física dos indivíduos – é um não-território – e, desse modo, enevoa desigualdades de classe, raça, gênero, etc. “Se a discussão acontece em um ambiente livre de medo, de intimidação e da possibilidade do ridículo”, ela diz, “uma variedade maior de pontos de vista pode ser expressa. A ‘força do melhor argumento’, que não guarda relação com o papel social dos participantes, tem maiores chances de se impor num fórum público virtual”. Marques parece concordar com este último trecho que, em essência, é um postulado da retórica. Ele, no entanto, faz algumas ressalvas de ordem moral, quando diz que é o anonimato que “condiciona os entes do discurso a se tornarem, tendencialmente, menos confiáveis uns aos outros”, ainda que, por outro lado, permita a expressão política de indivíduos tímidos ou sob pressão (MARQUES, 2005:5). A relação de desconfiança levantada por Marques é, em si, interessante, e pode nos auxiliar em alguns pontos deste trabalho. Mas ele ainda continua, apontando para a progressividade dessa desconfiança em direção a uma certa agressividade. Ouço ecos dessa “agressividade” no ato falho de Jorge Bastos Moreno ao entrevistar o prefeito Cesar Maia sobre os leitores de *blogs*. E da “desconfiança”, ao ler

o *post* de Noblat, em resposta à leitora Clara, que o criticava:

Confesso, Clara, que tenho uma certa dificuldade em debater com quem esconde a própria identidade. Por que num caso desses você está debatendo com um fantasma. Você se expõe – quero dizer: *eu* me exponho. Ponho o nome, mostro a cara e me sujeito a tudo.

Quem esconde a identidade fica no melhor dos mundos: pode escrever *qualquer coisa*, dizer *qualquer coisa*, não responde por nada. [...]

Veja seu caso. Você assina Clara no comentário postado na nota abaixo onde quase suplica para ser cortada. Seu *e-mail* nada tem a ver com o nome que você adotou. O nome que aparece em seu *e-mail* pode até não ser seu verdadeiro nome.

Você não acha que fica fácil assim dizer qualquer coisa?

Desejo-lhe bom sono, Clara – ou seja lá qual for seu nome. (NOBLAT, 14/10/2005. op. cit., grifo nosso)

Como apontamos em outra ocasião (ALDÉ; CHAGAS; ESCOBAR, 2006), em determinadas situações parece que “o anonimato entrega aos comentadores um poder maior que o detido pelo jornalista, geralmente obrigado a se identificar por razões profissionais”. O leitor, então, se apresenta duro, contestador “e você tem que aprender a ser mais humilde e a conviver com a divergência” (NOBLAT apud O POVO, 2005). Na visão de Joan Francesc Cánovas (2003:540), na internet, se cria uma dinâmica na qual a opinião pode, muitas vezes, ser mais importante do que quem a emite. Por outro lado, essa dinâmica facilita a estratégia de uso do anonimato como ponto de apoio à irresponsabilidade do leitor que critica o trabalho de produção jornalística. O anonimato facilita, ao menos em tese, já que lidamos com um “anonimato virtual”, o chamado crime de opinião. Caluniar, injuriar, difamar, ou apenas criticar por criticar são atitudes que se banalizam sem a polícia da identidade.

E se o anonimato no viés dos leitores funciona como ferramenta para a irresponsabilidade, para o blogueiro ele pode servir, em último caso,

como escudo protetor. Mantenho minha posição de que o jornalista é, de modo geral, obrigado a se identificar como autor de seu relato. Contudo, em casos de ameaça a sua integridade, ele pode se ocultar sob o mesmo véu que protege a audiência, mesclar-se à multidão. Blogueiros-jornalistas e jornalistas blogueiros já usaram desse expediente, por motivos diversos, mas o fato é que, nesses casos, também o anonimato é encarado como fator de irresponsabilidade, pois que uma fonte não-identificada está aparentemente livre de qualquer compromisso com a “verdade dos fatos”. O autor do *blog Radio Free Nepal*, cuja identidade é mantida sob sigilo, relata:

Muitos me questionam por meio de *e-mails* qual é a credibilidade dos meus *posts*. Eu lhes digo que um mero nome não pode ser medida de credibilidade. Eu não quis publicar meu nome porque, até que a democracia floresça no Nepal, a situação ainda pode piorar e eu poderia ser preso por blogar. Não tenho medo da prisão mas quero continuar no RFN para prover informação sobre o Nepal para o mundo. (RFN *BLOGGER* apud *REPORTERS WITHOUT BORDERS*, 2005:53, tradução minha)

O mais famoso caso de um blogueiro anônimo é o de Salam Pax (palavras que em árabe e latim, respectivamente, significam “paz”). Salam chegou a ser contratado pelo *Guardian* para cobrir a II Guerra do Golfo. Entre os brasileiros, o mais famoso blogueiro anônimo não se protege por conta de restrições a sua liberdade de expressão. Nemo Nox, autor de um dos *blogs* que pesquisei, conta que inventou o apelido por brincadeira e acabou pegando. Para sua sorte, o anonimato se tornou sua própria grife.

49 “O pacto é tácito por ambas as partes: a fonte e o receptor se comunicam diretamente através de uma nova figura que nem sempre é a que se conhecia habitualmente como o emissor. [...] É como dizer que o emissor passa a ser um simples intermediário dos interesses do receptor a respeito da fonte.” (LÓPEZ; BOLAÑOS, 2003:505, tradução minha)

50 “Há, hoje, como se sabe, bancas eletrônicas de jornais. São *sites* que, mediante[sic] simples endereçamento de Internet, põem-nos em contato com dezenas, centenas e até milhares de jornais e revistas do país e do mundo, todos, disponíveis na telinha de um micro conectável. Mas, não é tão somente a venda ou a disponibilização gratuita do antigo jornal, da antiga revista. Não é o mesmo veículo, não é o mesmo conteúdo, trata-se de uma nova versão, de um novo código, de um novo meio e, como o queria McLuhan, de uma nova mensagem.” (SILVA, 2002:268)

51 A metáfora proposta por Vaz me servirá para explorar sua noção de fluxo, já que uma problematização nos levaria à figura do guarda de trânsito novamente como uma autoridade *a serviço da Lei*.

52 Vale lembrar que Steven Johnson contrapõe os sistemas *top-down* (hierárquicos) aos sistemas *bottom-up*. Em sua referência, trata-se de um conjunto dialético de forças descendentes (de cima para baixo, *top down*) e ascendentes (de baixo para cima). A comunicação de massa exerceria uma expressão da comunicação um-todos, enquanto sistemas alternativos em rede apontariam para o oposto perfeito, todos-um. No entanto, é preciso que usemos esse modelo com alguma cautela, uma vez que, nos esquemas trabalhados por Johnson, a perspectiva do emissor é ainda a privilegiada, e, em ambos os casos, teríamos um fluxo de comunicação verticalizado (*top-down* e *bottom-up*). Neste trabalho, procuro usar os conceitos de Johnson para enfatizar a idéia de um sistema não-hierárquico, que foge aos padrões dos meios de massa e oferece ampla possibilidade de emissão, sem me preocupar com o “transmissionismo” do vocabulário adotado, que ainda não revê completamente o movimento de horizontalização, a meu ver, típico da comunicação em rede.

53 É possível ainda argumentar que o verbo segue uma lógica menos democrática que o substantivo, no sentido de que *promover* implica em um guia, um promotor, um condutor dos debatedores. Estou, contudo, mais preocupado em marcar as diferenças entre a lógica tradicional e a levada a cabo nos sistemas de redes, de modo que deixo a análise mais aprofundada das expressões para outro momento.

54 Usuários que postam repetidamente *spams*, i. e., propaganda e/ou mensagens indesejadas. Embora Helena Chagas não se refira especificamente a difusores de *spams*, faço uso do termo como sinônimo desse tipo de prática (também chamada de *flood*, pelo usuários mais avançados).

55 Durante esta pesquisa, as regras foram criadas e enfatizadas pelo próprio Noblat mais de uma vez, sobretudo em períodos de grande fluxo do *blog*, e terminaram por constar, a partir de agosto de 2006, do menu direito de acesso ao *blog*, como um dos botões da página principal.

56 Informações pessoais da comentadora podem ser obtidas por meio do surpreendente verbete da Wikipedia, disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Nariz_Gelado>.

57 Os artigos publicados foram assinados sob o tradicional pseudônimo, fato que repercutiu internamente e rendeu, inclusive, um artigo em resposta, escrito por Luiz Cláudio Cunha, questionando a permissividade de Noblat e perguntando o porquê de um “texto encoberto pelo manto do anonimato”. A íntegra do artigo está disponível no endereço eletrônico:

<<http://noblat1.estadao.com.br/noblat/visualizarConteudo.do?metodo=exibirArtigo&codigoPublicacao=13874>>.

58 Administrador de um *site* ou aplicação *web*.

59 Construídos em torno de uma estrutura de endereçamento dinâmica, os serviços da *web* se apóiam em um código de quatro seqüências de números entre 0 e 255, o chamado *IP*, ou Internet Protocol. A cada navegante, um endereço de *IP* é atribuído no momento da conexão – algumas plataformas utilizam serviços de *IP* fixo, outras costumam usar *DHCP*, i. e., um endereço de *IP* dinâmico, que é trocado e reaproveitado a cada nova conexão. É através desse código que se pode localizar ou rastrear o usuário em toda a extensão de sua trilha reflexiva. Todos os sites visitados, todos os domínios consultados, *e-mails* enviados etc. O endereço de *IP* é a identidade real no mundo da internet.

A blague

Já ao fim da coleta de dados para este trabalho, no dia 9 de agosto de 2006, Noblat posta uma nota em seu *blog* que suscita grande interesse nos leitores. Ela termina o dia como o segundo assunto mais comentado, perdendo apenas para o *post* que reproduzia uma reportagem de Bob Fernandes sobre a violência e os atentados terroristas em São Paulo, com o sugestivo e apelativo título de “Mandar matar todos os políticos...”, declaração de um dos chefes do Primeiro Comando da Capital.

Neste meio tempo, durante mais de um ano de acompanhamento, a audiência “que fala” de Noblat variou muito. Do *post* de 1022 comentários, em 8 de outubro de 2005, à cobertura especial da Copa do Mundo – tática posta em prática para conquistar público no mês de junho –, são muitas vezes incompreensíveis a reação e a oscilação dos comentaristas. Sabendo disso, o próprio Noblat cobria uma a uma as entrevistas dos candidatos à presidência no Jornal Nacional e publicava em seguida suas opiniões. Na vez de Cristovam Buarque, porém, ele resolveu:

Vamos inverter os papéis: digam primeiro o que acharam da entrevista que Cristovam Buarque, candidato do PDT à presidência da República, acabou de dar no Jornal Nacional.
Depois darei minha opinião. (NOBLAT, 9/8/2006. op. cit.)

Não é difícil perceber que essa lógica é impossível, se não impraticável, em um veículo como o jornal impresso ou a televisão. No máximo, tenta-se propor uma enquete – que, diga-se de passagem, também é um dos instrumentos de interatividade de alguns blogueiros, inclusive o próprio Noblat –, fixando duas, três, às vezes quatro opções de resposta, não mais que isso, para que o resultado se condense. Mas a interatividade qualitativa em um *blog* jornalístico é o que o torna uma ferramenta de interesse para o estudo deste processo de horizontalizar a comunicação.

Faço ainda algumas ressalvas. Pois se Noblat decide ele por conta própria dar voz aos leitores, já que é o jornalista e não outro quem escolhe a

hora em que “vamos inverter os papéis”, no fundo, essa horizontalização depende única e exclusivamente do desejo da autoridade vertical, no caso, o blogueiro. O exemplo que acabo de citar aparece como emblemático, porque marca virtudes e defeitos disso que ainda não é uma horizontalidade plena, mas uma garantia de acesso. Se o blogueiro mantém o poder de pinçar o assunto, de guiar a audiência pelas pautas dos *posts* ou, em último recurso, de banir um ou outro leitor que viole as regras da conversação, são os leitores, por seu turno, que indicam o que mais lhes agrada no *blog*, uma situação bem próxima à discutida por Michels (1911) na sua alusão ao líder partidário, que deve mediar interesses mais do que exercer uma liderança autoritária.

A referência a Michels é oportuna na medida em que, se assumo o blogueiro pela analogia do líder partidário, sou obrigado a admitir o diálogo entre partidos, portanto, o diálogo entre blogueiros. Lembro de anteriormente ter tratado esse fenômeno a partir do termo consagrado, qual seja, a interdiscursividade, i. e., toda e qualquer interação entre emissores primários de *blogs*, ou entre emissores secundários que tomem parte da agenda de mais de um *blog*. É essa característica a principal responsável pelo surgimento de comunidades virtuais de blogueiros, chamadas *webrings*. Essas comunidades se reúnem em torno de uma temática ou um interesse comum. Os Wunderblogs, por exemplo, como já aqui afirmei, são refúgio dos “olavetes”.

Em seu *Weblogs, webrings e comunidades virtuais*, Raquel Recuero compara as comunidades criadas a partir de *blogs* às comunidades do Orkut, *software* de relacionamentos e redes sociais. Nos *blogs*, onde os laços⁶⁰ são espontâneos (no sentido de que não são mantidos “mecanicamente” pelo sistema, como no Orkut, mas “organicamente” pelo desejo dos blogueiros), seu cultivo é mais delicado. É preciso interagir e ser interagido. O capital social resultante dessas relações é mais amplo e sedimentado. No Orkut, as conexões são mantidas sem custo para os indivíduos, gerando falta de interesse na participação. Recuero (2003b:2) sugere uma relação de confiança relacionada com maior profundidade no laço social, e esta confiança

levará a maior capacidade de gerar capital. A autora aproveita para distinguir laços relacionais de associativos, tratando os primeiros como vínculos construídos a partir de relações que dependem de investimento, enquanto os últimos seriam meras conexões formais.

Interessa-nos aqui a idéia que Recuero (2003b:6) consolida ao definir os *webrings* como virtual settlement, usando para tanto o conceito criado por Quentin Jones. Nesse sentido, as comunidades funcionariam como “uma vizinhança” ou “um lugar demarcado no espaço, onde os indivíduos participantes [...] encontram-se para estabelecer as relações sociais”. Na pequena amostra da blogosfera que pesquisei, os círculos pareceram claramente definidos. Não só com relação aos “olavetes” nos Wunderblogs, mas também aos *blogs* essencialmente jornalísticos, como os do GloboOnline, o do Noblat e os da *Folha*. Nitidamente, personagens se repetiam no cotidiano de cada *blog*; cada espaço forma a sua comunidade. Assim é que casos como o da professora de História Nariz Gelado repercutem internamente mais do que externamente. Mas, seguindo o que citei quando me referi à participação ativa dos leitores, no capítulo quarto deste trabalho, alguns leitores não raro são avistados fora de seus círculos, opinando em *blogs* em que não costumam aparecer com frequência. Vejo esse fenômeno com grande entusiasmo, uma vez que esse intercâmbio de leitores – e, por vezes, de blogueiros também – possibilita a troca entre núcleos de informações e, mais adiante, um aprofundamento da cobertura. Não posso negar que esse intercâmbio já ocorre em meios tradicionais, e que, mesmo no início do jornalismo panfletário, os editoriais cumpriam esse papel muito bem. Mas é a velocidade dessa troca e o impacto que ela causa que mais me impressionam nos *blogs*.

Steven Johnson (2001:79), para se referir às trocas de idéias e mercadorias, que deram origem aos sistemas urbanos, faz menção a um conceito de “polinização cruzada”, adaptado da biologia para as ciências humanas. A polinização cruzada, segundo Johnson, ocorre em sociedades humanas, por exemplo, durante a Idade Moderna, quando guildas e sindicatos de tipógrafos unem esforços a literatos, artistas gráficos, etc. para dar origem à imprensa de Gutenberg.

Particularmente, sou levado a enxergar claras possibilidades de ressignificar a metáfora da polinização cruzada que Johnson apresenta,

para os *blogs*. E, sobretudo no que tange às experiências com *blogs* jornalísticos, a interdiscursividade proporciona um diálogo entre esses meios fundamental para o aprimoramento do processo comunicacional.

Diálogo e conexão

Falei do diálogo sob o aspecto macro. Agora, procuro me deter em seu aspecto micro, isto é, no interior do próprio *blog*. Este diálogo será tratado aqui como interação e a condição para que ele possa ocorrer, como interatividade.

A Ong Reporters Without Borders, em seu *Handbook for bloggers and cyber-dissidents*, aponta a principal razão para o sucesso dos blogueiros como sendo a conexão entre ele e seus leitores. Seja no sentido de entretê-los ou de esclarecê-los, seja dez ou 10.000 pessoas, diz o manual (REPORTERS WITHOUT BORDERS, 2005:33), o que coloca um blogueiro em uma nova classe de profissionais da escrita é a dimensão de sua conexão com o público. De certo modo, a sua proximidade do leitor, e, portanto, o grau de interatividade com o receptor da mensagem.

Quando me refiro a um ou mais graus de interatividade, porém, não os meço em uma escala determinista. Em princípio, qualquer tentativa semelhante poderia soar fora de propósito. O que faço a seguir é relacionar duas classificações distintas para o estudo da interação em ambientes *web*, a primeira criada por Alex Primo (1998) e a segunda, por Mark Deuze (2002). Ambas tratam de distinguir formas de interação, mais do que escaloná-las.

Alex Primo (1998) apresenta basicamente dois tipos de interatividade, o esquema reativo e o mútuo. De acordo com sua própria definição, a interação reativa é unidirecional, pré-determinada e restrita, apresentando uma interface potencial, isto é, um sistema e possibilidades pré-arranjado. A interação mútua, por sua conta, é multidirecional, multipolarizada e plena, funcionando como um complexo problemático. Em primeira instância, esta classificação binária pode parecer simplória e abrangente, mas traz em si um questionamento de ordem metodológica para o estudo da interatividade na *web*. Uma metodologia que faz distinção entre o aspecto quantitativo e qualitativo das ações e reações.

Em meu ponto de vista, mesmo uma página de construção simplificada



“ALEXANDRE SOARES SILVA: blogueiro independente defende Olavo Carvalho em *post*.”

como um *blog* é capaz de conter aplicações que explorem simultaneamente sistemas de interação mútua ou reativa. Tomemos como exemplo *blogs* como os de Fernando Rodrigues, Jorge Bastos Moreno e Ricardo Noblat. Em todos esses casos, ferramentas de enquete e menu estão explícitos já na página inicial dos *blogs*: a enquete é a clara referência a um sistema quantitativo da audiência. Os três jornalistas costumam converter em enquete assuntos que renderam polêmica no cotidiano jornalístico do *blog*. Por outro lado, é inegável que o foro de comentários ofereça possibilidades irrestritas (ou bem próximo disso) aos comentaradores.

A proposta de Mark Deuze (2002:8-9, tradução minha) parece se assemelhar ao que Primo já delineava, fazendo, contudo, uso de uma nova classificação. Deuze distingue três tipos de interatividade: a navegacional, a funcional e a adaptativa. Na primeira, ele diz, “o usuário pode navegar em um caminho mais ou menos estruturado pelo conteúdo do *site* (através dos botões de Next Page e Back to Top ou das barras de rolagem, por exemplo)”. É, portanto, uma relação muito próxima da que Primo denomina de interação reativa. O nível funcional é caracterizado pela interação homem-homem, onde “o usuário pode, de certo modo, parti-

cipar do processo de produção do *site*, interagindo com outros usuários ou com os produtores de *sites* ou páginas particulares (por meio de *links* para correio eletrônico, Bulletin Board Systems – bbs –, e listas de discussão moderadas)”. A ele corresponderia, então, a interação mútua.

Por último, Deuze (id.:ibid., tradução minha) fala de um “nível mais sofisticado de interação”, que ele chama de adaptativo. A interatividade adaptativa é aquela em que cada ação do usuário gera conseqüências para o conteúdo da página visitada. Minha crítica a esse sistema fica por conta das possibilidades de adaptação das aplicações *web*, que, em última análise, funcionariam por meio de algoritmos pré-determinados. Se, portanto, a personalização do conteúdo é sutil, por meio de um *cookie* ou de mecanismos de RSS, isso não garantirá uma interação além do nível reativo ou navegacional, já que as escolhas do usuário devem ser previamente estudadas para que o sistema possa dar-lhes resposta. Desta forma, embora *blogs* possam apresentar esse tipo de funcionalidade, não creio que as possibilidades de diálogo e interação pudessem ir além da conversação obtida nos foros de comentários.

A questão da interatividade está intimamente relacionada com a discussão que eu vinha travando anteriormente acerca do estabelecimento de laços sociais. Pois se falamos na interação como *conexão*, também os laços podem ser entendidos dessa forma. Recuero (2003b:1) dirá que a “conexão apresentada entre dois atores em uma rede social é denominada laço social”. Para ela, os laços sociais são o que determinam a formação de comunidades. No entanto, em busca do estabelecimento do maior número possível desses laços, os indivíduos se dispõem a uma competição pela visibilidade social: é o chamado “efeito Rich get Richer”, de Barabási (apud RECUERO, 2003b:10), em que aqueles que já têm alguma visibilidade serão os com maior possibilidade de expandirem esse *status*. “A competição pela atenção e pelo ganho de *status* (confiança, reputação e atenção da comunidade) é visível [...] na participação das pessoas [...], mas acaba prejudicando a interação do grupo como um todo.” (RECUERO, ibid.)

Nos *blogs*, a interação também é construída com base na visibilidade social. Alguns leitores postam comentários apenas para poderem indicar,

na sua assinatura, o endereço da própria página. E, nesse sentido, o que temos visto é que o mesmo fenômeno parece se replicar na relação entre *blogs* e outras mídias, de modo que os *blogs* são valorizados quando apontados por jornalistas.⁶¹ Mas, se a disputa por visibilidade em face da comunidade pode enfraquecer a interação e dar origem a um sistema aristocrático de hierarquização dos comentadores, num meio em que já existe o posicionamento de uma suposta autoridade diante dos demais (no caso, a figura do jornalista), a visibilidade de um comentador qualquer pode representar a possibilidade de ascensão dos demais, e será comemorada pela classe. O caso mais emblemático dessa situação foi o que ocorreu com o leitor Soube???, no *Blog do Noblat*. Apontado por partidários da esquerda como um militante fervoroso da direita, Soube??? foi celebrado inclusive por “desafetos” quando Noblat, pela primeira vez, lhe cedeu espaço para um comentário na página inicial do *blog*. Mais tarde, o leitor passou a ser uma espécie de colaborador de Noblat, até que, incentivado por ele, inaugurou seu próprio *blog*. No ato, o *Blog do Noblat* anunciava a iniciativa e desejava sucesso; alguns leitores teciam também elogios com diálogos à Soube???,⁶² e Nariz Gelado, outra comentadora ilustre, felicitava o companheiro: “Agora você tem o seu próprio Olimpo!”.

Todavia, em meio às comemorações da “classe”, o comentário de Nariz Gelado merece uma explicação à parte, uma vez que nos reorienta de volta à questão da disputa por visibilidade social. “Agora você tem o seu próprio Olimpo” não indica um movimento de horizontalização propriamente dito, mas o surgimento de novos eixos verticais. É como se fosse mais democrático alcançar a oligarquia do que rebaixá-la ao nível médio da população.⁶³ É nesse imbróglio, em que acompanhamos interatividade e disputa por visibilidade, que tentamos enxergar os *blogs* jornalísticos como espaço de conversação civil por excelência, com vista à formação complementar de opiniões.

Mesas de botequim virtuais

Apontado brevemente por Umberto Eco em um de seus *Cinco escritos morais*, o termo “conversação civil” foi aprofundado e transportado para os estudos acerca do debate político na internet por Francisco Jamil Mar-

ques (2005), a fim de tentar compreender melhor um dos possíveis significados da noção de esfera pública. Marques cita Wilson Gomes para apresentar a esfera pública a partir de três ângulos: o debate deliberativo, o debate não-deliberativo e a esfera de exposição ou visibilidade pública. Dos três, apenas este último desdobramento não pressupõe realização dialógica: a exposição pode ocorrer através dos meios de comunicação, portanto dentro do entendimento de Habermas do que seria uma esfera pública abstrata (apud MARQUES, 2005; MAIA, 2002; e MAIA, 2006). As demais classificações citadas por Marques diferenciam-se entre si por uma razão óbvia. O debate deliberativo é a discussão que ocupa foros políticos institucionais, “exemplificado através das argumentações apresentadas nas casas parlamentares, ou mesmo ligado a assuntos de um grupo particular, como uma associação de moradores ou acionistas de uma empresa, com o objetivo de definir políticas”. (MARQUES, 2005:4) E o debate não-deliberativo, por sua vez, teria apenas “fins informativos” (id.:ibid.), com a reflexão e apresentação de argumentos pró e contra determinado tema.

Antes de Marques, e praticamente à mesma época em que Eco cunhava seu termo, Michael Schudson (1997) também trabalhava com a noção de conversação no debate político. Ao contrário dos outros dois autores, porém, Schudson preferia o termo “conversação social”, que, em seu entendimento, marcava a distância entre o debate não-deliberativo e o deliberativo, chamado por ele de “conversação democrática” ou “conversação que resolve problemas”. Para Schudson, aliás, a única conversação democrática seria aquela voltada mesmo para resolver problemas, i. e., para deliberar.

O meu argumento é que a conversa democrática não é essencialmente espontânea, mas é essencialmente governada por regras e essencialmente civil, e diferentemente dos tipos de conversações que costumam manter alta a estima, a liberdade e a inteligência, é essencialmente orientada para *resolver problemas*. (SCHUDSON, 1997:63, grifos do autor)

Nesse sentido, a conversação deliberativa seria tudo, menos espontânea, já que deve ser regida por regras para falar e para escutar os demais

(id.:77). “A conversação sem educação e treinamento apropriados e sem igualdade social pode ser, e normalmente é, desigual (id.:67-8).” Na análise de Schudson, quanto maior o grupo que se reúne para o debate deliberativo, mais as regras devem ser estritas.

Por essa descrição, a grande vantagem para a conversação social ou civil seria a espontaneidade. É ela que gera substância para a conversação democrática (id.:73), formando a chamada opinião pública. E a imprensa é a principal responsável por mediar estas duas esferas, levando a opinião pública para o âmbito da conversação democrática e traduzindo as deliberações para o âmbito da conversação social.⁶⁴

Portanto, estão aí lançadas as bases de meu argumento, o de que os *blogs* jornalísticos seriam espaços próprios para a conversação civil, ou seja, o debate não-deliberativo. Veja da seguinte forma: os jornalistas-blogueiros – e, em alguns casos, os blogueiros-jornalistas – exercem o papel da mediação jornalística, postando e moderando as pautas sobre as quais discorrem os comentadores. Mas a grande veia política dos *blogs*, sua vocação (cf. GERALDES, 2005), está nos foros de comentários. É neles que os argumentos circulam, com o único e exclusivo objetivo de se apresentarem como argumentos. “Nos *blogs* mais populares, as áreas de comentário correspondem a verdadeiras *mesas de botequim virtuais*, onde, todos os dias, batem ponto pessoas com interesses mais ou menos parecidos [...]. Como na ‘vida real’, é normal que, em momentos de crise, todos corram para discutir uns com os outros o que está acontecendo.” (RÓNAI, 2005, grifo meu)

Se digo que a grande veia política dos *blogs* está nos foros de comentários, quero acentuar a importância da participação dos comentadores. É o nível de abertura à conversação que em última instância irá determinar o grau daquilo que venho chamando de autoridade jornalística. Já trabalhei com os eixos horizontais de Dahl e Deuze. Agora, concentro-me sobre seu contraponto, o eixo de liberalização ou contestação pública,⁶⁵ tal como o proposto pela teoria da Poliarquia. Transpondo essas questões para o campo da Comunicação, Deuze (2002:3, tradução minha) relaciona os pontos mínimo (closed/moderated) e máximo (open/unmoderated) de abertura, afirmando que

Um *site* pode ser considerado aberto quando permite aos usuários compartilhar comentários, postar livremente, submeter arquivos sem moderação ou intervenção de filtragem [...] Do outro lado do espectro, a comunicação participatória fechada pode ser definida como um *site* onde usuários podem participar mas seus atos comunicativos estão sujeitos a moderação e controle editorial estritos.

Não quero aqui exaltar os *blogs* jornalísticos como modelos “poliárquicos” da Comunicação, ao contrário, vejo inúmeros problemas que os impedem de ser tratados como tais. A questão é que os dois aspectos de que acabo de tratar, a vocação para a conversação civil e a possibilidade de intervenção dos leitores diante do emissor principal, no caso o blogueiro, transformam substancialmente a participação do jornalista nesta esfera de convívio social, a *autoridade* do jornalista.

Na teoria de Robert Dahl há três possibilidades de as nações alcançarem estágios próximos à poliarquia: (1) aumentando as possibilidades de contestação e, só então, elevando os níveis de inclusão; (2) elevando os níveis de inclusão e, só então, aumentando as possibilidades de contestação; e (3) indo diretamente ao estágio mais livre e mais inclusivo. É o próprio Dahl quem observa que, em condições normais, o caminho que geralmente percorrem as poliarquias mais antigas e estáveis é o primeiro. Com alguma satisfação, noto que o processo que venho descrevendo ao relatar uma horizontalização da autoridade jornalística nos *blogs* aponta para esse mesmo trajeto.

60 “A conexão apresentada entre dois atores em uma rede social é denominada *laço social*, de acordo com Wasserman e Faust (1994:18), ou seja, aquilo que ‘establishes a linkage between a pair of actors.’” (RECUERO, 2003b:1, grifo meu)

61 Essa afirmação pode ser claramente comprovada se avaliarmos o *boom* na audiência de Ricardo Noblat quando de sua citação na CPI e conseqüente aparecimento como fonte noticiosa em veículos de imprensa de todo o país. O entusiasmo de Idelber Avelar ao comentar a indicação do amigo blogueiro Tristão, o Sarapalha, na coluna Nota 10 do jornalista Luís Gravatá, de *O Globo*, também pode servir como bom exemplo (cf. AVELAR, 22/12/2005. Disponível em: <<http://www.idelberavelar.com>>.)

62 Soube??? é um leitor anônimo de Noblat (algumas vezes aparece também em *blogs* do GloboOnline), que posta comentários em forma de diálogos:

– Soube?

– Do quê?

– FHC disse que agiu no limite da irresponsabilidade.

– É!

– Lula: Vou continuar andando no limite do tempo

– É!

– São tão diferentes e ao mesmo tempo tão parecidos...

– É!” (SOUBE???, 25/1/2006. Disponível em: <<http://soube.blogspot.com>>.)

Seus *posts* sintetizam muito do que se estuda nos *blogs* jornalísticos. Trabalhando sempre com diálogos “socráticos”, de respostas meramente fáticas, Soube??? traz no nome a discussão acerca da atualidade do relato noticioso.

63 A esse respeito, cf. o que Tocqueville falava acerca do individualismo nas democracias modernas (TOCQUEVILLE, 1835).

64 Essa mediação pode ser compreendida pelas duas passagens do artigo de Schudson (1997:73): “A conversação democrática é em parte dependente da primordial existência da palavra pública geralmente disponível na imprensa.” E: “Todas as manhãs os jornais dão aos seus leitores os assuntos para as suas conversas do dia. Um deles pode ser certamente usado em qualquer momento de uma conversação entre homens no clube, em uma sala de fumantes, em um *hall*”.

65 Embora Wanderley Guilherme dos Santos trabalhe apenas com o nível político da teoria, e Deuze faça uso somente de um gráfico 2D, sou capaz de enxergar um paralelo entre o caso do leitor Soube???, no *Blog do Noblat*, e esse terceiro eixo, da elegibilidade; pois que outra explicação poderia haver para o júbilo dos demais comentaristas se não o fato de que Soube??? não era nada além de um leitor? E se ele pôde ser transportado para o papel de emissor primário, por que outros não haveriam de sonhar com o feito?

Humildificador

Eu estava agora no banho e o celular tocou. Não atendo celular quando estou no banho. Tocou uma, duas, três e na quinta saí do chuveiro e fui atender. Levei um escorregão e quase caio no chão.

Parece que eu estava adivinhando. Pensei que era trote. Não vou dar mais dica e reproduzo a conversa. Sem salamaleques nem boa-noite, o homem foi direto:

- Você não me procura e aí produz notícia velha.
- Eu, procurar o senhor???! Imagine, há anos que não faço outra coisa e não consigo.
- Tô brincando. Estou te ligando pra dizer que realmente ontem quase perdemos o Palocci. Foi realmente um custo convencê-lo a participar daquela solenidade. Ele passou o dia emburrado, sem querer conversa. À noite, ele amoleceu. O problema era o superávit. Isso deixou a Dilma assustada. O governo não vai fazer ganância, não vai abrir mão de comandar o ajuste fiscal com muita responsabilidade. O problema é que Palocci tinha medo disso. Recebeu essa garantia.
- Quer dizer que ele não vai mais sair?
- Ora, meu caro, o ser humano é incontrolável. Hoje, agora, eu digo que o dia foi de Palocci. O Mercadante fez um belo trabalho no Congresso em relação à ida dele na CPI dos Bingos. Na oposição também tem gente sensata. Hoje, ele está mais aliviado.
- E a Dilma?
- O motivo de cada um é nobre. Não é uma disputa dentro do governo. Se fosse, o governo saberia como agir. Talvez o governo tenha deixado ir longe demais essa história.
- Eu gostaria de pergun...
- Tão me chamando. Aparece pra tomar um cafezinho.

(MORENO, 22/11/2005. op. cit.)

Do trecho acima, depreendem-se ao menos três observações: a de que o *post* de Moreno poderia integrar um capítulo de romance ou qualquer outra obra literária; a de que, especificamente nesse caso, a forma do relato jornalístico é parte do assunto da reportagem (“a forma [...] é parte do tema da reportagem”);⁶⁶ e a de que há algo neste mesmo relato que assume um tom intimista, distante das experiências mais comuns do jornalismo noticioso.

A abertura dada ao processual jornalístico é um dos principais diferenciais da notícia postada por jornalistas-blogueiros. Desde o contato com a fonte ao processo de decisão editorial – basta lembrar da “palpitante sugestão de pauta que acaba de chegar ao jornal” relatada por Mauro Ventura em seu *blog* (disponível em: <<http://www.dizventura.blogspot.com>>) –, a transparência metajornalística aparece marcadamente na subjetividade dos *posts*.

Chamo de experiência metajornalística este fenômeno essencialmente metalingüístico, porquanto se trata do jornalismo utilizado para descrever o próprio jornalismo. A apuração e os bastidores da notícia tornam-se a notícia em si. Longe, porém, de transformar o jornalista em centro do relato, esse novo modo de reportar encurta a distância entre emissor e receptor do texto jornalístico, o que, sem dúvida, aproxima o jornalista do leitor comum.

Joaquim Ferreira dos Santos (2005), colunista de *O Globo*, em uma interessante “homenagem ao leitor que escolhamba”, contava possuir uma versão particular de um aparelho chamado “humildificador”⁶⁷, armazenado metaforicamente em sua caixa postal de *e-mails*. “A engenhoca ativa uma área cerebral que costuma ficar sem uso: a noção da nossa própria desimportância. Ao longo do dia, o humildificador sussura nas orelhas do seu portador um mantra básico [...]. ‘Menos, bicho, menos.’” (id.:ibid., grifos suprimidos). Em termos mais prosaicos, bastava abrir o seu *e-mail* para receber uma dúzia de mensagens acusando-o de falta de assunto nas colunas, falta de inspiração, etc.

Tenho para mim que o efeito do contato de um jornalista blogueiro com seus leitores é semelhante. Nas palavras de Ricardo Noblat (2005), “o leitor do *blog* não quer nem saber: baixa o pau no que você escreve. E as críticas dele, procedentes ou não, ficam registradas. Eu, pelo menos,

não as elimino. Se o fizer, estarei na contramão do espírito democrático da internet. E elas aparecerão novamente. Não tem jeito.”

As críticas, expressas pelo alto grau de possibilidade de contestação nos gráficos de Dahl e Deuze, reconfiguram o isolamento editorial do jornalista. Se antes o contato do jornalista com o leitor ocorria apenas nas ruas ou mediante as cartas à redação – que passavam pelo crivo do editor antes de alcançarem o repórter –, agora, elas atingem diretamente seu destino.⁶⁸ É novamente Noblat (id.:ibid.) quem faz coro: “Todo jornalista deveria ter um *blog*. A experiência de ser responsável por um ensina mais do que muitos anos de redação. [...] Ensina a ser mais humilde”.

Um último post

Há pelo menos 40 milhões de *blogs* no mundo.⁶⁹ Não se pode precisar quantos desses *blogs* são ou poderiam ser considerados jornalísticos. Uma das grandes dificuldades nesse tipo de classificação aponta para questões inerentes ao próprio campo do Jornalismo. Quando se discute, por exemplo, se blogueiros devem ou não ter diploma em Jornalismo para poderem blogar, está-se discutindo também a obrigatoriedade do diploma para exercer essa profissão. E, no instante em que se levantam as vozes contra a subjetividade dos *blogs*, avalia-se, do mesmo modo, a subjetividade no fazer jornalístico. Por essas razões, é extremamente complicado adotar apenas uma definição.

Minha tentativa, ao longo deste trabalho, foi a de levantar temas discutidos no âmbito da pesquisa “Novas TICs e sua apropriação: histórias de vida e cidadania”. Procurei desenvolver em cada um dos capítulos expostos ao menos um dos aspectos que identificamos como pertencentes ao cotidiano dos *blogs* (aquilo que, mais acima, chamei de “as dez IDADES”), de modo a traduzir aquilo que enxergamos como uma mudança fundamental de postura do jornalista, acompanhada de uma mudança de postura também dos leitores, nos *blogs* jornalísticos de política. Muitas das questões que abordei não foram – e, em meu entender, não poderiam ser – esclarecidas no espaço deste trabalho. Deixo o aprofundamento nestes pontos para uma ocasião futura.

Por aqui, é bastante dizer que, do modo como os estudei, e sem importar a maneira como forem conduzidos, os *blogs* jornalísticos, *grosso modo*, trazem as Ciências da Comunicação para o centro da discussão sobre o debate político na internet.

66 “The form [...] is part of the subject of the report.” Cf. SCHUDSON, 1978:187, tradução minha.

67 O *humildificador* a que o jornalista se refere é, segundo ele próprio, um “‘aparelho virtual’ patenteado pelo psicanalista carioca Francisco Daudt”. (SANTOS, 2005)

68 Há casos, inclusive, de jornalistas que atuam tanto em veículos impressos quanto em *blogs* receberem críticas pela coluna do jornal nos comentários do *blog*, como já aconteceu com Tereza Cruvinel e Helena Chagas. Nesse caso, fica claro o argumento de que o contato com o jornalista é mais rápido pelo acesso direto ao *blog*.

Alexandre Cruz Almeida (2004) relata, contudo, uma situação inversa: em que a redação da *Tribuna da Imprensa* chegou a receber cartas com críticas às colunas que ele havia postado apenas na internet, em um *blog* completamente independente do jornal. Para ele, é difícil combater a censura dos jornais aos *blogs* – alguns veículos chegam mesmo a impedir contratualmente que seus profissionais mantenham *blogs*, jornalísticos ou não –, sem levar em consideração a desatenção do leitor médio.

69 De acordo com o Technorati <<http://www.technorati.com>>, até maio de 2006 havia cerca de 41,8 milhões de *blogs* cobertos pelo sistema. Em 29 de maio de 2006, o jornal *O Globo* (MONTEIRO, 2006) publica matéria destacando os dados do próprio Technorati, e chamando a atenção para o fato de que, em dois meses e 11 dias, ou seja, o intervalo entre uma pesquisa e outra realizada pelo *site*, esse número havia crescido em torno de dez milhões, com uma média de 75 mil novos *blogs* por dia, um a cada segundo – o que, em última instância, fundamenta a declaração de Miriam Leitão (v. nota 1).

Matéria anterior, publicada na *Veja* em 1º de junho de 2005 (MARTHE, 2005), informava a previsão da consultora americana Perseus Development Corp., de que, até o final de 2005, haveria 53 milhões de *blogs*. Embora a estatística não se tenha confirmado, os dados continuam sendo impressionantes: quase 32 milhões de americanos navegam por *blogs*; somente entre 2003 e 2004, esse universo teria crescido 58%. No Brasil, segundo o Ibope/NetRatings (id., *ibid.*), são mais de 7 milhões de internautas acessando *blogs* ou fotologs, isto é, 60% da população com acesso à *web*.

Bibliografia

a) Livros e artigos acadêmicos

ALDÉ, Alessandra; CHAGAS, Viktor (2005). *Blog de política e identidade jornalística (transformações na autoridade cognitiva e na relação entre jornal e leitor)*. *Pauta Geral*, ano 12, nº 7. Salvador: UFBA, 2005. 20p.

ALDÉ, Alessandra; ESCOBAR, Juliana; e CHAGAS, Viktor (2006). *A febre dos blogs de política*. Compós. GT de Comunicação e Política. Bauru: UNESP, 2006. (Artigo apresentado em 08/06/2006.) 21 p.

BARBOSA, Suzana (2005). *Jornalismo de portal: novo formato e categoria para o jornalismo digital*. In: MACHADO, Elias e PALÁCIOS, Marcos. *Modelos de jornalismo digital*. Salvador: Calandra, 2005. (Col.Pixel.) p. 159-186.

BORTOLETO, Maíra; SIQUEIRA Filho, Valdemar (2005). *A interação na internet: o gênero discursivo na rede mundial de computadores e suas implicações na relação entre indivíduo e aprendizagem*. Intercom. Trabalho apresentado no V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom 2005. Rio de Janeiro: UERJ, 2005. 15 p.

CÁNOVAS, Joan Francesc (2003). *Los géneros argumentativos*. In: NOCI, Javier Díaz; ALIAGA, Ramón Salaverría (Org.). *Manual de redacción ciberperiodística*. Barcelona: Editora Ariel, 2003. p. 525-553.

CARVALHO, Rosa Meire (2001). *Os íntimos na era digital: diários públicos, mundos privados*. Brasil, Ciberpesquisa. Seção textos. Disponível em:

<http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/txt_ros1.htm>. Acesso em 02/06/2006.

CASTELLS, Manuel (2003). *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Trad. de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. 246 p.

DAHL, Robert A (1972). *Poliarquia: participação e oposição*. 1ª reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. (Clássicos; 9). 242 pp.

DEUZE, Mark (2002). *The internet and its journalism*. Amsterdam (Holanda): (Cortesia do autor), 2002. 11 p.

ECO, Umberto (1997). *Sobre a imprensa*. In: _____. *Cinco escritos morais*. 6ª ed. Trad. de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 55-89.

ESCOBAR, Juliana (2006). *Blog do Noblat e escândalo político midiático: jornalismo sob novas bases*. Rio de Janeiro: Inédito (cortesia da autora), 2006. 19 p.

FISHKIN, James S (1995). *The voice of the people: public opinion and democracy*. Nova Iorque (EUA): Yale University/Vail-Ballou Press, 1995, p. 1-16; 64-96; 134-76.

GARCÍA, Guillermo López (2003). *Géneros interpretativos: el reportaje y la crónica*. In: NOCI, Javier Díaz; ALIAGA, Ramón Salaverría (Org.). *Manual de redacción ciberperiodística*. Barcelona: Editora Ariel, 2003. p. 449-494.

GERALDES, Elen Cristina (2005). *A vocação política dos blogs de notícias: possibilidade de reconstituição da esfera pública*. Intercom. Trabalho apresentado ao NP02 (Jornalismo), do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom 2005. Rio de Janeiro: UERJ, 2005. (Artigo apresentado em 09/09/2005.) 13 p.

GOMES, Wilson (2001a). *Esfera pública na Internet: uma abordagem ética das questões relativas a censura e liberdade de expressão na comunicação em rede*. Compós. GT de Comunicação e Política. Brasília: UNB, 2001. 11 p.

GOMES, Wilson (2001b). *Opinião pública política hoje – uma investigação preliminar*. In: *Práticas midiáticas e espaço público*. vol. 1. Porto Alegre: Editora da PUC-RS, 2001, p. 61-82.

GUIDI, Leda (2005). *Democracia eletrônica em Bolonha: a rede Iberbole e a construção de uma comunidade participativa on-line*. In: EISENBERG e CEPIK. *Internet e política: teoria e prática da democracia eletrônica*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005, p. 164-190.

JOHNSON, Steven (1997). *Cultura da interface: como o computador transforma nossa maneira de criar e comunicar*. Trad. de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. (Interface.) 192 p.

JOHNSON, Steven (2001). *Emergência: a dinâmica da rede em formigas, cérebros, cidades e softwares*. Trad. de Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. (Interface.) 234 p.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando (1992). *Jornalistas: agenciando a ci-*

dadania, publicizando o privado. Rio de Janeiro: IFCS-UFRJ, 1992. (Dissertação de Mestrado.) 184 p.

LIMA Junior, Walter Teixeira (2005). *Pesquisa Aplicada na descoberta de novas tecnologias de produção e distribuição de conteúdos jornalísticos*. Intercom. NP 02 (Jornalismo), do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom. Rio de Janeiro: UERJ, 2005. (Artigo apresentado em 08/09/2005.) 11 p.

LÓPEZ, Manuel López; BOLAÑOS, Pau (2003). *Gêneros dialógicos: la entrevista y otros*. In: NOCI, Javier Díaz; ALIAGA, Ramón Salaverria (Org.). *Manual de redacción ciberperiodística*. Barcelona: Editora Ariel, 2003.p. 495-524.

MACHADO, Elias (2003). *O ciberespaço como fonte para os jornalistas*. Salvador: Calandra, 2003. (Biblioteca J.) 194 p.

MACHADO, Elias; BORGES, Clarissa; MIRANDA, Milena (2005). *Modelos de produção de conteúdos no jornalismo digital baiano*. In: MACHADO, Elias e PALÁCIOS, Marcos. *Modelos de jornalismo digital*. Salvador: Calandra, 2005, (Coleção Pixel.) p. 123-136.

MAIA, Rousiley C..M (2002). *Redes cívicas e internet: do ambiente informativo denso às condições da deliberação pública*. In: EISENBERG; CEPIK. *Internet e política: teoria e prática da democracia eletrônica*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002, p. 46-72.

MAIA, Rousiley C..M (2006). *Política deliberativa e tipologia de esfera pública*. Compós. GT de Comunicação e Política. Bauru: UNESP, 2006. (Artigo apresentado em 08/06/2006.) 20 p.

MARQUES, Francisco Jamil (2005). *Debates políticos na Internet: a perspectiva da conversação civil*. Compós. GT de Comunicação e Política. Rio de Janeiro: UFF, 2005. (Artigo apresentado em 03/06/2005.) 14 p.

MICHELS, Robert (1911). *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: UNB, 1982.

MIELNICZUK, Luciana (2005a). *Sistematizando alguns conhecimentos sobre jornalismo na web*. In: MACHADO, Elias e PALÁCIOS, Marcos. *Modelos de jornalismo digital*. Salvador: Calandra, 2005, (Col. Pixel.) p. 37-54.

MIELNICZUK, Luciana (2005b). *O link como recurso da narrativa jornalística hipertextual*. Intercom. Trabalho apresentado ao NP02 (Jornalismo), do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom 2005. Rio de

Janeiro: UERJ, 2005. (Artigo apresentado em 09/09/2005.) 13 p.

MIGUEL, Luis Felipe (2006). *Falar bonito: o Kitsch como estratégia discursiva*. Compós. GT de Comunicação e Política. Bauru: UNESP, 2006. (Artigo apresentado em 07/06/2006.) 18 p.

MORIN, Edgar (2004), *A comunicação pelo meio (teoria complexa da comunicação)*. In: MARTINS, Francisco Menezes; SILVA, Juremir Machado da (Org.). *A genealogia do virtual: comunicação, cultura e tecnologias do imaginário*. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 11-19.

NOCI, Javier Díaz (2006). *La escritura ciberperiodística*. País Basco (Espanha): (Cortesia do autor), s.d. (Apostilas do curso para redação em mídia digital ministrado em jan./2006.)

PALÁCIOS, Marcos (2005). *Ruptura, continuidade e potencialização no jornalismo on-line: o lugar da memória*. In: MACHADO, Elias e PALÁCIOS, Marcos. *Modelos de jornalismo digital*. Salvador: Calandra, 2005, (Col. Pixel.) p. 13-36.

PENA, Felipe (2004). *Teoria da biografia sem fim*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004. 102 p.

PLATÃO (2000). *A república*. São Paulo: Nova Cultural, 2000. (Col. Os pensadores.) 356 p.

PRIMO, Alex Fernando Teixeira (1998). *Interação mútua e interação reativa: uma proposta de estudo*. Brasil, Espiral interativa: o site da interação e das novas tecnologias, Seção Textos. Última modificação: 09-12/09/1998. Disponível em:

<<http://www.psico.ufrgs.br/~aprimo/pb/intera.htm>>. Acesso em 03/02/2006.

PRIMO, Alex; SMANIOTTO (2005). *A conversação na comunidade de blogs insanus*. Intercom. Trabalho apresentado ao NP08 (Tecnologias da Informação e da Comunicação), do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom 2005. Rio de Janeiro: UERJ, 2005. (Artigo apresentado em 08/09/2005.) 15 p.

RECUERO, Raquel da Cunha (2005). *Um estudo do capital social gerado a partir de redes sociais no orkut e nos weblogs*. Intercom. Rio de Janeiro: UERJ, 2005. (Artigo apresentado em 07/09/2005.) 18 p.

RECUERO, Raquel da Cunha (2003a). *Warblogs: os blogs, a guerra no Iraque e o jornalismo online*. Brasil, Verso e Reverso, ano 27, 2003/2. Última modificação: 2003. Disponível em:

≤<http://www.versoereverso.unisinos.br/index.php?e=1&s=9&a=8>>. Acesso em 03/10/2005.

RECUERO, Raquel da Cunha (2003b). *Weblogs, webrings e comunidades virtuais*. In: 404notFound. vol. 1, nº 31. Salvador: UFBA, 2003b. 1-18 pp. Trabalho originalmente apresentado no GT de Comunicação e Cultura do VII Seminário Internacional de Comunicação, em setembro de 2002 e disponível em:

≤<http://www.pontomidia.com.br/raquel/webrings.pdf>>. Acesso em 02/06/2006.

REPORTERS WITHOUT BORDERS (Org.) (2005). *Handbook for bloggers and cyber-dissidents*. Paris: Reporters Without Borders, 2005. 88 p.

RUSSELL, Bertrand (1977). *A autoridade e o indivíduo*. Trad. de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977. 112 p.

SANDOVAL, Maria Teresa (2003). *Gêneros informativos: la noticia*. In: NOCI, Javier Díaz; ALIAGA, Ramón Salaverria (Org.). *Manual de redacción ciberperiodística*. Barcelona: Editora Ariel, 2003, p. 425-448.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos (1998). *Poliarquia em 3D*. In: *Revista Dados*. Vol. 41, nº 2. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1998. Disponível sob domínio público em SciELO Brazil:

≤http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581998000200001&script=sci_arttext>. Acesso em: 21/04/2006.

SARLO, Beatriz (1997a). *Intelectuais*. In: _____. *Cenas da vida pós-moderna: intelectuais, arte e vídeo-cultura na Argentina*. Trad. de Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997a, p. 159-83.

SARLO, Beatriz (1997b). *O sonho acordado*. In: _____. *Cenas da vida pós-moderna: intelectuais, arte e vídeo-cultura na Argentina*. Trad. de Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997b. p. 53-98.

SCHITTINE, Denise (2004). *Blog: comunicação e escrita íntima na internet*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. 235 p.

SCHUDSON, Michael (1978). *Discovering the News: a social history of American newspapers*. EUA: Basic Books, 1978. 3-11; 121-94 p.

SCHUDSON, Michael (1997). *Por que a conversação não é a alma da democracia?* In: MARTINS, Francisco Menezes; SILVA, Juremir Machado da (Org.). *A genealogia do virtual: comunicação, cultura e tecnologias do imaginário*. Porto Alegre: Sulina, 2004, p. 61-80.

MARTINS DA SILVA, Luis (2002). *Imprensa, discurso e interatividade*. In: PORTO, Sérgio Dayrell e MOUILLAUD, Maurice. *O jornal: da forma ao sentido*. 2ª ed. Brasília: UNB, 2002, (Col. Comunicação, 2.) p. 253-271.

TOCQUEVILLE, Alexis de (1835). *A democracia na América*. São Paulo: Edusp/Itatiaia, 1977.

TUCHMAN, Gaye (1971). *A objectividade como ritual: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas*. In: TRAQUINAS, Nelson. *Jornalismo: questões teóricas e estórias*. Lisboa: Veja, 1993, p. 74-90.

VAZ, Paulo (2004). *Mediação e tecnologia*. In: MARTINS, Francisco Menezes; SILVA, Juremir Machado da (Org.). **A genealogia do virtual: comunicação, cultura e tecnologias do imaginário**. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 216-38.

WOLTON, Dominique (2000). *Pensar a internet*. In: MARTINS, Francisco Menezes; SILVA, Juremir Machado da (Org.). *A genealogia do virtual: comunicação, cultura e tecnologias do imaginário*. Porto Alegre: Sulina, 2004, p. 149-56.

b) Relatórios de pesquisa

DIGITAL PR; HILL & KNOWLTON GAIA (2005). *I blog: rivoluzione o moda?* S.l. (Itália): Digital Pr/Hill & Knowlton Gaia, 2005. 11 p.

VERBEAT (2006). *Pesquisa blogosfera Brasil*. Brasil, Verbeat. Disponível em: <<http://www.verbeat.org.br>>. Acesso em 31/07/2006.

c) Artigos, crônicas e reportagens jornalísticos (impressos e online)

ADACTIO JOURNAL (2006). *Comments on community*. EUA, 08 de março de 2006. Seção Journal. Disponível em:

<<http://www.adactio.com/journal/1094>>. Acesso em 08/04/2006.

ALMEIDA, Alexandre Cruz (2004). *Os jornalistas e os blogs*. Brasil, SobreSites, 09 de abril de 2004. Seção Artigos. Disponível em:

<<http://www.sobresites.com/alexandreacruzalmeida/artigos/jornalistas.htm>>. Acesso em 31/04/2006.

ANTUNES, Laura; MENEZES, Maia (2005). *Críticas reais feitas a um prefeito virtual*. 25/08/2005. Rio de Janeiro: *O Globo* (Rio), 2005. p. 26.

AVELAR, Idelber (2005). *Decálogo dos direitos do blogueiro*. Brasil, O biscoito fino e massa. Última modificação: 30/03/2005. Disponível em:

<http://www.idelberavelar.com/archives/2005/03/decalogo_dos_di.php>. Acesso em: 03/06/2005.

CARLOS CASTILHO (2005). *A imprensa controla agenda mas os blogs ganham espaço na opinião*. Brasil, iG, Último Segundo. Última modificação: 15/08/2005. Disponível em:

<<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/blogs/codigoaberto.asp?ID=%7B485869E0-D7DB-423C-AA48-31BE7B02E158%7D&login=CASTILHO>>. Acesso em: 10/10/2005.

FERNANDO CASTILHO (2005). *Olhem os blogs como mídias*. Brasil, UOL, JC. Seção Colunistas/Mídia digital Última modificação: 15/09/2005. Disponível em:

<http://jc.uol.com.br/2005/09/15/not_96958.php>. Acesso em 02/06/2006.

DANTAS, Agnes (2006). *Novos Caminhos do jornalismo nos diários virtuais*. 14/05/2006. Rio de Janeiro: *O Globo* (O País), 2ª ed., 2006. p. 11B.

DÓRIA, Pedro (2005). *As dores da puberdade*. Brasil, Link (Estadão), 12 de dezembro de 2005. Seção Navegar Impreciso. Disponível em:

<http://www.link.estadao.com.br/index.cfm?id_conteudo=5823>. Acesso em 22/12/2005.

GOMES, Marcos (2005). *Sobre a Web 2.0*. Brasil, Marcos Gomes.com, Seção BlogArchive. Última modificação: 02/11/2005. Disponível em:

<<http://sec.adaltech.com.br/intercom/2005/listadetalhesessao.asp?atvcod=TL-07-13>>. Acesso em: 03/06/2006.

INFO EXAME (2002). *Debate político troca fórum online por blog*. Seção Infonews, 15 de abril de 2002. Disponível em:

<<http://info.abril.uol.com.br/aberto/infonews/042002/15042002-12.shl>>. Acesso em 05/2005.

MARTHE, Marcelo (2005). *Blog é coisa séria*. Revista *Veja*. ed. 1907, ano 38, nº 22. 01/06/2005. Rio de Janeiro: Abril, 2005. p. 86-91.

MONTEIRO, Elis (2006). *Blogs: 40 milhões em ação*. 29/05/2006. Rio de Janeiro: O Globo (Info etc., Coluna *Web*), 2006. p. 3.

MORENO, Jorge Bastos (2005). 'O blog é um instrumento espetacular'. 20/09/2005. Rio de Janeiro: O Globo (Rio, Entrevista com o Prefeito Cesar Maia), 2005. p. 16.

MOTTA, Aydano André (2006). *Protesto vira a piada da estação na internet*. In: LAMEGO, Cláudia. *Religiosos reprovam a greve de fome*. 03/05/2006. Rio de Janeiro: O Globo (O País), 2006. p. 8.

NEMO NOX (2006). *Algumas perguntas sobre o termo 'jornalismo cidadão'*. Brasil, Revista NovaE.inf.br. Última modificação: 03/2006. Disponível em: <http://www.novae.inf.br/pensadores/jornalismo_cidadao.htm>. Acesso em: 03/03/2006.

NOBLAT, Ricardo (2005). *O que um blog pode ensinar*. Brasil, Observatório da imprensa. 01/02/2005. Disponível em:

<http://200.212.93.30/upload/Noblat/upload/40624649_1055467b1f8_-7ff4.doc>. Acesso em: 03/06/2006.

O GLOBO (2005a). *Blog dá notícia errada e se desmente*. 23/09/2005. Rio de Janeiro: O Globo (O País), 2005. p. 8.

O GLOBO (2005b). *Blog do César*. 24 e 26/08/2005. Rio de Janeiro: O Globo (Cartas dos Leitores), 2005. p. 6.

O GLOBO (2005c). *Prefeito ou blogueiro?* 26/08/2005. Rio de Janeiro: O Globo (Rio, Opinião), 2005. p. 19.

O GLOBO (2005d). *Um quinto dos jovens americanos tem blog*. 04/11/2005. Rio de Janeiro: O Globo (O Mundo), 2005. p. 27.

O GLOBO (2006a). *Sigilo dos 'bloggers'*. 29/05/2006. Rio de Janeiro: O Globo (O País), 2006. p. 16.

O GLOBO (2006b). *Site reunirá textos e vídeos exclusivos*. In: _____. *Pérsio Arida: expectativas pioraram*. 24/05/2006. Rio de Janeiro: O Globo

(Economia), 2006. p. 29.

O POVO (2005). *A política em tempo real*. Brasil, No olhar.com, 19 de dezembro de 2005. Seção Páginas azuis. Disponível em:

<<http://www.noolhar.com/opovo/paginasazuis/548113.html>>. Acesso em 03/01/2006.

PASSOS, Mario Jorge (2006). *Email: se ninguém fizer nada, e bem rapidinho, será o fim da brincadeira*. 04/04/2006. Rio de Janeiro: O Globo (Informática Etc.), 2006.

RÓNAI, Cora (2005). *O triunfo dos blogs*. 16/06/2005. Rio de Janeiro: O Globo (Segundo Caderno), 2005. p. 10.

SANTOS, Joaquim Ferreira dos (2005). *Humildificador*. 04/04/2005. Rio de Janeiro: O Globo (Segundo Caderno), 2005. p. 8.

SCOFIELD Jr., Gilberto (2005). *Blog na China: sucesso de público driblando o silêncio*. 11/07/2005. Rio de Janeiro: O Globo (Informática Etc.), 2005. p. 13.

SILVA, Maurício Moraes e (2005). *Blogs deitam e rolam com mensalão*. 25/07/2005. São Paulo: O Estado de S. Paulo (Link, Internet), 2005. p. L3.

SOARES SILVA, Alexandre (2006). *Polêmicas*. Brasil, Digestivo Cultural, 29 de novembro de 2002. Seção Colunistas. Disponível em:

<<http://www.digestivocultural.com/colunistas/coluna.asp?codigo=837>>. Acesso em: 02/06/2006.

SOLER, Jordi (2005). *La información instantánea*. Brasil, E-agora, 29 de agosto de 2005. Seção Clipping de notícias. Disponível em:

<http://www.e-agora.org.br/conteudo.php?cont=clipping&id=2430_0_29_0_M>. Acesso em 20/09/2005.

UTTER, David (2005). *Blog readership near mainstream status*. EEUU, SearchNewz. Última modificação: 29/08/2005. Disponível em:

<<http://www.searchnewz.com/searchnewz-12-20050829/BlogReadershipNearMainstreamStatus.html>>. Acesso em: 03/06/2005.

VASCONCELOS, Nelson (2006). *Blog-se*. In: _____. *Conexão Global*. 09/05/2006. Rio de Janeiro: O Globo (Economia), 2006. p. 27.

VILAS, Juliana (2005). *Os blogs viraram mania. IstoÉ*, Seção Internet, Tribuna Livre. 29/06/2005. São Paulo: Grupo de Comunicação Três, 2005.

d) Blogs pesquisados

Blog do Noblat

(<http://www.noblat.com.br>)

Jorge Bastos Moreno – *blog* do colunista

(<http://oglobo.globo.com/blogs/moreno>)

Tereza Cruvinel – *blog* da colunista

(<http://oglobo.globo.com/blogs/tereza>)

Helena Chagas – *blog* da colunista*

(* ENCERRADO: <http://oglobo.globo.com/blogs/helena>)

Ilimar Franco – *blog* do colunista

(<http://oglobo.globo.com/blogs/ilimar>)

Nos Bastidores do Poder – Josias de Souza

(<http://josiasdesouza.folha.blog.uol.com.br>)

Blog do Fernando Rodrigues

(<http://uolpolitica.blog.uol.com.br>)

O Biscoito Fino e a Massa – Idelber Avelar

(<http://www.idelberavelar.com>)

Por um Punhado de Pixels – Nemo Nox

(<http://www.nemonox.com/ppp>)

Alexandre Soares Silva

(<http://soaressilva.wunderblogs.com>)

Direita: O Oposto da Esquerda – Giovani MacDonald

(<http://direita.blogspot.com>)

Política, Poesia e Putaria

(<http://www.cavalo-verde.blogspot.com>)



Este livro foi composto em Garamond, corpo 12/16, abertura de capítulos em Times New Roman Bold, corpo 20 e 18, legendas e notas em Arial, corpo 8/9. Miolo impresso em papel *offset* 90gr/m² e capa em cartão supremo 250gr/m², na Imprensa da Cidade, em julho de 2007.